



Campinas, 10 de janeiro 1992

UNICAMP

DEFESA DE TESE DE CARLOS MIOTO

E R R A T A

ONDE SE LÊ:

Campinas, dezembro de 1.991

LEIA-SE:

Campinas, janeiro de 1.992

PROF^a. DR^a. CHARLOTTE CHAMBELLAND GALVES

Orientadora



Universidade Estadual de Campinas
Caixa Postal 1170
13100 Campinas SP Brasil

Telefone: PABX (0192) 39-1301
Telex: (019) 1150

NEGAÇÃO SENTENCIAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO
E TEORIA DA GRAMÁTICA

Carlos Miotto ¹⁹⁸⁸

Trabalho apresentado junto ao Instituto
de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas, como requisito
parcial para obtenção do título Doutor
em Ciências.

Exemplar é a redação final da tese
fornecida por CARLOS MIOTTO

avaliada pela Comissão Julgadora em

1 / 01 / 92

Ch. Galves
DRA. CHARLOTTE (CHAMPELLAND) GALVES
ORIENTADORA.

Campinas, dezembro de 1991

**Para
REGINA
PAULO e BEATRIZ**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com a valiosa contribuição de várias pessoas para as quais manifesto minha profunda gratidão:

Professora Charlotte C. Galves, orientadora desta dissertação;

Professores Mary Kato, Carlos Franchi, Rodolfo Ilari, Milton do Nascimento, Anne Rochette e Ian Roberts;

Colegas Maria Cristina Figueiredo Silva, Sérgio de Moura Menuzzi, Jairo Moraes Nunes, Maria Aparecida Torres e Ilza Ribeiro.

Estas pessoas são responsáveis por muitos dos acertos deste trabalho. Não são responsáveis, entretanto, pelos usos que fiz de suas sugestões nem pelos equívocos que, por ventura, eu tenha cometido.

Devo agradecer, ainda, as instituições:

Universidade Federal de Viçosa, por me licenciar para realizar o curso;

CAPES, pela concessão de Bolsa de Estudos;

UNICAMP, que me acolheu como aluno.

Resumo

Este trabalho apresenta um estudo sintático da negação sentencial no português brasileiro. O referencial teórico para sua realização é fornecido pela Gramática Gerativa em seus desenvolvimentos mais recentes.

Uma sentença negativa é definida por meio de uma categoria funcional plena *NegP* que deve ter seu núcleo ou seu *Spec* preenchido por uma palavra negativa apropriada. *NegP* é gerado dominando outras categorias flexionais que podem ser reduzidas a *IP*.

O fato de a negação sentencial fazer parte de um complexo indissolúvel Não+Clítico+verbo resulta do movimento obrigatório dos núcleos inferiores para *Neg°*; se este núcleo é vazio, o movimento se efetua da mesma forma.

É nesta configuração que os quantificadores e os advérbios negativos atuam: por um lado, eles exigem que ou o *Spec* de *NegP* ou *Neg°* seja preenchido se se encontram após o verbo; por outro, se estão antes do verbo, de acordo com nossa análise em *Spec* de *NegP*, *Neg°* não é preenchido por *não*.

A distribuição dos advérbios negativos é paralela à de outros advérbios. O contraste distribucional entre *nunca* e *mais*, que se traduz no fato de o primeiro poder preceder o verbo, deriva de a posição *Spec* de *NegP* estar disponível para *nunca*, mas não para *mais* em virtude de este último não ser inerentemente negativo.

Abstract

This work proposes a syntactic approach to the sentential negation in Brazilian Portuguese. The theoretical backgrounds of this thesis are provided by the recent developments of generative grammar.

A negative sentence is defined by a full functional category NegP that must have either its head or its Spec filled by a proper negative word. NegP dominates the other inflexional categories, that will be reduced to IP.

The fact that the sentential negation is part of an indissoluble não+clitic+verb complex follows from the obligatory movement of the lower heads to Neg^o, which carries out even if Neg^o is empty.

It is in this configuration that negative quantifiers and negative adverbs occur: if they are in posverbal position they require that either the Spec of NegP or Neg^o be filled; if they are in preverbal position (according to our analysis in Spec of NegP) Neg^o cannot be filled by *não*.

The distribution of negative adverbs parallels to that of the other adverbs. That *nunca* (never) but not *mais* (more), can precede the verb is explained by the fact that Spec of NegP is a position available for the former but not for the latter, because it is not inherently negative.

Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática

I - Introdução	1
II - Capítulo I - As Análises da Negação Sentencial e a Categoria NegP	
1. Análises da Negação Sentencial	8
1.1. A Análise de Pollock(1989)	8
1.2. A Análise de Chomsky(1989)	17
1.3. A Análise de Laka(1990)	23
1.4. A Análise de Belletti(1990)	28
1.5. A Análise de Ouhalla(1990)	30
1.6. A Análise de Zanuttini(1991)	35
1.7. Resumo da seção 1	38
2. NegP	42
2.1. As Propriedades de Seleção	47
2.2. A Relação Spec-núcleo	54
2.3. Movimento	59
2.4. Movimento de Clítico	62
2.5. Resumo da seção 2	66
III - Capítulo II - A Negação Sentencial no PB	
1. A Posição de NegP na Estrutura D	68
1.1. IP domina NegP que domina VP	73
1.2. AgrP domina NegP que domina TP	80
1.3. NegP domina IP (AgrP que domina TP)	84
1.4. Resumo da seção 1	88
2. A Sentença Negativa no PB	90
2.1 Derivação de uma Sentença Afirmativa	93
2.2. A Derivação de uma Sentença Negativa	98
2.2.1. Sobre o Caráter Clítico de Não	99
2.2.2. O Movimento dos Núcleos	104
2.2.3. O Movimento do Sujeito	111
2.3. Resumo da Seção 2	120

IV - Capítulo III - A Interação das Palavras Negativas	
1. O Problema	122
2. A Questão do Licenciamento	126
2.1. Haegeman & Zanuttini(1991) e Haegeman(1991)	127
2.2. Laka(1990)	131
3. A Interação das Palavras Negativas no PB	136
3.1. Interação do <i>Não</i> com as Palavras Negativas em Sentenças Simples	137
3.1.1. Quantificadores e Advérbios Negativos em Posição Pré-verbal	138
3.1.2. Quantificadores e Advérbios Negativos em Posição Pós-verbal	149
3.2. A Interação de <i>Sem</i> com as Palavras Negativas em Sentenças Simples	153
3.3. A Interação da Palavras Negativas em Sentenças Complexas	157
4. Resumo do Capítulo	167
V - Capítulo IV - Advérbios Negativos	
1. O Problema	169
2. Posição dos Advérbios	171
2.1. A Análise de Travis(1988)	172
2.2. A Análise de Belletti(1990)	177
3. Os Advérbios no PB	184
3.1. Os Advérbios Quase-modais	186
3.2. Advérbio <i>mais</i> como Item de Polaridade Negativa	197
3.3. Os Advérbios Negativos <i>nunca</i> e <i>jamais</i>	204
4. Resumo do capítulo	212
VI - Apêndice - Teoria Gerativa: Conceitos	214
VII - Bibliografia	229

I - INTRODUÇÃO

Como muitas vezes acontece, um fenômeno se constitui como fato para uma teoria na medida em que provoca debates que estimulam adversários a contestá-la e desafiam discípulos a explicar os fenômenos e a defender a teoria. Em geral, o exercício da defesa, o único de que nos ocupamos aqui, se volta para realçar o poder heurístico e explicativo da teoria. Deste exercício podem resultar rearranjos cruciais que simultaneamente "deformam" e "reformam" a teoria. Desde que este procedimento não produza uma nova síntese marcada pelo estigma da monstruosidade, o exercício é integrado ao conjunto dos estudos onde deve desempenhar seu papel, levantar discussões e oferecer alternativas de abordagem.

Apesar de simplista, esta é uma maneira de entender como um fato é extensamente discutido numa época para depois entrar em dormência e ressurgir logo adiante revigorado. No "ir e vir" de fatos, a negação sentencial vem se constituindo, nos últimos tempos, em assunto de renovado interesse para vários estudiosos da Gramática Gerativa. Uma observação rápida da bibliografia é o bastante para avaliar o alcance deste interesse, tanto do ponto de vista de sua atualidade, como de sua extensão.

Neste trabalho, será estudada a negação sentencial no Português Brasileiro. De início, é necessário frisar que este é um estudo exclusivamente sintático da negação, o que não implica que seja incompatível com estudos de outra natureza. Antes, deve ser entendido como

complementar. Considerações de caráter fonológico ou semântico serão tecidas se contribuírem, de alguma forma, para assentar a análise em bases mais claras e sólidas. Em especial, o trabalho lança mão de estudos desenvolvidos pela Semântica quando está em questão o escopo da negação e de quantificadores.

Estudar sintaticamente a negação sentencial implica considerar as formas e os mecanismos que permitem combiná-las para explicar como uma língua a expressa. Do ponto de vista gerativo, significa explicar como as sentenças negativas interagem com os Princípios Sintáticos e quais os Parâmetros que estão em jogo.

Segundo Dahl(1979), os marcadores negativos são enquadrados em três classes tipológicas em vista de seu comportamento. Primeiro, eles podem aparecer afixados ao verbo: no turco o resultado disto é o complexo verbal verbo+neg+tempo+concordância (Ouhalla,1990). Depois, eles podem funcionar como "auxiliares" e, então, eles é que recebem afixos: no árabe, o afixo de tempo é amalgamado ao marcador negativo (Benmamoun,1990). Além disso, eles podem ter caráter adverbial precedendo ou seguindo o verbo: no suíço alemão, uma língua V₂, o marcador negativo vem depois do verbo nas sentenças matrizes e antes do verbo nas sentenças subordinadas (Ouhalla,1990).

Esta tipologia por si só já levanta uma série de questões a respeito do que deve ser um estudo sintático da negação, independente de o marcador negativo ter a mesma função nas línguas: aplicado às sentenças afirma-

tivas, por exemplo, ele reverte o valor de verdade delas. Assim, é possível inquirir a respeito da natureza categorial do marcador negativo, de suas propriedades seletivas, das ordenações dos elementos, das relações de escopo e dos efeitos que resultam de seu posicionamento e assim por diante.

Então, os fenômenos que uma análise sintática da negação sentencial tem que explicar no PB são, no mínimo, os seguintes:

- o fato de o não preceder o verbo flexionado formando um complexo junto com ele (e os clíticos);
- o fato de o não ser proibido de coocorrer com um quantificador ou advérbio negativo pré-verbal (em uma configuração adequada);
- o fato de os quantificadores e advérbios negativos pós-verbais exigirem a presença de um item negativo precedendo o verbo;
- o fato de certos tipos de sentenças subordinadas serem sensíveis à presença de uma negação na sentença subordinante, a ponto de um advérbio ou quantificador negativo ser liberado após o verbo por aquela negação.

Como já anunciado, a dissertação se insere no modelo gerativo dos Princípios e Parâmetros, partindo de *Lectures on Government and Binding* e alcançando os seus desenvolvimentos mais recentes. Dentro desta perspectiva, não é um estudo ocioso em vista de duas cons-

tatações: a primeira diz respeito ao fato de que, até onde pudemos pesquisar, nenhuma análise mais geral sobre o assunto foi elaborada nesta linha, apesar de o PB apresentar particularidades que justificam tal estudo; a segunda decorre do fato de que as análises elaboradas para outras línguas, como as resenhadas no Capítulo I, não se aplicam diretamente aos fatos do PB (embora muitas das idéias contidas nelas sejam aproveitadas).

Como não poderia deixar de ser, o estudo da negação sentencial que será desenvolvido pressupõe as várias sub-teorias da Gramática: a Teoria da Regência, a Teoria \bar{X} , a Teoria do Caso, a Teoria Temática, a Teoria do Movimento, a Teoria das Fronteiras, a Teoria da Vinculação. Obviamente, elas partilham um imbricamento tal que nenhuma delas pode ser ignorada na formulação de julgamentos acerca da gramaticalidade das sentenças. Isto é, uma sentença só pode ser considerada gramatical após ter passado pelo crivo de cada uma das subteorias. Entretanto, dada a natureza do assunto, apenas a atuação de algumas delas serão realçadas.

Uma das subteorias que vão intervir mais frequentemente na discussão é a Teoria \bar{X} . Em relação a este módulo, dois pontos são destacados. O primeiro envolve a representação estrutural das sentenças nos vários níveis em que são consideradas. Em especial, especula-se a respeito das posições dos advérbios e quantificadores negativos na Estrutura S num sistema que leva a sério a Teoria \bar{X} .

Além das questões relativas à posição em que os advérbios podem ser gerados, a hipótese menos usual a ser avaliada é a estruturação em que se joga com dois especificadores de NegP, um A outro \bar{A} . A priori, a Teoria \bar{X} prevê um único Spec para cada categoria, no caso o Spec \bar{A} para NegP. Mas, a partir da necessidade de atribuir nominativo ao sujeito em configuração de Spec-núcleo, postula-se um outro Spec A, resultado de Neg^o ter se tornado um núcleo híbrido Neg^o/I^o após alojar I. Apoio para este passo é buscado em Rizzi & Roberts(1989).

O segundo ponto envolve a categoria NegP, seu estatuto como categoria, sua estruturação e sua relação com as outras categorias funcionais. É admitido que o PB realiza a negação sentencial mediante a categoria funcional NegP. Seu núcleo Neg^o é nulo se o Spec de NegP é preenchido por um advérbio ou quantificador negativo; caso contrário, não preenche obrigatoriamente Neg^o.

Além disto, tomando por verdade que as propriedades de subcategorização dos núcleos funcionais estão sujeitas a variação pramétrica, como sugerido por Laka (1990), Ouhalla(1990) e Zanuttini(1991) postula-se que, no PB, NegP domina IP, em oposição ao que acontece com o inglês em que IP domina NegP. Isto é fundamental para explicar por que Neg^o deve ser vazio quando um quantificador ou advérbio negativo ocorre (na configuração adequada) em posição pré-verbal.

Além da Teoria \bar{X} , a Teoria do Movimento intervém

com muita frequência. O que se discute neste particular é o movimento envolvendo os núcleos V^0 , I^0 e Neg^0 . Postula-se que V^0 se move obrigatoriamente para I^0 e o complexo aí formado deve se mover para Neg^0 . Isto é, no PB o verbo deve se mover para o núcleo funcional mais alto (excluído o núcleo C^0) tanto nas sentenças finitas como nas infinitivas. O que é dado como fator revelador deste movimento é o fato de *não*, o núcleo de $NegP$, estar sempre adjacente ao verbo, formando um complexo cuja unidade só pode ser quebrada pelo pronome clítico objeto.

A Teoria do Movimento traz à discussão a Restrição ao Movimento de Núcleos (*Head Movement Constraint- HMC*) e/ou o Princípio das Categorias Vazias (*Empty Category Principle- ECP*). O enfoque recai sobre as categorias vazias do tipo $[X^0 \ t]$, deixadas pelo movimento dos núcleos. Como não está em questão qual seja a formulação mais adequada da Regência Própria, qualquer uma delas serve a nossos propósitos. Adotamos simplesmente a de Rizzi(1990), formulada nos termos da Minimalidade Relativizada.

A dissertação é organizada em quatro capítulos. O Capítulo I é composto de duas partes. A primeira engloba resenhas de análises elaboradas para as sentenças negativas. Nelas são realçados os pontos diretamente envolvidos na sintaxe das sentenças negativas. A segunda parte contém uma discussão acerca do estatuto sintático do marcador negativo. Procura-se embasamento para estabelecer que a negação sentencial no PB se manifesta mediante a categoria funcional $NegP$.

O Capítulo II também se constitui de duas partes. A primeira discute a questão da estruturação, vale dizer, das propriedades de seleção das categorias funcionais na Estrutura D. Admitindo que as propriedades de seleção das categorias funcionais podem estar sujeitas a variações paramétricas, postula-se que no PB NegP domina IP. Na segunda parte do capítulo, é oferecida uma análise para a sintaxe da negação sentencial no PB.

O Capítulo III estuda o comportamento sintático dos quantificadores e advérbios negativos, que são considerados itens de polaridade negativa. O que é enfocado é a interação destes itens com a negação sentencial. Buscamos explicar, através da relação Spec-núcleo, a ausência obrigatória do *não* em sentenças em que quantificadores e advérbios negativos precedem o verbo. Por sua vez, a presença obrigatória de uma negação pré-verbal, quando os quantificadores e advérbios negativos vêm depois do verbo, é atribuída ao fato de não se verificar a configuração Spec-núcleo.

O Capítulo IV estuda a distribuição dos advérbios negativos. A questão de interesse em tal estudo envolve o fato de o PB permitir "uma distribuição francesa" e "uma distribuição inglesa" dos advérbios negativos. Isto é, o advérbio negativo tanto pode preceder o verbo flexionado (inglês) como vir depois dele (francês).

CAPÍTULO I

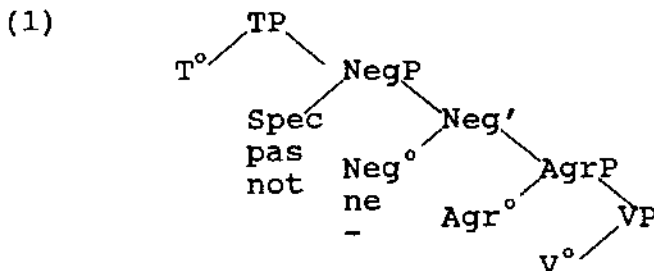
ANÁLISES DA NEGAÇÃO SENTENCIAL E A CATEGORIA NEGP

1. Análises da Negação Sentencial

O objetivo desta seção é expor várias análises que foram elaboradas recentemente para dar conta dos fenômenos relacionados com a negação sentencial. A exposição servirá de base para as discussões que se efetuarão adiante. Em especial, serão realçados pontos que sustentam as análises e outros que fazem com que elas sejam ou não adequadas aos problemas da negação no PB.

1.1. A Análise de Pollock(1989)

De acordo com Pollock, a Estrutura D de uma sentença negativa finita do inglês e do francês é:



em que são focalizados apenas os núcleos e o Spec de NegP. Os princípios básicos que concorrem para que (1) resulte nas Estruturas S de cada uma das línguas são derivados da Teoria da Quantificação e da Teoria θ .

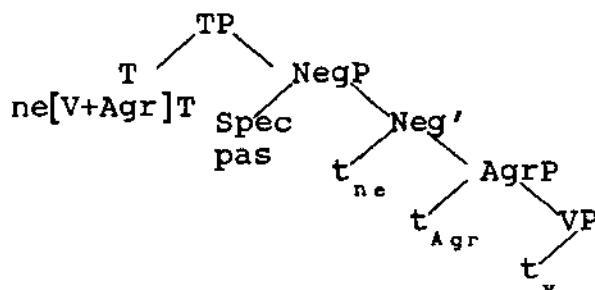
A Teoria da Quantificação exige que um operador ligue uma variável. $T[+finito]$ é um operador e o processo de derivação deve ser capaz, a qualquer custo, de produzir uma variável para ele. Em vista de T ser um núcleo, somente uma posição nuclear é capaz de alojar sua variável. Se o próprio T não se move, outro núcleo deve se mover para produzir a variável para ele. Numa língua em que o verbo se move, seu vestígio pode contar como uma variável para T . Caso contrário, alguma outra posição X^0 deve se esvaziar para servir de variável para T .

A Teoria θ exige condições favoráveis para que um verbo munido de grade θ seja capaz de descarregá-la. Um verbo *in situ* sempre tem esta capacidade. Porém, uma cadeia $[V, t_v]$, formada pelo deslocamento do verbo para Agr^0 , está sujeita a restrições de ordem paramétrica. O parâmetro em questão se relaciona com a natureza de Agr : um verbo em Agr^0 é capaz de cumprir as exigências da Teoria θ somente se Agr é "forte" ou "transparente"; se Agr é "fraco" ou "opaco", um verbo em Agr^0 não encontra condições para descarregar sua grade θ .

No francês, Agr é transparente. Então, o verbo deve mover-se para Agr^0 — o que não viola a Teoria θ — e, daí, juntamente com Agr , para T^0 (o fato de o advérbio, que é gerado em posição pré-verbal, vir após o verbo no francês é apontado como evidência em favor do movimento). Por meio deste movimento, são criadas posições vazias que servem de variável para T , satisfazendo-se, desta forma, a Teoria da Quantificação. A derivação de uma sentença negativa a partir de (1) seria

(2.a). Para chegar a T^0 , *ne* e $[V+Agr]$ sofrem movimentos independentes, sem que isto seja motivo de preocupação para o autor no que diz respeito aos princípios que tal procedimento pode afetar.

(2) a.



b. Jean ne voit pas Marie

No inglês, *Agr* é opaco. Então, a Teoria θ impede o movimento de verbos munidos de grade θ (evidência: os advérbios são gerados em posição pré-verbal onde figuram nas sentenças). Neste estágio, não se cria a variável para *T*. Postular um movimento abstrato na Forma Lógica é inoperante na medida em que *T* é operador já na Estrutura *S*. Assim, o fato de *Agr* ser opaco, no inglês, cria todo esse impasse.

O impasse não se verifica para os verbos destituídos de grade θ , como os modais, *be* e *have*: a Teoria θ não tem o poder de impedir seu movimento para Agr^0 . Movendo-se estes verbos, cria-se a variável necessária para satisfazer a Teoria da Quantificação. Assim, uma sentença contendo um desses verbos, como

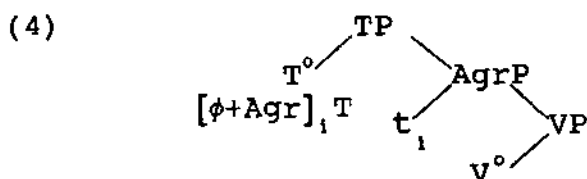
(3) a. John would see Mary

b. John wouldn't see Mary

se explicam, naturalmente, mediante o movimento de *would* para T° .

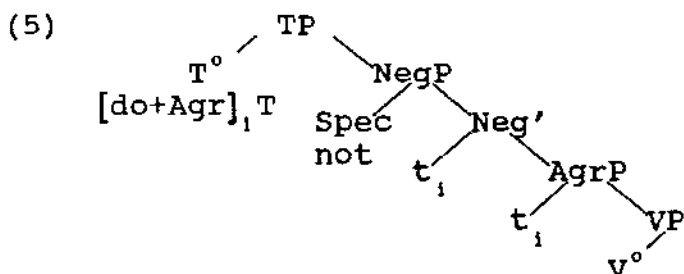
Porém, o impasse se mantém para os verbos munidos de grade θ . Como é preciso criar, a qualquer custo, uma variável para T , o inglês lança mão da inserção de *do* ou de seu equivalente ϕ nulo sob Agr° . O movimento de *do* ou de ϕ para T° providencia a variável para T° .

Uma sentença afirmativa simples teria, no que diz respeito aos núcleos, uma derivação na Estrutura S como



Em algum momento da derivação, não estabelecido por Pollock, o conjunto $[\phi+\text{Agr}+T]$ sofre *affix hopping* amalgamando-se ao verbo.

Uma sentença negativa teria uma derivação como



Agora, *affix hopping* não tem razão para operar pois *do* serve de suporte para os afixos verbais.

Tanto (4) como (5) são representações que se submetem ao ECP. Em (4), t_1 é propriamente regido pelo antecedente em T^0 ; AgrP, não sendo barreira inerente, a regência apropriada entre $[\phi + \text{Agr}]_1$ e t_1 não é bloqueada. Em (5), o t_1 interno a NegP também é propriamente regido: apesar de ser barreira inerente, NegP perde este estatuto por ser L-marcado por do .

Se, em (5), do é substituído por ϕ , o resultado seria uma representação que não se submete ao ECP. NegP sendo uma barreira inerente e ϕ não sendo lexical, o t_1 interno a NegP não é propriamente regido. É desta forma que Pollock explica a inserção obrigatória de do nas sentenças negativas simples do inglês.

Assim, a análise de Pollock dá conta das sentenças

- (6) a. John left
- b. John didn't leave
- c. *John not left

Porém, como demonstra Laka(1989), esta análise não é capaz de explicar por que

- (7) *John did leave

é rejeitada. Se do e ϕ se alternam livremente, a representação (4), com do em lugar de ϕ , não viola nenhum dos princípios em jogo:

- ela satisfaz a Teoria da Quantificação, pois T tem sua variável criada pelo *movi-*

mento do complexo [do+Agr];

- ela satisfaz a Teoria θ , pois o verbo *in situ* é capaz de descarregar sua grade θ ;
- e ela satisfaz o ECP, pois t_1 é propriamente regido pelo antecedente em T^0 .

Consideremos, agora, as sentenças infinitivas para as quais a Teoria Quantificacional é irrelevante no que concerne à natureza de T: sendo [-finito], não ostenta as mesmas propriedades do T[+finito]. Como tal, T[-finito] é inoperante em relação à exigência de variável, não havendo necessidade de esvaziar uma posição X^0 para criá-la. Em consequência, é desnecessário mover algum verbo para T^0 . Quanto à Teoria θ , Pollock afirma que T[-finito] é opaco (fraco como Agr no inglês) e, invariavelmente, impede que um verbo em T^0 descarregue sua grade θ .

Aplicada ao francês, esta análise dá conta da assimetria envolvendo os verbos [+ θ] e [- θ], assimetria esta que não se verifica nas sentenças finitas: só os últimos podem mover-se para T^0 . Vejam-se as sentenças abaixo:

- (8) a. N'être pas heureux est une condition pour
écrire des romans
b. Ne pas être heureux est une condition pour
écrire des romans
- (9) a. *Ne regarder pas la télévision consolide
l'esprit critique

- b. Ne pas regarder la télévision consolide
l'esprit critique

(9.a) é agramatical em virtude de *regarder*, um verbo [+θ], situar-se (juntamente com *ne*) em T°; por sua vez, (8.a) é gramatical, pois, não tendo grade θ para descarregar, *être* pode se mover para T°.

Entretanto, um verbo [+θ] é capaz de mover-se para fora de VP nas sentenças infinitivas, apesar de T° não estar disponível para alojá-lo:

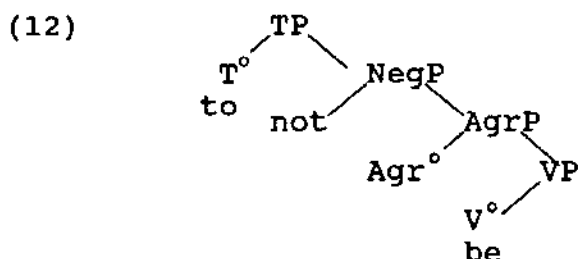
- (10) a. Ne pas souvent regarder la télévision
consolide l'esprit critique
b. Ne pas regarder souvent la télévision
consolide l'esprit critique

A posição pós-verbal do advérbio *souvent* em (10.b) atesta que o verbo moveu-se por cima dele; a posição pré-verbal de *(ne)pas* atesta que o movimento não envolveu T° como posição de chegada. É este movimento que Pollock chama de *short verb movement*, isto é, movimento do verbo para Agr°, o estágio mais alto que um verbo [+θ] pode alcançar nas sentenças infinitivas do francês. Por fim, o fato de o afixo de infinitivo amalgamar-se ao verbo se deve à descida deste para V°.

Aplicada ao inglês, a análise de Pollock explica a ausência de *do* nas infinitivas: como T[-finito] não é um operador, nenhuma variável precisa ser criada mediante o esvaziamento de uma posição X° por movimento:

- (11) a. Not to be happy is a prerequisite for
writing novels
b. ?To be not happy is a prerequisite for
writing novels

A parte relevante da Estrutura D das sentenças de (11) é



Para derivar (11.a), *to* desce adjungindo-se a V°; para derivar (11.b), *be* sobe para (Agr° e para) T°.

A interveniência do advérbio ressalta a assimetria entre verbos [+θ] e [-θ], já verificada nas sentenças finitas do inglês:

- (13) a. I believe John to often be sarcastic
b. (?)I believe John to be often sarcastic
- (14) a. I believe John to often sound sarcastic
b. *I believe John to sound often sarcastic

O verbo [-θ] pode subir para Agr° (e para T°); o verbo [+θ] *sound* não pode subir para Agr°, que é opaco no inglês.

Iatridou(1990) contesta Pollock procurando demonstrar que é desnecessário postular núcleos autônomos, TP e AgrP. Em especial, discorda da necessidade de postular AgrP e de movimentar o verbo para Agr^o.

Como são as únicas sentenças que evidenciam a necessidade de um movimento intermediário do verbo para Agr^o, a autora enfoca as sentenças infinitivas — nas finitas, se sobe, o verbo nunca se detém em Agr^o.

Para o inglês, afirma a autora, um advérbio após o verbo [-θ] não é suficiente para sustentar a conclusão de que houve movimento deste verbo para Agr^o. A força de seu contra-argumento incide sobre o pressuposto de Pollock de que o advérbio é gerado como adjunto a VP. Iatridou abre a possibilidade de outras posições de base para o advérbio: adjunto a um predicado AP (de que resulta (13.b)) ou a um VP, como em

(15) John is believed to frequently have criticized Bill

Neste processo, se alguma sentença resulta inaceitável, isto decorre de o advérbio ocupar uma posição em que não pode ser gerado, devido a incompatibilidades semânticas, não ao movimento impróprio de um verbo [+θ]¹.

¹Ver nota 2 de Iatridou(1990) onde a incompatibilidade semântica entre *often* e *sarcastic* em (14.b) é atribuída ao fato de *sarcastic* ser um *individual-level adjective* incompatível semanticamente com a modificação de *often*.

Para o francês, no que concerne aos verbos [ø], as críticas são as mesmas. O fato novo consiste na presença do advérbio após um verbo temático. Apontando que há outras formas de tratar esta ordenação², Iatridou mostra a incapacidade de o sistema de Pollock dar conta de

((16) Souvent faire mal ses devoirs, c'est stupide

De fato, não há posição Agr^o entre os dois advérbios para alojar o verbo *faire* movido por cima do advérbio *mal*. Se o verbo se move, de alguma forma, certamente a posição de destino não poderia ser Agr^o, posição que no sistema de Pollock deve se encontrar acima de *souvent*.

1.2. A Análise de Chomsky(1989)

Chomsky retoma a análise de Pollock(1989) reformulando-a nos termos do Princípio da Economia de Derivação e estende sua análise às construções interrogativas. Este princípio se resume numa condição de "mínimo esforço" que impera sobre as derivações, fazendo com que a língua opte sempre pelo processo mais breve, menos custoso.

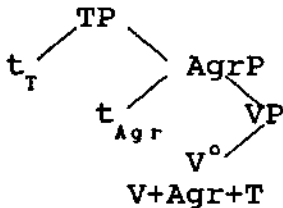
² Iatridou aponta DI Sciullo & Williams(1987) que aventam a possibilidade de se gerar a ordem V+Adv+NP no componente fonológico, sem a necessidade de movimento de verbo. Também cita Travis(1988), que abordaremos adiante, segundo a qual há advérbios que são núcleos sem projeção máxima que podem ser irmãos do verbo.

Uma derivação de custo mínimo é a que lança mão apenas de mecanismos gerais da Gramática Universal. Os mecanismos particulares, as idiossincrasias de cada língua são recursos extremos que devem intervir somente para adequar uma derivação, que precisa ser mantida, aos princípios universais de que ela não pode escapar.

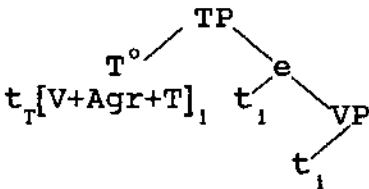
Desta perspectiva, o movimento é um mecanismo da Gramática Universal e a inserção de *do* um mecanismo particular do inglês que atua onde o movimento não pode atuar. A inserção de *do* reconcilia uma sentença negativa ou interrogativa com o ECP, princípio que não é obedecido (nas sentenças com verbos [+θ]) se está disponível apenas o mecanismo universal do movimento.

A derivação de uma sentença afirmativa simples do inglês pode ser representada por

(17) a.



b.



onde AgrP corresponde a AgrP(0) — distinto de AgrP(S), gerado acima de TP. Para derivar (17.a), a Estrutura S, T desce para Agr° formando o complexo [Agr+T] que desce

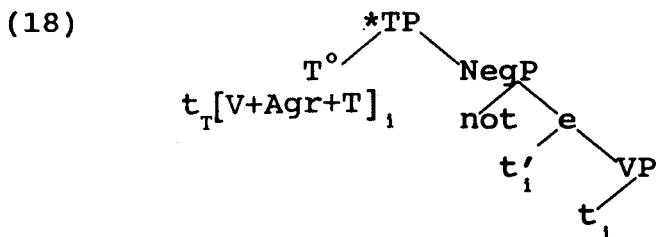
para V° . Estes movimentos se efetuam em virtude da necessidade de os afixos terem suporte e de o verbo [+θ] não ser capaz de subir.

Para derivar (17.b), a Forma Lógica, efetuam-se os seguintes passos:

- apagamento de t_{Agr} e de AgrP, processo disponível para os elementos sem função na Forma Lógica (Lasnik & Saito, 1984);
- [V+Agr+T] sobe para T° (deixando um vestígio intermediário dominado por \bar{e} , indestrutível na Forma Lógica por ser vestígio de [V+Agr+T], um elemento com função, ao contrário de t_{Agr}).

Ambas as operações são necessárias: a primeira para permitir a passagem de [V+Agr+T] na subida; a segunda para que seja satisfeito o ECP que é violado se t_T não é propriamente regido.

As sentenças negativas, porém, não são deriváveis por processo semelhante, pois a derivação não seria compatível com o ECP. A Forma Lógica da derivação imprópria seria



em tudo semelhante a (17.b), exceto pela presença de NegP. Em (18), o movimento do complexo $[V+Agr+T]$ para T^0 não salva a derivação, já que *not* bloqueia, por minimalidade, a regência de t'_1 (na realidade um vestígio de V, $t_{[V^{V+Agr+T}]}$, indestrutível na Forma Lógica).

Vemos, assim, que o mecanismo universal do movimento não é suficiente para adequar a derivação ao ECP. Como último recurso para salvar a derivação, o inglês recorre à inserção de *do*. Chomsky afirma que *do* é inserido na posição de Modal sem tornar preciso qual possa ser esta posição³. De lá, $[do+Agr]$ sobe para T^0 onde os afixos têm seu suporte. Deste modo, T e Agr não descem para V^0 e não se faz necessária a subida do verbo $[+θ]$ na Forma Lógica.

Quando está envolvido um auxiliar, este sobe para Agr^0 e o complexo aí formado sobe para T^0 pulando *not*. Como o vestígio sob Agr^0 é, na realidade, um vestígio de Agr, $t_{[Agr^{Aux+Agr}]}$, ele pode ser apagado na Forma Lógica.

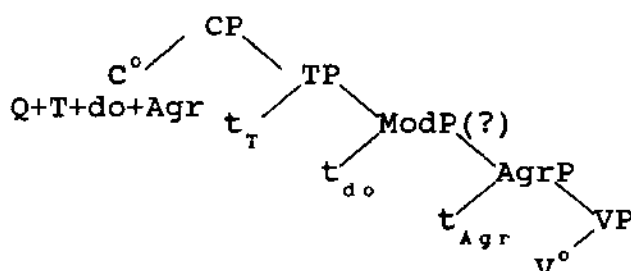
Note-se que t_{Aux} , deixado pelo movimento de Aux para Agr^0 , é propriamente regido. O que faz com que as coisas sejam assim, apesar do apagamento de t_{Agr} , é o fato de este antecedente "γ-marcar" t_{Aux} antes de ser

³ Esta posição pode estar abaixo de NegP. Neste caso, o movimento de $[do+Agr]$, pulando Neg^0 na Estrutura S, não vai implicar na violação do ECP. Na Forma Lógica, t_{Agr} e AgrP são apagáveis por não terem função neste nível.

apagado⁴.

Nas sentenças interrogativas matrizes, a inserção de *do* é igualmente necessária, se o verbo é daqueles que não podem subir na Estrutura S. Chomsky pressupõe a presença de um morfema interrogativo *Q* em *C*^o. Sobre *Q* pesa a exigência de que tenha suporte na Estrutura S. Assim, a descida de *T* e de *Agr* para *V*^o produziria um resultado inadequado em vista de *Q* ficar sem suporte. De novo, o inglês lança mão da inserção de *do* para contornar o problema. Este, junto com *Agr* e *T*, sobe para *C*^o e serve de suporte para *Q*. A configuração resultante é (19.a) para uma sentença como (19.b):

(19) a.



⁴ Chomsky sugere que este processo é o que está envolvido na derivação das sentenças negativas do francês. Nelas, *pās* funciona como *NOT*, bloqueando a regência própria do vestígio imediatamente abaixo.

Nesta língua, *Agr* é forte. Então, o vestígio imediatamente abaixo de *pās* é um *t_{Agr}*, apesar de conter *V*, e pode ser apagado por não desempenhar nenhuma função na Forma Lógica. Deste modo, qualquer verbo pode subir para *I*, independente de ser [+θ] ou [-θ] .

b. Did John leave?

Para a manutenção da análise de Chomsky é fundamental que Q e Neg não possam se mover. A imobilidade de Q em C° permite justificar a impossibilidade de os afixos descenderem para V°, na Estrutura S, produzindo

(20) *John left?

A imobilidade de Neg, que é o bloqueador da regência apropriada de t'_1 em (18), explica a agramaticalidade de (6.c), aqui repetido:

(6.) c. *John not left

Laka(1989) monta crítica à análise de Chomsky abordando justamente este ponto. Se rejeitamos a imobilidade de Q e Neg supondo que eles descem junto com T e Agr na Estrutura S e, na Forma Lógica, o complexo formado sob V° sobe para T° e C°, o ECP é satisfeito. Esta derivação seria menos custosa do que a que recorre à inserção de do, em virtude de apenas o movimento estar em jogo. Por que, então, o inglês não escolhe esta derivação?

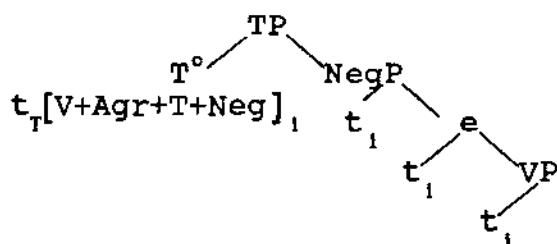
A resposta providenciada por Laka favorece a análise de Chomsky: Neg (e, por assunção, Q) é impedido de descer na Estrutura S por ser um operador de escopo. A descida deste operador altera as relações de escopo, o que Laka evidencia recorrendo a

(21) Who doesn't anybody like?

Se not descesse para V^0 , na Estrutura S, a presença do Item de Polaridade Negativa (IPN) *anybody*, que ocorre como tal sob o escopo da negação, ficaria inviabilizada em (21).

Entretanto, como evidência (21), apesar de Neg não poder descer, ele pode subir para C^0 . Portanto, nenhum princípio impede uma derivação em que, na Estrutura S, T desce pulando Neg^0 ; e, na Forma Lógica, $[V+Agr+T]$ sobe para Agr^0 (dominado por e), para Neg^0 e para T^0 . A configuração resultante seria

(22)



onde cada vestígio satisfaz o ECP.

Assim, a análise proposta por Chomsky não é capaz de rejeitar, de fato, a sentença (6.c), pois a imobilidade de Neg não se sustenta em vista de ele poder subir para C^0 . A derivação (22), a partir do Princípio da Economia, devia, mesmo, ser a opção menos custosa, o movimento sendo o único mecanismo em jogo.

1.3. A Análise de Laka(1990)

Após mostrar que as análises de Pollock(1989) e de Chomsky(1989) falham por não rejeitarem as sentenças inglesas (7) e (6.c), respectivamente, Laka elabora uma

análise abrangendo as negativas do inglês, do basco e do espanhol. Sua análise se fundamenta numa condição que opera universalmente sobre os núcleos flexionais:

- (23) T deve c-comandar, na Estrutura S, todos os operadores proposicionais da sentença.

O conjunto dos operadores proposicionais exclui C, um núcleo cuja função, segundo Laka, é relacionar eventos em lugar de modificá-los, como fazem os núcleos funcionais.

Além disso, Laka defende que as relações de subcategorização envolvendo os núcleos funcionais em questão podem estar sujeitas a variações paramétricas. Estas variações se limitam às partes não substantivas do léxico (Borer,1984; Chomsky,1986).

A novidade, em termos de parâmetros, é que estes não estão baseados na natureza do elemento, como o fato de Agr ser opaco ou transparente, numa determinada língua e não em outra; nem concernem a questões de ordem linear, como o fato de uma língua ser de núcleo final ou inicial. A novidade provém do fato de a variação paramétrica envolver as propriedades de subcategorização dos núcleos envolvidos.

Assim, no inglês TP domina NegP enquanto no basco e no espanhol NegP domina TP. A relação de dominância, neste caso pode ser traduzida por: Neg subcategoriza TP no basco e no espanhol, ao passo que T subcategoriza NegP como complemento no inglês. Em apoio a esta hipó-

tese, Laka considera o comportamento dos IPN no inglês e no basco.

Em ambas as línguas, um IPN — que é distinto morfológicamente dos outros quantificadores — tem de ocorrer sob c-comando da negação. Em consequência, um IPN só pode ocorrer em posição Spec de IP se Neg é gerado acima desta categoria ou é movido por cima dela. Em sentenças que ativam o domínio CP (as interrogativas do inglês, por exemplo), Neg pode (deve) ser movido para C° e um IPN pode aparecer como sujeito, como vemos em (21), aqui repetido:

(21) Who doesn't anybody like?

Porém, nas sentenças negativas simples, movimentar Neg para cima de IP produz resultados inaceitáveis, pois não há posição disponível para alojar tal núcleo (já que o domínio CP não está envolvido): o movimento violaria HMC (Travis, 1984). Logo, se ocorre um IPN no Spec de IP, nas negativas simples, Neg deve ser gerado acima de IP, uma vez que não pode estar lá por efeito de movimento. É o que atestam as sentenças do basco e do inglês em

(24) a. Ez da inor etorri
Neg tem IPN vindo
'Ninguém veio'

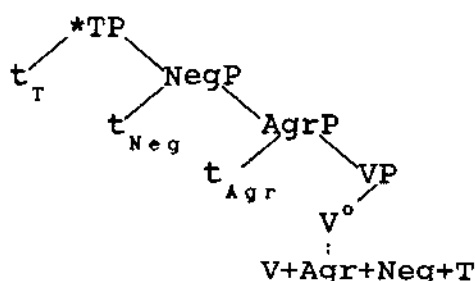
b. *Didn't anybody come

em que apenas (24.a) é gramatical.

Limitando-nos ao inglês, vamos apresentar como a análise funciona. Para as sentenças afirmativas simples, Laka assume a análise de Chomsky(1989): na ausência de modal ou auxiliar, T e Agr descem para V°, na Estrutura S, por meio de *affix hopping*; depois, o complexo aí formado vai para T°, na Forma Lógica, para satisfazer o ECP.

Abordemos, agora, as sentenças negativas. Se todos os núcleos funcionais descem para V°, temos a seguinte representação:

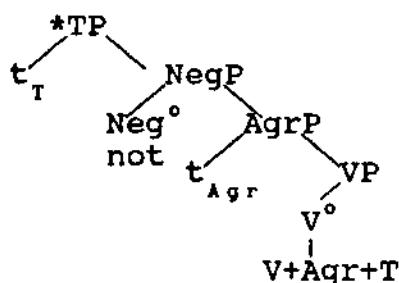
(25)



O que faz (25) ser uma derivação imprópria é a descida de Neg para V°. Se desce, Neg pode ocasionar uma alteração nas relações de escopo, o que não pode acontecer na Estrutura S.

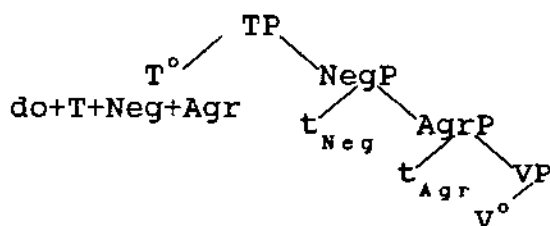
Se T desce, pulando Neg, também teríamos a derivação (26) (na próxima página), que é imprópria. Nela, T não c-comandaria Neg implicando numa violação da Condição (23). A subida do complexo formado sob V°, na Forma Lógica, não salva a derivação já comprometida pela condição (23) na Estrutura S.

(26)



Como um verbo [+θ] não sobe no inglês, na Estrutura S, a única forma de satisfazer a Condição (23) é a inserção de *do* que, em T°, serve de suporte para os afixos verbais. Os vestígios deixados por Agr e Neg são propriamente regidos, legitimando a representação resultante

(27)



Assim, a análise, afirma Laka, não incorre nas falhas notadas em Chomsky(1989) e Pollock(1989).

Nas sentenças infinitivas, *do* não pode ser inserido. Esta impossibilidade está relacionada ao fato de que as sentenças infinitivas não têm especificação temporal (Zagona,1988). Neste caso, a Condição (23), que induz a inserção de *do* nas negativas finitas, não se aplica:

(28) I told you not to go

Apesar de explicar por que *do* não é inserido, Laka não se detém em explicar o ordenamento *not+to* em (28). Se no inglês TP é gerado acima de NegP, como ela assume, alguma explicação faz necessária para dar conta de

(29) *I told you to not go

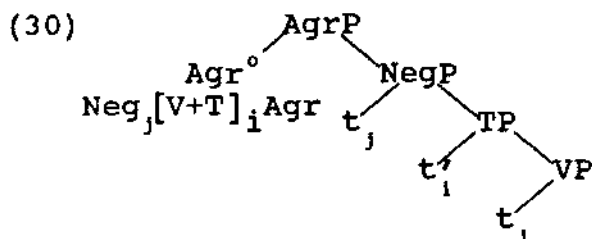
onde a manutenção da ordem subjacente *to+not* produz uma sentença agramatical.

1.4. A Análise de Belletti(1990)

Em oposição às análises apresentadas nas três subseções anteriores, Belletti defende uma estruturação das categorias funcionais em que AgrP domina TP⁵. O argumento mais importante em favor desta estruturação é que ela dá conta da ordem em que os elementos são afixados ao verbo (outros argumentos são: Agr é o elemento que licencia *pro* nas sentenças com sujeito nulo e, portanto, deve reger a posição de sujeito em que *pro* se insere; Agr carrega os traços de concordância do NP sujeito e, portanto, ambos devem estar estruturados de modo a permitir a explicação deste fenômeno).

⁵ Chomsky(1989) refina a concepção sobre as categorias flexionais. Sua proposta é que AgrP engloba dois componentes distintos: um é a concordância própria do sujeito (AgrS) e o outro a do objeto (AgrO), que se manifesta no particípio passado do francês quando o objeto o precede). No resumo da seção 2, o núcleo da categoria esvaziada na Forma Lógica é AgrO.

Quando intervém NegP, Belletti localiza esta categoria entre AgrP e TP. A derivação de uma sentença negativa simples do italiano (e do francês, à parte o Spec de NegP) é representada em



Nas sentenças finitas do italiano, o verbo se move para T° e o complexo resultante deste movimento se move para Agr°; em virtude de sua natureza clítica, Neg deve mover-se para Agr°. Assim, Agr recebe os elementos resultantes de dois movimentos independentes: o de Neg e o de [V+T].

Ocorre que o movimento de [V+T] transpõe uma posição nuclear, sem atender à localidade necessária para a regência apropriada de t'_i. Belletti resolve o problema adotando e implementando a proposta de Moritz(1989) que, na linha de Chomsky(1986), coloca o ônus de validar a estrutura sobre a representação em detrimento da derivação. A representação em (30) é, então, bem formada pois a cadeia [neg_j, t_j] e a cadeia [[V+T]_i, t'_i, t_i] são iniciadas por elementos presentes na mesma posição nuclear Agr°. Esta incorpora os dois índices e, como o índice de cada vestígio não é distinto do índice do elemento que encabeça a cadeia, o ECP é satisfeito.

Laenzlinger(1990) propõe uma outra solução para satisfazer a regência apropriada em (30), nos termos da Minimalidade Relativizada. Observa que as cadeias i e j são diferentes quanto à natureza, de acordo com as concepções de Rizzi & Roberts(1989) a respeito dos movimentos dos núcleos. A cadeia dos afixos verbais, indexada i , é do tipo X^{-1} (como veremos adiante); e a cadeia do clítico negativo, indexada j , é do tipo X^0 . Assim, t_j não figura em (30) como Regente Potencial Típico para t'_i e a Minimalidade Relativizada é respeitada.

1.5. A Análise de Ouhalla(1990)

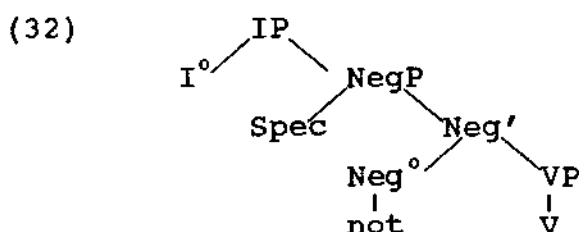
Ouhalla é outro autor que trata das sentenças negativas dentro do modelo da Minimalidade Relativizada. Sua análise vai contra a análise de Pollock(1989) e de Belletti(1990) que permitem, sob certas condições, que um núcleo suba pulando outro; e contra a análise de Chomsky(1989) em que é permitido que um núcleo desça na Estrutura S.

Assim, o movimento dos núcleos fica restrito em dois sentidos: por um lado, deve ser para cima; por outro só pode ser para a posição nuclear adjacente que m-comanda a posição de onde o núcleo se move. Além disso, o movimento deve se processar em qualquer contexto em que as condições são favoráveis para que ele se efetue. As condições favoráveis são definidas em termos de o núcleo superior estar vazio ou de conter um elemento afixal.

Ouhalla, de modo paralelo a Laka, afirma que as propriedades seletoriais de Neg estão sujeitas a variações paramétricas. O parâmetro envolvido é formulado tendo em conta a categoria que Neg seleciona:

- (31) O Parâmetro de Neg
- a. Neg seleciona VP
 - b. Neg seleciona TP

Como o inglês escolhe o valor (31.a) do parâmetro, a parte relevante da Estrutura D de uma sentença negativa seria:



Nesta língua, V não pode se mover para se juntar aos afixos flexionais porque *not* não é afixal. Se pulasse Neg na subida, V não contaria como regente potencial típico para seu vestígio, em vista da interveniência de *not*, o que conduziria a uma violação do ECP.

Daí decorre a inserção de *do* que vai se amalgamar aos afixos verbais. Assim se explicam os fatos de

- (33) a. *John likes not Bill
 b. *John not likes Bill
 c. John doesn't like Bill

(33.a) é agramatical em vista de o verbo ter subido pulando not; (33.b) também, em vista de os afixos terem descido para V; e (33.c) é bem formada a partir da inserção de do.

Nas sentenças contendo auxiliar, este é gerado acima de NegP, pois NegP seleciona VP e o auxiliar está fora de VP. Neste caso, do não precisa ser inserido em virtude de o auxiliar carregar os afixos verbais⁶.

Entretanto, nas sentenças afirmativas do inglês nada impede que o verbo suba para I⁰ dado que ele é preenchido por um afixo. Imediatamente, surge a questão relacionada à impossibilidade de o advérbio posicionar-se entre o verbo e o complemento NP, resolvida diretamente por um modelo em que o verbo não sobe, mas problemática quando se admite que o verbo sobe.

Para enfrentar este problema, Ouhalla recorre a Pesetsky(1989) cujos exemplos mostram que o advérbio pode opcionalmente interpor-se entre o verbo e um com-

⁶ Ouhalla usa o suíço alemão como contraste com o inglês:

(1) Jan köpte inte boken

Jan comprou Neg livros

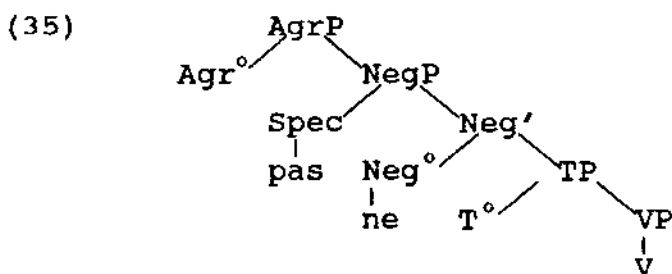
em que o verbo passa por cima de Neg. Porém, ele assume que *inte* não é o núcleo de Neg⁰ mas seu especificador. Daí, o verbo *köpte* pode subir para I⁰ e para C⁰, como acontece nas sentenças matrizes de uma língua V2. O autor aventa a possibilidade de Neg⁰ ser um afixo absoluto, o que responderia pela atração do verbo.

plemento PP:

- (34) a. Sue looked carefully at him
 b. Sue carefully looked at him

O posicionamento de *carefully* em (34) é assim explicado: em (34.a), o advérbio é gerado adjunto a VP e o verbo o ultrapassa em seu movimento para T° ; em (34.b), o advérbio é gerado como adjunto a TP em cujo núcleo o verbo se aloja. Note-se que o verbo não pode ir para Agr° que, em virtude de seu caráter "fraco", é incapaz de atraí-lo.

Em oposição ao inglês, o francês escolhe o valor (31.b) do parâmetro de Neg. Assim, uma sentença negativa apresentaria a seguinte Estrutura D:



Para derivar a Estrutura S, o verbo sobe para T° , para Neg° (*ne*, ao contrário de *not*, é de natureza afixal) e para Agr° . Assim se explicam as sentenças de

- (36) a. Marie n'aime pas Jean
 b. *Marie ne pas aime Jean
 c. *Marie aime pas ne Jean
 d. *Marie aime ne pas Jean

As sentenças agramaticais de (36) apresentam os seguintes problemas: (36.b) decorre do rebaixamento dos afixos flexionais para V^o; (36.c) e (36.d) envolvem a subida do verbo para T^o e para Agr^o pulando Neg.

Para dar conta das sentenças infinitivas do francês (e do inglês), Ouhalla postula que elas não contêm AgrP⁷. Assim, o verbo não se move por cima de *ne* (nem para Neg^o). Apesar de permitir a passagem do verbo quando Agr^o está presente, *ne* não é capaz de atraí-lo na ausência de Agr^o. Entretanto, *pas* deve se adjungir a *ne* para satisfazer as propriedades morfológicas deste último, que é um afixo.

Enfim, a presença de um auxiliar entre *ne* e *pas*, como em (8.a), aqui repetido como

(37) *N'être pas hereux est une condition pour écrire des romans*

se explica pelo fato de o auxiliar figurar em C^o, para onde foi movido após passar por Neg^o. Esta é a via de escape para explicar a gramaticalidade da sentença frente à ausência de Agr^o e de outra posição nuclear

⁷ Ao contrário das infinitivas no italiano, em que Agr^o vai alojar o verbo, como em

(1) a. *(?)*Spesso ridere*

b. *Ridere spesso*

(1.b) reflete o fato de que *ridere* está em Agr^o, ultrapassando TP e que *SPESSE* é gerado como adjunto a TP.

para alojar o auxiliar⁸.

Uma objeção que pode ser levantada para a análise de Ouhalla se refere ao fato de ela permitir a subida do verbo nas sentenças afirmativas do inglês. Se tomarmos como evidência deste movimento a posição pós-verbal de *carefully* em (34.a), vamos encontrar dificuldade para admitir a gramaticalidade de

(38) Sue didn't look carefully to him

Em (38), apesar da posição pós-verbal de *carefully*, a análise de Ouhalla prediz que o verbo não pode subir dada a presença do item *not* que não é afixo.

1.6. A Análise de Zanuttini(1991)

Zanuttini constrói sua análise com base no postulado de que pode haver duas categorias NegP, NegP-1 e NegP-2. A distinção entre elas é traçada a partir das

⁸ Ouhalla se vale do contraste com o italiano e português europeu. Nestas duas línguas, um sujeito lexical pode vir após o auxiliar nas infinitivas:

- (i) a. Ritengo esser loro in grado di pagare il
riscatto
b. Acredito serem eles capazes de pagar o
resgate

De acordo com a análise de Raposo(1987), assumida por Ouhalla, é pressuposta a presença de Agr para atribuir caso ao sujeito.

propriedades de seleção destas categorias: NegP-1 se distingue de NegP-2 por selecionar TP. Além disso, a autora sugere que os marcadores negativos são do tipo X^0 para NegP-1 e do tipo X^{max} para NegP-2. Através desta distinção, procura dar conta da distribuição do marcador negativo em várias línguas.

As diferenças de estatuto do marcador negativo em termos da Teoria \bar{X} responde por certas peculiaridades de comportamento, como o fato de um Neg X^0 bloquear o pulo do clítico em certas construções (ver discussão na seção 2.4. Movimento do Clítico) do italiano, por exemplo. Já no piemontês, sendo do tipo X^{max} , o marcador negativo não tem a capacidade de bloquear o pulo do afixo.

As diferentes propriedades de seleção permitem à autora explicar por que, em algumas línguas, Neg 0 não ocorre em certos contextos, restrição que não se verifica em outras línguas. Neste sentido é enfocado o fato de que Neg 0 não pode negar um imperativo "verdadeiro", nem um particípio em línguas como o italiano, o espanhol (reservamos a discussão sobre este assunto para a próxima seção NegP). A impossibilidade resulta do fato de estas construções não conterem a projeção TP, condição necessária para o licenciamento de NegP-1.

Se em outras línguas, como o piemontês, tal restrição não se verifica, isto se deve ao fato de seu marcador negativo ser do tipo NegP-2 para o qual a ocorrência de TP é irrelevante em termos seletivos. O fato de o inglês, permitir a negação do particípio ao

mesmo tempo em que instancia a inserção de *do* no imperativo (inserção esta que atesta o fato de o imperativo inglês conter TP) é encarado como uma decorrência de esta língua conter os dois tipos de NegP. NegP-1 tem *n't*, que às vezes se manifesta como *not* em certos contextos (registros), como núcleo e NegP-2 tem *not*, que não é intercambiável por *n't*.

Zanuttini defende, ainda, que seu sistema dá conta do fenômeno chamado Concordância Negativa (ver Capítulo IV). Em especial, a presença obrigatória de um *non* pré-verbal em sentenças do italiano que contém um item tipo *nessuno* pós-verbal

- (39) a. Gianni non ha contattato nessuno
b. *Gianni ha contattato nessuno

é assim explicada:

- como *nessuno* deve estar em relação Spec-núcleo na Forma Lógica, para que resulte a leitura da sentença como uma negativa simples, ele deve ser movido para Spec de NegP;
- no italiano, NegP é gerado acima de TP, que constitui uma barreira inerente para o vestígio deixado pelo movimento;
- a fim de reconciliar a estrutura com o ECP, o *non* é inserido em Neg^o. Deste modo, TP é L-marcado, perdendo seu caráter de barreira, e é permitido que *t*_{nessuno} seja propriamente regido.

Uma dificuldade que surge imediatamente para a análise de Zanuttini deriva da posição em que o argumento externo de um verbo é gerado. Sendo gerado em VP (Koopman & Sportiche, 1988), ele deve ser movido para Spec de NegP. Agora, se admitimos que *nessuno* deve ligar um vestígio na posição de argumento externo de VP, as condições estruturais são as mesmas que desencadeiam a inserção de *non* para L-marcar a barreira TP: a cadeia [*nessuno*_i, *t*_i] é interrompida pela presença de TP e *t*_i não vai poder ser propriamente regido. Deste modo, também quando *nessuno* ocupa a posição de sujeito, o *non* deveria ser inserido e (40.b) devia ser gramatical, o que não condiz com os dados do italiano:

- (40) a. *Nessuno ha contattato Gianni*
 b. **Nessuno non ha contattato Gianni*

1.7. Resumo da Seção

Para resumir, as principais idéias dos autores podem ser postas em vários quadros, na tentativa de facilitar uma visão de conjunto e de enfocar os pontos centrais envolvidos nas discussões preliminares. Consideremos, primeiro, o quadro (41) que registra comparativamente algumas idéias dos seis autores a respeito da constituição de NegP. Ele responde basicamente a três perguntas: 1. O preenchimento de Neg° é vazio ou não? Se não é vazio, qual o item que o preenche? 2. Que tipo de palavra preenche ou pode preencher o Spec? 3. Qual categoria Neg° toma como complemento?

(41)

SOBRE NEGP

N E G P						
N Ú C L E O	Pollock	vazio	<i>ne</i>	-	-	-
	Chomsky	<i>not</i>	<i>pas</i>	-	-	-
	Belletti	-	<i>ne</i>	<i>non</i>	-	-
	Laka	<i>not</i>	-	-	<i>no</i>	<i>ez</i>
	Ouhalla	<i>not</i>	<i>ne</i>	-	-	-
	Zanuttini	<i>n't</i>	<i>ne</i>	<i>non</i>	<i>no</i>	-
S P E C	Pollock	<i>not</i>	<i>pas/Adv</i>	-	-	-
	Chomsky	-	-	-	-	-
	Belletti	-	<i>pas/Adv</i>	Adv	-	-
	Laka	-	-	-	Adv/Q	Adv/Q
	Ouhalla	vazio	<i>pas/Adv</i>	-	-	-
	Zanuttini	<i>not?</i>	<i>pas/Adv</i>	Adv/Q	Adv/Q	-
C O M P	Pollock	AgrP _s	AgrP _s	-	-	-
	Chomsky	AgrP _o	AgrP _o	-	-	-
	Belletti	-	TP	TP	-	-
	Laka	Aux/VP	-	-	TP	TP
	Ouhalla	VP	TP	(TP)	-	-
	Zanuttini	TP/VP	Aux/VP	TP	TP	-
	autores	inglês	francês	italiano	espanhol	basco

Em (41), o hífen responde pelo fato de não haver

referência explícita sobre o assunto; e *adv* = advérbio negativo e *Q* = quantificador negativo.

O outro ponto que focalizamos envolve a questão a respeito do que desencadeia o movimento de núcleos. Para todos os autores o movimento deve se sujeitar ao ECP (e HMC). Veja-se o quadro abaixo:

(42) MOVIMENTO DO VERBO

Autor	Motivação	Bloqueio
Pollock	Necessidade de criar variável para T[+finito]	Opacidade de Agr
Chomsky	Necessidade de afixação	Interposição do núcleo <i>not</i>
Belletti	Necessidade de afixação	-
Laka	Necessidade de T c-comandar os núcleos flexionais	Interposição do núcleo <i>not</i>
Ouhalla	O fato de o núcleo superior ser vazio ou afixal	Natureza não-afixal de <i>not</i>

Apontamos, no quadro (43), quais são os principais parâmetros envolvidos nas análises propostas pelos autores. Basicamente, estes parâmetros vão ser responsáveis por permitir, bloquear ou obrigar o movimento dos núcleos (como é o caso da opacidade de Agr); por fazer com que resulte uma ou outra ordem dos núcleos (como é o caso da sucategorização dos núcleos); ou pelo fato de uma língua permitir ou não o fenômeno da Concordância Negativa (como é o caso de NegP-1 e NegP-2).

(43)

PARÂMETROS

Autor	Parâmetro Envolvido
Pollock	Agr [⁺ transparente]
Chomsky	Agr [⁺ transparente]
Laka	Subcategorização dos núcleos funcionais
Ouhalla	Subcategorização do núcleo Neg
Zanuttini	Natureza de NegP: NegP-1 e NegP-2

Os três quadros contêm os principais pontos que estarão relacionados de alguma forma com a discussão contida nesta dissertação.

2. NegP

A discussão contida nesta seção repousa sobre o pressuposto de que o PB comporta uma categoria funcional plena NegP que responde pela negação sentencial. Uma vez admitida esta pressuposição, o interesse se volta para saber qual ou quais dentre as palavras negativas são candidatas a preencher o núcleo Neg^o e para quais se destina o Spec de NegP.

De modo semelhante a Zanuttini(1990), será discutido o que simplesmente é pressuposto em várias análises que abordam a negação sentencial, dentre elas a de Pollock(1989), a de Chomsky(1989), a de Laka(1990) e a de Belletti(1990): que o ne francês, o non italiano, o ez basco, o no espanhol e talvez o not inglês (para Pollock não é núcleo - ver quadro (41) da seção anterior) preenchem o núcleo de NegP.

Este modo de conceber as sentenças negativas levanta imediatamente a questão de saber se o não do PB (e do português europeu) é um preenchimento adequado para Neg^o; e, além disso, se é o único dentre as outras palavras negativas disponíveis que tem esta capacidade. Espera-se que o comportamento dos itens negativos conduza a tomar uma decisão a respeito da questão.

Observemos o seguinte paradigma:

- (44) a. Os adolescentes não visitam os parentes
b. Os adolescentes *nunca* visitam os parentes
c. *Ninguém* pôs os pés lá

- d. *Nenhum* ser humano pôs os pés lá
- e. *Nada* comove João
- f. Ele entrou *sem* cumprimentar os amigos

As palavras destacadas em (44) apresentam propriedades comuns: além de serem negativas, são, de algum modo, operadores. Isto é, operam sobre um domínio que constitui seu escopo. Porém, certas propriedades sintáticas permitem distinguir, por um lado, *ninguém*, *nenhum* e *nada* e, por outro, *não*, *sem* e *nunca*.

A característica sintática que identifica os operadores do primeiro grupo é que estão diretamente relacionados com uma posição argumental (A): *ninguém* e *nada* podem ocupar uma posição A na Estrutura S ou ligar uma variável em tal posição; por sua vez, *nenhum* é um especificador interno a NP (=DP) que quantifica sobre a extensão denotada pelo núcleo do NP. Direta ou indiretamente, estes itens são marcados por caso e recebem papel temático.

Estes itens são descartados como preenchimentos possíveis para Neg^o por suas características de projeção máxima. São incapazes de se incorporarem ao verbo e, se movidos, têm como percurso posições não nucleares, isto é, não se submetem à Restrição sobre o Movimento dos Núcleos (Travis, 1984).

Em oposição aos quantificadores negativos, *não*, *nunca* e *sem* não estão relacionados a posições A. Como tal, não recebem papel temático, nem são marcados por caso. Entretanto, não constituem uma classe unitária.

Sem se distingue dos outros dois por ser tipicamente uma preposição que tem como complemento um NP ou um CP:

- (45) a. João saiu *sem* os documentos
 b. João saiu *sem* que Maria soubesse.

Por fim resta decidir se *não* e *nunca* são candidatos a preencher Neg^o. Sua distribuição deixa ver que eles se comportam de forma distinta:

- (46) a. **Não* o menino viu este filme
 b. *Nunca* o menino viu este filme

Como revela (46), *nunca* pode posicionar-se, ao contrário de *não*, antes do sujeito. Além disso, apenas *nunca* pode coocorrer naturalmente com outra palavra negativa precedendo o verbo finito⁹

- (47) a. *?*Ninguém* não visita os parentes
 b. *Ninguém* *nunca* pisou naquelas paragens

Estas distinções servem de indício para dissociar os dois elementos em classes disjuntas. A hipótese formulada a partir desta disjunção é que apenas *não* é

⁹ A marcação que responde pelos julgamentos de gramaticalidade em (4.a) pretende captar a oscilação leve quanto à aceitação da sentença, Alguns falantes aceitam marginalmente (10.a); outros a rejeitam terminantemente. Fora de cogitação as sentenças profundamente afetadas em que duas negativas valem por uma afirmação.

candidato a preencher Neg°. Trata-se, então, de apresentar propriedades normalmente associadas aos núcleos vendo se *não* se comporta como um deles. Se *nunca* é também um núcleo (da forma como os advérbios são núcleos) estas propriedades devem evidenciar que este item não é preenchimento adequado para Neg°.

Entretanto, é preciso ter em mente que a palavra *não* não apresenta um comportamento uniforme. Zanuttini (1990) explora a concepção de dois marcadores negativos, variáveis no que concerne ao estatuto de núcleo. Esta variação se verifica, segundo a autora, interlingüísticamente (*non* no italiano é um núcleo, ao contrário do *nen* piemontês) e intralingüísticamente (o *not* inglês ora funciona como um núcleo — sempre que pode ser substituído por *n't* — ora como elemento de natureza adverbial tipo X^{\max}).

De modo semelhante, a discussão que se segue requer que se distinga, entre as ocorrências de *não*, aquela(s) que apresenta(m) propriedades de núcleo. Como marcadores negativos não-nucleares, devem constar:

— o *não* pós-verbal, reforço de negação, que coocorre com uma negação pré-verbal¹⁰:

¹⁰ Observem-se variações dialetais quanto à necessidade da negação pré-verbal. Em certos registros nordestinos, a negação pré-verbal é dispensada:

(i) — Raimundo viu Maria?
 — Viu não.

(48) Não vou ao cinema não

— o não que opera sobre constituintes [+N] com função paralela a dos prefixos negativos¹¹:

(49) O gênero masculino é não-marcado

— o não de sentenças que envolvem correlação:

(50) a. Eu vi não a Maria mas a Joana

b. Eu não só vi Maria mas também Joana¹²

c. Não só eu vi Maria mas também Joana

O estudo que estamos desenvolvendo não é capaz de propiciar um tratamento unificado para todas as ocorrências de não.

¹¹ Carlos Franchi (conversa pessoal) alertou-me para a falta de equivalência semântica entre os prefixos negativos *in*, *des* e o *não* nesta função "prefixal". De fato, *desmarcado* não equivale semanticamente a *não-marcado*: *desmarcado* pressupõe que algo estava previamente marcado. A distinção torna-se ainda mais clara se observamos a diferença semântica entre *desfazer* e *não fazer*. O ponto importante para nossa discussão é que o *não*, que precede um elemento [+N], não pode preencher Neg^o, embora conserve o valor semântico usual; note-se, ainda, que ele não pode ser clítico.

¹² Diferente de

(i) Eu não vi só a Maria mas também a Joana

onde o *não* é o preenchimento de Neg^o.

Tendo em vista esses apontamentos, vamos averiguar se o *não* tem comportamento prototípico de um núcleo no que concerne às propriedades seletivas, ao movimento, à interação com outros núcleos e à relação Spec-núcleo.

2.1. As Propriedades de Seleção

Admite-se, em geral, que as propriedades de seleção se estabelecem entre núcleos: um núcleo X^o seleciona um núcleo Y^o . Para os núcleos lexicais, que selecionam outros núcleos lexicais, esta relação é cristalina na medida em que a seleção engloba as propriedades categoriais, temáticas e argumentais. Assim, por exemplo, um determinado preenchimento de V^o pode selecionar um *N* que é núcleo de um NP com papel temático de tema. Neste particular não se põem dúvidas a respeito do que seleciona e do que é selecionado.

Entre os núcleos funcionais, porém, as relações de seleção não são tão óbvias. Esta provavelmente é a causa das divergências que se verificam entre vários autores a este respeito:

- para Pollock(1989), o núcleo *T* seleciona *Agr*; se *Neg* intervém, ele é selecionado por *T* e seleciona *Agr*;
- para Belletti(1990), é *Agr* que seleciona *T*; se *Neg* está presente, ele é selecionado por *Agr* e seleciona *T*. Em comum com Pollock, o fato de *Neg* ser "ensanduichado" pelos dois núcleos flexionais;
- para Zanuttini(1991), *Neg* (lexical ou nulo)

seleciona T ou é selecionado por ele;

- para Laka(1990) pode haver variação paramétrica envolvendo as propriedades seletoriais dos núcleos funcionais: no inglês T seleciona Neg e no basco e no espanhol Neg seleciona T.
- para Ouhalla(1990) também pode haver variação paramétrica e a ordem em que os elementos funcionais se amalgamam a um núcleo, se forem afixos, reflete as propriedades seletoriais.

Zanuttini(1990,1991) argumenta em favor da hipótese de que Neg seleciona T em certas línguas lançando mão de contextos em que o preenchimento de Neg^o — *non* no italiano e *n't* (ou um *not* que possa ser cliticizado) no inglês — não pode ocorrer (a exposição aqui se limita ao italiano):

- (51) a. *Maria ha sempre non pagato le tasse
b. *Non arrivata in tempo, Maria non ha più trovato posto a sedere
- (52) a. *Non telefona
b. Non telefonate

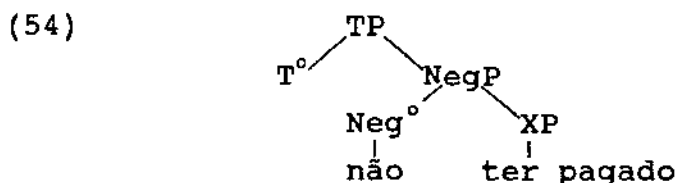
Os exemplos (51.a) e (51.b) mostram que *non* é incompatível com um particípio; (51.a) mostra a mesma incompatibilidade em relação à forma *telefona* do imperativo. A autora atribui a agramaticalidade das sentenças a uma violação das propriedades seletoriais de Neg. Se este seleciona T e se nas sentenças (51.a), (51.b) e (52.a) o particípio e o imperativo não contêm tempo, então se explica a agramaticalidade destas sentenças.

No que concerne ao PB, os argumentos de Zanuttini parecem não ser decisivos para sustentar a conclusão. Para esta língua vamos postular que Neg seleciona T e, apesar disso, as predições a respeito da agramaticalidade de algumas das sentenças não se confirmam. Começemos a discussão pela sentença equivalente a (51.a), que é igualmente agramatical:

(53) *Maria tem sempre não pagado os impostos

Mas, a razão da agramaticalidade pode ser encontrada em outros fatores.

Imaginemos que NegP seja gerado abaixo de TP e acima de ter:



Neste caso, T selecionaria Neg. Ainda assim, a agramaticalidade de (53) é explicável: ou *não* desceu para XP ou *ter* subiu para T° pulando *não*. A descida de Neg é um movimento impróprio, na Estrutura S, uma vez que pode alterar as relações de escopo (ver Laka, 1990). A subida de *ter* deixando para trás o *não*, caracteriza um caso de excorporação (Baker, 1988) e não há como reconciliar a estrutura com o ECP.

A alegação da falta de T para rejeitar sentenças como (51.b) é igualmente problemática. Negar um parti-

cípio absoluto no PB resulta em sentenças que não são de todo agramaticais, como vemos em (55.a). Ademais, negar um partício absoluto com *nunca* resulta numa sentença perfeitamente gramatical, como vemos em (55.b).

- (55) a. ??Não encontradas as páginas, ele desistiu
b. Nunca lembrados no Jornal da Crítica, os jovens escritores desistiram¹³.

Observe-se as sentenças nitidamente melhores de

- (56) a. Não cumpridas as cláusulas, o contrato será desfeito
b. Não atendidas as reivindicações, a greve continua

O problema não parece estar na construção com partício absoluto. Esta oscilação pode ser atribuída a incompatibilidades semânticas presentes na sentença.

Parafraseemos (55.a) e (56.a) como

- (57) a. ??Depois que não foram encontradas as páginas, ele desistiu
b. Se não forem cumpridas as cláusulas, o contrato será desfeito

¹³ Este exemplo foi fornecido por Carlos Franchi. Rodolfo Ilari (conversa pessoal) afirma que o exemplo (9.b), embora estranho, não chega a ser agramatical.

O sabor estranho da sentença (55.a) permanece na paráfrase (57.a), onde o que é negado é uma construção que nitidamente envolve T. É provável que o julgamento envolvendo (55.a) e (57.a) decorra de alguma restrição semântica sobre o ordenamento temporal de dois fatos: na ordenação deles, um fato realizado deve ocorrer após outro fato realizado; uma das implicações de não nessas duas sentenças é a negação de que o primeiro fato tenha se realizado.

Por outro lado, nas sentenças de (56) estão envolvidos fatos hipotéticos e a restrição sobre o ordenamento não parece atuar.

Além disso, outro problema para o argumento de Zanuttini pode ser posto tendo em vista que não é imediato que um particípio absoluto não englobe T. Observando o gerúndio e o infinitivo, que são as outras formas chamadas "nominais" pela tradição gramatical, vemos que é perfeitamente normal que coocorram com não:

- (58) a. Não esquecer as mágoas é desgastante.
- b. Não esquecendo as mágoas, você não pode ser feliz.

Se concebemos que estas formas englobam T, o que justificaria a normalidade de (58), fica um tanto complicado negar que T esteja presente no particípio absoluto.

Ademais, na presença de um auxiliar que rege infinitivo ou gerúndio, os efeitos da presença de não são idênticos aos observados em (53):

- (59) a. *Ele vai não pagar os impostos¹⁴
 b. *Ele está não esquecendo as mágoas

Explicar a agramaticalidade de (53) com base no fato de que falta T no particípio, deveria levar à conclusão de que o mesmo acontece em (59) com o infinitivo e o gerúndio. Mas este procedimento complicaria explicar a gramaticalidade de (58). Assim, parece ser preferível dar conta das sentenças agramaticais de (59) do mesmo modo que foi feito para (53): mesmo que T seleccionasse NegP, estas sentenças violariam o ECP.

Para Zanuttini, é também a falta de tempo no imperativo que explica o fato de ele não poder ser negado por *não*. As formas do imperativo se dissociam em duas classes segundo sejam [+T], as formas supletivas, emprestadas do subjuntivo ou de outros paradigmas de conjugação; e segundo sejam [-T], como é a 2ª pessoa do singular *telefona*, do italiano. Esta última não pode coocorrer com *non*.

No PB, as duas formas do imperativo podem ser

¹⁴ Segundo observou Rodolfo Ilari (conversa pessoal), o infinitivo pode ser perfeitamente negado em sentenças como

- (1) a. João parece não estar à vontade
 b. Ele pode não ver as coisas

Independente do motivo que distingue (1) de (59.a), uso este apontamento como evidência adicional de que não é T que está em jogo para licenciar o *NÃO*.

negadas por não, assim como o infinitivo:

- (60) a. Não vem com essa!
b. Não venha com essa!
c. Não telefonar antes das 7.

Em (60.a) temos a forma emprestada do indicativo; em (60.b) temos a forma emprestada do subjuntivo; e em (60.c) temos a forma emprestada do infinitivo. Apesar disto, nada bloqueia a presença do marcador negativo em nenhuma das sentenças de (60): todas as formas deveriam englobar T. Deste modo, eleger uma das formas do imperativo como sendo [+T] não parece se sustentar no PB, dado que não pode negar todas.

Ademais, como apontou Carlos Franchi (conversa pessoal), o imperativo "verdadeiro" não pode ser negado por *nunca*:

- (61) a. *Nunca dirige bêbado!
b. Nunca dirija bêbado!

O interesse deste apontamento é realçado quando observamos que sempre¹⁵ também não coocorre com imperativo "verdadeiro":

¹⁵ A observação de que o mesmo comportamento em relação aos advérbios se verifica no português europeu deve propiciar que se conceba a agramaticalidade de (62.a) a partir de outros fundamentos que não sejam a obrigatoriedade de Neg-1 seleccionar TP.

- (62) a. *Sempre dirige sóbrio!
b. Sempre dirija sóbrio!

Se a agramaticalidade de uma sentença imperativa é atribuída ao fato de Neg selecionar T, talvez o mesmo devesse ser estendida ao fato de *sempre* ser incompatível com um imperativo.

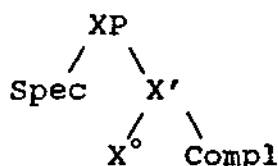
Se a hipótese de que Neg não seleciona obrigatoriamente T realmente não se sustenta, é possível deixar aberto a especulações o que há de imponderável nas relações seletivas entre os núcleos funcionais. Esta situação proporciona, mesmo, abertura a postulação de variações paramétricas envolvendo as propriedades de seleção dos núcleos funcionais. Isto é, a questão paramétrica não se reduziria a uma questão de ordem dos núcleos funcionais, mas abrangeria a relação núcleo-complemento na Estrutura D.

O que queremos preservar para a análise do PB é que Neg seleciona T, nos termos de Zanuttini é do tipo NegP-1, e que, apesar disso, é capaz de negar um imperativo "verdadeiro" ou um particípio absoluto. Se assim não fosse, teríamos de admitir que no PB estamos às voltas com um NegP-2, o que traria sérias complicações para justificar a posição verbal (ou pré-I) de não.

2.2. A Relação Spec-núcleo

Um núcleo, uma vez admitida sua existência, deve submeter-se à Teoria \bar{X} que lhe impõe a seguinte estruturação (sem discutir questões de ordem):

(63)



Por um lado, X° rege Compl de que resulta a atribuição de caso e de papel temático a este último¹⁶. Na seção anterior, foi discutida uma outra relação entre X° e Compl: o fato de X° selecionar (o núcleo de) seu complemento.

Por outro lado, Spec e X° mantêm relações de outro tipo que se traduzem na Concordância Spec-núcleo (dentre outros, Chomsky, 1986). A consequência mais notável deste relacionamento é a atribuição de caso nominativo ao sujeito (por concordância) por I. Além deste, outros fenômenos são, direta ou indiretamente, apontados como resultado desta relação: a impossibilidade de C° ser preenchido, em certas línguas, se Spec de CP contém uma expressão interrogativa WH.

Os fenômenos derivados da relação Spec-núcleo arrolados acima referem-se às categorias IP e CP, categorias largamente admitidas desde Chomsky (1986). A questão, agora, é saber se é possível detectar algum efeito deste tipo de relacionamento que corrobore as

¹⁶ Conforme chamou a atenção Mary Kato (conversa pessoal), só as categorias lexicais têm papel temático para descarregar. Ver no **Capítulo II** a discussão a respeito.

duas hipóteses que temos em mente: que o PB engloba NegP no rol de suas categorias funcionais e que *não*, e apenas ele, é a palavra que preenche Neg°.

Observemos

- (64) a. Ninguém nunca pôs os pés aqui
b. *?Ninguém não pôs os pés aqui
c. *João nunca não visita os parentes

A questão principal se resume em explicar a agramaticalidade de (64.b) e (64.c); ou seja, explicar por que a presença de uma palavra negativa antecedendo o verbo finito acarreta a ausência do *não*, mas não a de *nunca*.

A agramaticalidade de (64.b) e (64.c) pode ser explicada se lançamos mão da relação Spec-núcleo¹⁷. Assim, quando Spec de NegP é ocupado por uma palavra negativa (como veremos adiante), o *não* fica impedido de se manifestar como preenchimento de Neg°. Esta é uma

¹⁷ A tentativa de trazer a questão para a relação Spec-núcleo levanta imediatamente a questão de saber por que os especificadores negativos "eliminam" o *NÃO* enquanto os interrogativos coexistem normalmente com o *que*. Como entender essa incoerência do sistema? A consideração que gostaria de fazer leva em conta que o comportamento pode ser diferente de acordo com a categoria que está envolvida. Se se trata de Infl, notamos, no PB, uma tendência a eliminar pelo menos a presença de suas manifestações morfológicas.

tentativa de recuperar para a negação o mesmo processo Spec-núcleo que, no domínio de CP, bloqueia a sequência [WH that] no inglês, por exemplo¹⁸ (ver Capítulo III).

Assim procedendo, é possível dar conta de

- (65) a. *João visita nunca os parentes
b. João não visita nunca os parentes

Admitamos que uma sentença é definida como negativa pela presença da categoria NegP que é gerada acima de IP. Como *nunca* não chega a atingir a posição Spec de NegP em (65.b), o *não* deve aparecer obrigatoriamente antecedendo o verbo finito para marcar o escopo da

¹⁸No espírito da nota anterior, a concordância verbo-sujeito e a relação *NÃO*-palavra negativa, quando o núcleo c-comanda o Spec, de novo trilham direções opostas. Enquanto a presença do *NÃO* em posição pré-verbal é exigida para licenciar uma palavra negativa pós-verbal, a concordância verbo-sujeito tende a não se manifestar (os "erros" de concordância são muito mais frequentes com sujeito pós-verbal. No que diz respeito à categoria CP, nas interrogativas matrizes, a ocorrência de *WH in situ* proíbe terminantemente o aparecimento do Comp *que*

- (i) a. O que que você viu?
b. *Que você viu o quê?
c. Você viu o quê?

Assim, apesar da assimetria verificada em setores da relação Spec-núcleo, no quadro geral se verifica, ainda, alguma simetria sistemática.

negação sentencial, ou seja, para a sentença seja considerada negativa. Por sua vez, (65.a) é agramatical porque nada justifica a ausência de *não*: nenhuma outra palavra negativa atinge Spec de NegP, deflagrando o processo de "concordância" que impede o *não* de estar presente.

Ao mesmo tempo, a proposta permite traçar uma distinção nítida entre *não* e *nunca*, no sentido de que apenas o primeiro é capaz de preencher Neg^o. As sentenças de (64) servem de suporte para a distinção: por que o *nunca* pré-verbal, ao contrário de *não*, pode coocorrer com outra palavra negativa pré-verbal? A resposta: porque a relação Spec-núcleo, que "elimina" o preenchimento *não* de Neg^o, não se aplica a *nunca*, por hipótese, um elemento de natureza adverbial.

Em sentido paralelo, outros autores lançam mão da relação Spec-núcleo para tratar da negação. Haegeman & Zanuttini(1991) e Zanuttini(1991) explicam por meio desta relação o fenômeno da Concordância Negativa¹⁹. Este tipo de concordância é desencadeado mediante o

¹⁹ Haegeman(1991) postula que há variação paramétrica envolvendo a "força" do núcleo negativo: um núcleo negativo "fraco" é licenciado como uma especificação associada a um outro núcleo (T, por exemplo) nas línguas que não instanciam a Concordância Negativa. Como a Concordância Negativa é derivada da relação Spec-núcleo, as línguas que instanciam este fenômeno presumem uma categoria NegP plena.

movimento do quantificador (e do advérbio) negativo para Spec de NegP, ou na Estrutura S ou na Forma Lógica. Deste processo resulta a configuração Spec-núcleo e a interpretação da sentença como uma negativa simples.

A relação Spec-núcleo também desempenha papel central para a negação no sistema de Laka(1990). Para esta autora, certas línguas licenciam um Item de Polaridade Negativa se tal item ocupa a posição Spec de NegP (além do licenciamento tradicional por c-comando), na Estrutura S.

Veja-se, ainda, a proposta de Ouhalla(1990), para o qual o Spec de NegP é imprescindível para que se mantenha a capacidade de uma negação bloquear a ligação entre um adjunto lexical e seu vestígio nas construções de *inner islands* de Ross(1984).

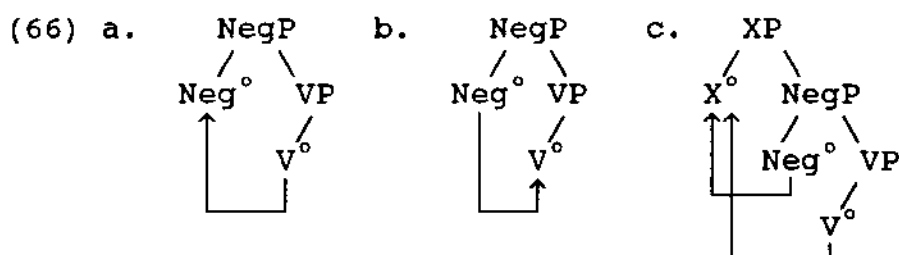
Estas análises contribuem para os propósitos desta seção na medida em que pressupõem a existência de NegP e em que seu núcleo Neg⁰ pode ser preenchido por um marcador negativo como o *não* (ver Capítulo III).

2.3.Movimento

Outro ponto potencialmente capaz de explicitar se não tem estatuto de núcleo é o modo como interage com outros núcleos a propósito do movimento. Segundo o princípio HMC (Travis,1984), que regula o movimento dos núcleos, um núcleo só pode transitar por posições nucleares. A tarefa, então, é averiguar se não exibe um comportamento que seja compatível com nossa hipótese.

Vamos capitalizar, em favor dela, o fato de o *não*, operador da negação sentencial, ser sempre pré-verbal, imediatamente adjacente ao verbo (ou ao conjunto clítico-verbo)²⁰⁰. Se os dois são gerados em posições nucleares distintas, a contigüidade necessária entre *não* e o verbo pode ser concebida como resultado de uma operação de movimento que, posicionando ambos sob o mesmo X°, torna impossível interpor entre eles algum outro elemento.

Ignorando, por enquanto, os afixos verbais, observemos



Essa discussão será retomada no Capítulo II.

²⁰ Como principal característica deste *não* apontamos que ele permite identificar uma sentença como negativa. Nem toda ocorrência de *Não* tem esta capacidade:

- (i) a. A não-absorção dos gases preocupa João
 b. Eu o julgo não-adequado a meus propósitos
 c. João gosta não de Maria, mas de Joana

Essas sentenças devem ser caracterizadas como afirmativas. Outra característica é que este *não* licencia um item de polaridade negativa. A esse respeito, ver o Capítulo II e o Capítulo III.

A decisão sobre qual processo é operante no PB será tomada adiante. Teoricamente, qualquer das três alternativas de (66) pode ser viabilizada, (66.a) sendo a que dispensa considerações adicionais: para o rebai-xamento de um núcleo ver Chomsky(1989); para o movimen-to independente de cada núcleo para X^o ver a análise de Belletti(1990) na Seção 1.5 deste capítulo.

Que *não* e o verbo sofrem um processo de incorpora-ção, formando um complexo indissolúvel é atestado por:

- (67) a. *Ele não, provavelmente, conhecerá Itu
b. Ele nunca, provavelmente, conhecerá Itu

Como vemos em (67), a interposição de *provavelmente* entre *não* e *conhecerá* rompe a unicidade constituída por incorporação, tornando a sentença agramatical²¹. Por sua vez, *nunca*, que presumimos ser um elemento de natureza adverbial, não reage ao teste da interposição de pala-vras e (67.b) é aceitável.

²¹ Note-se que a pausa (vírgula) tem a função de deixar claro que se trata de uma interposição entre *não* e o verbo e não qualquer outro processo, como o que envolve a negação de constituinte:

(i) Ele [não[mais]] voltou aqui
em que *não* não é considerado o núcleo de NegP. Observe-se, ainda, que [não[mais]] pode ocorrer após o verbo finito, acarretando a presença pré-verbal do *não*:

(ii) Ele não voltou [não[mais]] aqui

Reconsideremos, ainda, (46):

- (46) a. *Não o menino viu este filme
b. Nunca o menino viu este filme.

Um corolário da HMC é que um núcleo não pode ocupar uma posição periférica à sentença, não pode ser topicalizado, pois estas posições não correspondem a uma posição X^0 . Se não é um núcleo, a previsão é que sua topicalização, mediante processo de deslocamento, é impossível. Assim, a HMC se encarrega de rejeitar (46.a) que envolve movimento impróprio de um núcleo. Por outro lado, nenhuma restrição se verifica quanto ao aparecimento de *nunca* numa posição periférica, como em (46.b). Este elemento não se submete à HMC, não devendo, portanto, ser um núcleo.

2.4. Movimento de Clítico

O PB permite, com certo grau de marginalidade, o fenômeno conhecido como *clitic climbing* (Kayne, 1989):

- (68) a. Maria pode [_{XP} te ajudar]
b. ?Maria te_i pode [_{XP} t_i ajudar]

Em (68.a), o pronome *te* está cliticizado ao verbo *ajudar* de que recebe papel temático; em (68.b), ele aparece cliticizado a *pode* mediante um movimento desde sua posição de origem, interna a XP (irrelevante qual venha a ser o núcleo X). Como (68.b) é gramatical, deduz-se que nada bloqueia o movimento de *te* e a regência apropriada de t_i .

A inexistência de bloqueio em (68.b) seria tratada por Kayne em termos de L-marcação, isto é, XP é L-marcado por *pode* e não conta como barreira para o vestígio. Moritz(1989) coloca o problema em termos da Minimalidade Relativizada (Rizzi,1990): não há outro núcleo entre *te* e *t_i* que bloqueie a regência.

Observemos, agora, as sentenças negativas do PB:

- (69) a. Maria não pode te ajudar
 b. Maria pode não te ajudar

onde não tem escopo sobre *pode te ajudar* ou sobre *te ajudar* e o pronome aparece cliticizado ao verbo que lhe atribuí papel θ . O clítico *pode* subir em (69.a), produzindo uma sentença marginal; porém, se sobe em (69.b)²²,

²² Em estágio anterior da língua, o clítico podia preceder *não*, resultando o complexo cl+não+V. Aparecida Torres (conversa pessoal) aponta que não encontrou casos de clítico precedendo *nunca* em um *corpus* do século XVIII e XIX. Por outro lado, Carlos Franchi (conversa pessoal) aponta que em estágio anterior (séc XV) o clítico tinha liberdade maior de se posicionar, antecedendo mesmo os advérbios. Então, grosso modo, podemos conceber a seguinte escala evolutiva: 1) liberdade de preceder *nunca* e *não* \implies 2) liberdade de preceder apenas *não* \implies 3) perda da mobilidade. Desde o estágio 2), é possível observar *nunca* e *não* vêm se constituindo em entidades distintas. Uma sentença como (26.b) tem o sabor de português antigo.

o resultado é uma sentença muito pior:

- (70) a. ?Maria não te pode ajudar
b. *?Maria te_1 pode não [$_{XP} t_1$ ajudar]

É a interveniência de *não* em (70.b) que bloqueia a escalada do clítico.

Kayne diria que *não* é um núcleo, nos termos da Teoria \bar{X} , que impediria *pode* de L-marcar XP, bloqueando-se, assim, a regência apropriada de t_1 . Nos termos da Minimalidade Relativizada, *não* seria um núcleo que impede te_1 de reger seu vestígio t_1 . O que nos interessa, aqui, é que ambas as abordagens dependem crucialmente de *não* ter estatuto de núcleo²³.

²³ Uma vez mantida, a concepção de *não* como núcleo choca-se com a análise das *Inner Islands* (Ross, 1984) elaborada por Rizzi (1990) nos termos da Minimalidade Relativizada. Sendo um núcleo, *não* é imediato como *não* é capaz de bloquear o relacionamento entre *COMO* e t_1 em (1.b):

- (1) a. Cristina chegou, o que₁ eles não sabem t_1
b. *Cristina chegou, como₁ eles não sabem t_1

Isto é, *não* não seria um regente potencial típico (diferente do *not* inglês e do *pas* francês, especificadores \bar{A} de NegP) para t_1 , em (1.b), por ser de natureza X^0 .

Entretanto, de acordo com Ouhalla (1990), ainda é possível reconciliar esta concepção com a Minimalidade Relativizada postulando a presença de um operador abstrato presente no Spec de NegP. Este seria um elemento \bar{A} capaz de bloquear a relação relevante em (1.b).

Ao mesmo tempo, o fenômeno da subida dos clíticos permite conceber *nunca* como um elemento de natureza diferente, dada sua incapacidade de bloquear a subida do clítico:

(71) ?Maria não te pode nunca ajudar

Em (71), o clítico transpõe a posição ocupada por *nunca* sem que isto acarrete a agramaticalidade da sentença.

A interação dos clíticos pronominais com o *não* e *nunca* resulta em um quadro um pouco mais complicado²⁴. Primeiro porque uma sentença como (71) é ambígua: ela pode envolver negação dupla (72.a) ou uma negação simples (72.b):

(72) a. 'Maria não pode não te ajudar nunca'
 b. 'Maria nunca pode te ajudar'

A ambigüidade é latente em (72) dada a transportabilidade (Keyser, 1976) do advérbio *nunca* que acaba por neutralizar as indicações sobre qual é seu escopo.

²⁴ Cerqueira & Ribeiro (1991) julgam aceitável a seguinte sentença

(I) Maria não me deve não oferecer nada
 onde a posição do *me*, argumento de *oferecer*, poderia ser encarada como resultado do movimento por cima do *não* mais baixo. Os autores resolvem esta questão postulando que o *me* figura como um "dativo de interesse", que não deve ser concebido como argumento de oferecer.

Além disso, temos as possibilidades:

- (73) a. *?Maria te pode nunca ajudar
b. *?Maria não te podia não dar o livro

Em (73.b) o *te* transpôs claramente um *não*; em (73.a) *nunca* só pode ter escopo sobre (*te*)*ajudar*). De acordo com a análise que desenvolveremos, neste *nunca* está envolvido, de alguma maneira, o núcleo NegP.

2.5. Resumo da Seção

Esta seção procurou pôr em realce as qualidades de núcleo funcional de *não* em oposição às de *nunca* que, procuramos mostrar, não constitui um núcleo da mesma natureza. Esta distinção pode ser traçada com base no comportamento dos dois itens. Na seção 1, foram discutidas as propriedades seletivas do *não* e adotada a posição de Laka (1990) segundo a qual as propriedades de seleção podem sofrer variação paramétrica se estão em jogo categorias funcionais como Neg e I (T e Agr).

A seção 2 tentou mostrar que há características na negação sentencial que podem ser explicadas se levarmos em consideração a relação Spec-núcleo. Em especial, o fato de o *não* ficar impedido de coocorrer com outra negação pré-verbal foi relacionado com suas propriedades de núcleo e com o fato de aparecer em configuração Spec-núcleo com outra palavra negativa.

A seção 3 procurou extrair das posições que o *não* ocupa (e das que ele não pode ocupar) indícios para

corroborar a hipótese de que é núcleo. Além disso, contou como importante o fato de ele e o verbo (ou o conjunto verbo clítico) formarem um complexo que não pode ser desfeito pela interposição de outros elementos como o advérbio.

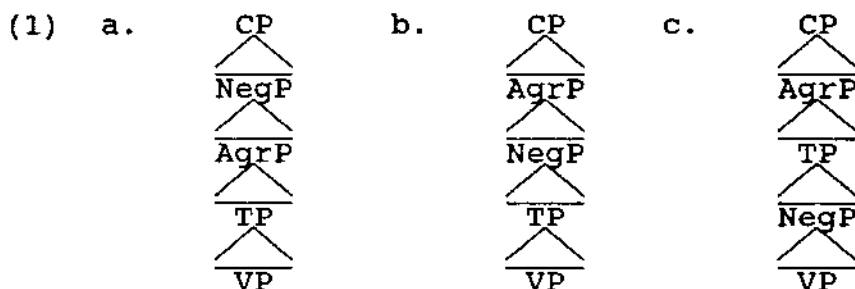
Por fim, a seção 4 se voltou para derivar as propriedades de núcleo de *não* de sua interação com os clíticos. O principal fenômeno destacado foi que o *não* (ao contrário de *nunca*) tem a capacidade de bloquear o pulo do clítico. Embora o fenômeno seja um tanto marginal no PB, o decréscimo da aceitabilidade das sentenças quando o clítico transpõe o *não* é bastante claro.

CAPÍTULO II

A NEGAÇÃO SENTENCIAL NO PB

1. A Posição de NegP na Estrutura D

A tarefa desta seção é definir o lugar em que NegP é gerado e o modo como interage com os outros núcleos. Admitindo que IP se bifurca em duas categorias autônomas, AgrP e IP, e que AgrP domina TP (Belletti, 1990), três possibilidades estão disponíveis:



A possibilidade que tentarei implementar para o PB é (1.a)¹.

Quanto à escolha de uma das possibilidades de (1) a primeira questão que se põe é saber se há elementos a nível de Estrutura D que determinem univocamente a ordem estrutural das categorias funcionais em foco. Se

¹ Na realidade, as opções (1.a) e (1.c) não implicam a decomposição de IP em dois núcleos independentes, pelo menos no que diz respeito a NegP.

existentes, tais elementos são independentes de fatores relevantes para a Estrutura S, como a ordem linear das categorias, a atribuição de caso abstrato.

De imediato, somos levados a pensar nas propriedades de subcategorização dos núcleos. Como vimos na Seção 2 do Capítulo I, os núcleos funcionais são defectivos quanto às propriedades seletivas: estas se reduzem ao fato de eles serem subcategorizados por um complemento, relação que se sustenta sob irmandade (ver Chomsky, 1986). As outras propriedades que derivam da natureza lexical do núcleo (como selecionar um lugar de argumento cujo preenchimento deve ter um determinado papel temático, ou selecionar um CP [+WH] etc.) não devem contar como definidoras de um núcleo funcional.

Em decorrência disto, talvez, o fato de um núcleo funcional selecionar outro e a decorrente ordem em que as categorias funcionais são geradas estão sujeitos a larga margem de manobra. Isto aparece refletido em trabalhos recentes envolvendo, em especial, a posição de NegP na Estrutura D.

Assim, as propriedades de subcategorização, um fator de Estrutura D, não são determinantes para estabelecer a ordenação das categorias funcionais. Entretanto, há limites condicionando a margem de manobra: as três categorias devem estar confinadas entre CP e (Aux)VP. Acima de CP ou abaixo de VP, estas categorias perderiam a capacidade de operar sobre a sentença em que estão inseridas. Nas línguas referidas neste trabalho, a negação sentencial se manifesta mediante um

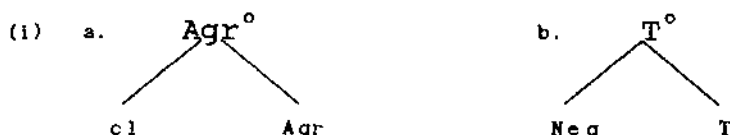
marcador negativo adjacente à direita ou à esquerda do verbo finito².

Outro fator que poderia ser tomado como determinante da ordenação entre as categorias funcionais na Estrutura D são as relações de escopo. Sabemos que, quando estão em jogo duas ou mais sentenças, a negação deve ser gerada em posição tal que as relações de escopo possam ser estabelecidas:

- (2) a. João não disse que Maria viria
b. João disse que Maria não viria

Isto é, se não tem escopo apenas sobre a sentença en-

²Charlotte Galves (conversa pessoal) levanta a questão de que pode ser o caso de Neg e T se encontrarem em condição de c-comando mútuo (escopo mútuo), figurando numa representação idêntica à que muitas vezes é postulada para os clíticos:



Então, *cl* e *Neg* seriam núcleos sem projeção máxima. A proposta ganha plausibilidade se temos em conta que, no PB, *não* pode ser considerado um clítico e que ele não coocorre obrigatoriamente com um elemento como o *pas* francês, concebido, muitas vezes, como Spec de NegP. Assim, o elemento em correlação com Neg — *nunca*, *jamais* — podem ser tratados como meros advérbios. Porém, este caminho não será trilhado aqui.

caixada, como em (2.b), ou sobre toda a sentença, como em (2.a), a Estrutura D de cada uma delas deve refletir este fato.

Agora, quando a questão se restringe ao domínio intra-sentencial, não há elementos suficientes para concluir que NegP deva dominar as outras categorias funcionais ou ser dominado por elas. Neste domínio, se alguma relação de escopo precisa ser explicitamente marcada, é possível recuperá-la em outros níveis como o da Estrutura S (onde os núcleos envolvidos vão estar em relação de c-comando mútuo) ou da Forma Lógica. Assim, as relações de escopo não contribuem para determinar com segurança a ordem estrutural das categorias funcionais na Estrutura D.

A conclusão a que quero chegar é que os critérios invocados para avaliar qualquer das possibilidades de (1) podem, em última análise, ser sintáticos³. Em geral, fatores de Estrutura D devem ser necessários, mas provavelmente insuficientes, para sustentar uma única ordenação estrutural das categorias funcionais para as línguas. Note-se que nem mesmo é necessário postular a existência de determinada categoria, com o mesmo esta-

³ Como apontou Mary Kato (conversa pessoal), é necessário mais uma vez ter em mente a negação sentencial e a de constituinte. Esta última deve ocorrer adjacente ao constituinte sobre o qual tem escopo, independente da posição deste constituinte. A negação sentencial, presumimos, deve estar adjacente a TP.

tuto, para todas as línguas (Iatridou, 1990).

Como revelam várias análises, o que determina a estruturação destas categorias são pressupostos de natureza variada que realçam características específicas dos núcleos:

- o fato de T ser um operador (Pollock, 1989; Laka, 1990);
- a ordenação de afixos verbais (Belletti, 1990; Roberts, 1990; Ouhalla, 1990);
- a capacidade de bloquear uma relação, como a regência apropriada (Pollock, 1989; Chomsky, 1989);
- a natureza da categoria NegP (Zanuttini, 1991)

Em suma, a natureza das categorias funcionais permite postular uma estruturação em detrimento de outra de acordo com os problemas sintáticos que as várias línguas apresentam.

Esta concepção é compatível com a variedade de postulações correntes na literatura acerca da ordenação estrutural das categorias funcionais. Ela é compatível até com a postulação de variação paramétrica de uma língua para outra (Laka, 1990), envolvendo as propriedades de subcategorização destas categorias.

A isto não devem obstar as afirmações de Iatridou (1990) de que, na questão da ordem dos constituintes, o que é passível de variação é a ordem seqüencial (núcleo

final versus núcleo inicial). Para esta autora, a ordenação estrutural que reflete as propriedades de subcategorização não estão sujeitas a variação. Assim, em toda língua, o verbo seleciona — categorial, temática e argumentalmente — seu objeto, não sendo possível o inverso.

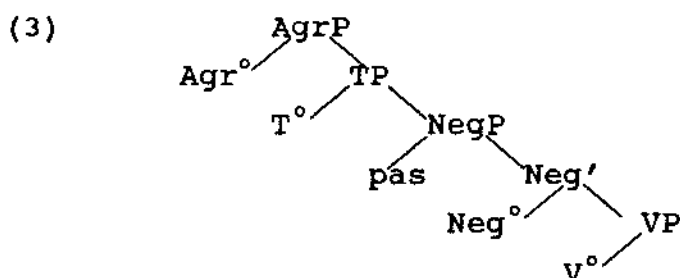
As objeções desta autora, entretanto, parecem menos definitivas quando se trata de partes não substantivas do léxico (Laka, 1990). Como as propriedades de subcategorização entre os núcleos funcionais se restringem ao fato de que um toma o outro como complemento sob irmandade, não é imediato qual núcleo deve tomar qual categoria como complemento. Certamente, a variação não pode ser estendida às propriedades seletivas dos núcleos lexicais.

A seguir, vamos discutir, a partir destes apontamentos, cada uma das possibilidades de (1), buscando fatos sintáticos que determinem ou favoreçam a adoção de uma delas — irrelevante a ordem relativa de TP e AgrP. Ao ser feita referência à análise de um autor, automaticamente estará sendo pressuposta a ordenação adotada por ele.

1.1. IP Domina NegP que Domina VP

Consideremos (1), representada como (3) na próxima página, com as modificações relevantes. Esta representação foi explorada, de certa forma, por Chomsky (1989): o nóculo AgrP (apagado na Forma Lógica por não desempenhar nenhuma função) que apareceria abaixo de NegP é

AgrP_o e não AgrP_s. Também Belletti(1991) explora a representação (3): NegP é equivalente a NegP-2 e é próprio de línguas como o francês⁴.

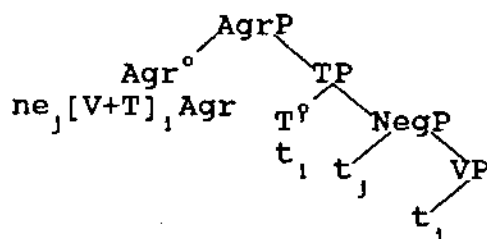


Como no francês o verbo finito se move para Agr°, é preciso dar conta do fato de *ne* preceder o verbo nas sentenças negativas. Imediatamente ocorre lançar mão da idéia de que este fato é consequência do caráter clítico de *ne*. Então, de um modo ou de outro, *ne* deve estar sob Agr°.

O problema é estabelecer com base em princípios como o *ne* atinge Neg°. A representação em Estrutura S de uma sentença negativa a partir de (3) seria

⁴ Sem levar em conta a ordem relativa de AgrP e TP, uma estrutura como (3) é proposta para o inglês por Battistella(1987).

(4)



que registra a subida direta de *ne* para Agr° . Se temos em mente a solução de Laenslinger(1990), (4) é uma representação bem formada. Em particular, ela não viola o ECP como concebido por Rizzi(1990), em vista de as cadeias *i* e *j* serem de natureza distinta: pertencendo a uma cadeia X° , t_j não funciona como Regente Potencial Típico para t_i ; pertencendo a uma cadeia X^{-1} , t'_i não funciona como Regente Potencial Típico para t_j .

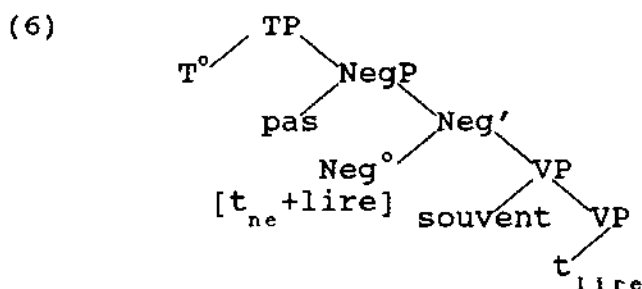
Porém, (4) contém uma cadeia mal formada, de acordo com a solução de Belletti(1990): T° (preenchido por t'_i , antecedente de t_i) não é duplamente indexado, o que deveria impedir a regência apropriada por cima de t_j . Apesar disto, ainda é possível salvar (4): basta estipular que *ne* se cliticiza em T° ; esta posição também recebe o complexo $[V+T]$, formando o complexo $[ne+V+T]$ que, posteriormente, sobe para a posição nuclear mais alta. Assim, T° comportaria a dupla indexação *i* e *j* que permitiria a regência apropriada por cima de t_j .

Em que pese a questão da economia, (4) (= (1.c)) perde pontos para (1.b): aquela requer movimento adicional de T° para Agr° (se *ne* passa por T°) ou apresenta cruzamento excessivo de cadeias (se *ne* vai direto para Agr°), ambas as alternativas indesejáveis em princípio.

Mas, o que realmente conflui para rejeitar (4) como Estrutura D de uma sentença negativa do francês é que gerar NegP tão baixo fecha as portas para explicar (exemplos emprestados de Moritz, 1989)

- (5) a. Ne pas souvent lire Joyce est compréhensible
 b. Ne pas lire souvent Joyce est compréhensible

Se a posição pós-verbal de *souvent* em (5.b) é concebida como resultado do movimento do verbo por cima dele, não há posição nuclear disponível para receber o verbo e o movimento não se ajusta à HMC⁵. Supondo que o verbo se move para Neg^o e *ne* para T^o deixando um vestígio sob Neg^o — a parte relevante da representação seria (6) —

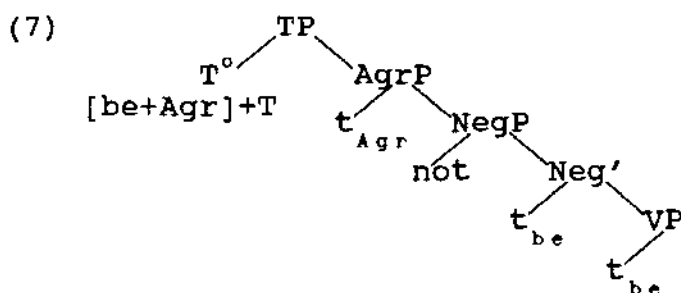


fica caracterizado um caso ilícito de Excorporação (Baker, 1988). Portanto, (5.b) deveria ser considerada

⁵ Entretanto, (1.c) funcionaria como Estrutura D de uma sentença negativa do francês supondo-se que o verbo não sobe nas infinitivas (Iatridou, 1990): o problema da posição para alojar o verbo movido não surgiria.

agramatical, o que se contrapõe aos dados do francês.

Vejamos, agora, como (3) interagiria com as análises propostas para o inglês. Esta estruturação é compatível com a análise de Pollock(1989), em relação à inserção de *do*, se este é inserido acima de NegP. Seu movimento para T° cria a variável requerida pelo operador T[+finito]. Porém, haveria problemas envolvendo verbos que devem ser gerados abaixo de NegP e que, por serem [-θ], *be* por exemplo, devem se mover para T°:



O vestígio de *be* dominado por Neg' não é propriamente regido se um vestígio como t_{Agr} não é capaz de L-marcas a barreira inerente NegP. Na estruturação proposta por Pollock, sendo imediatamente dominado por TP, NegP vai ser diretamente L-marcado pelo preenchimento de T°.

No que concerne à análise de Chomsky(1989), (3) poderia funcionar como Estrutura D de uma sentença negativa do inglês. A capacidade de *not* (=Neg°) bloquear, por minimalidade, a regência apropriada de um vestígio inferior a ele, na Forma Lógica, é mantida e a inserção de *do* é induzida.

Transpondo a discussão para o PB, o comportamento

da negação sentencial não contribui decisivamente para rejeitar (3) como Estrutura D de uma sentença negativa. As sentenças finitas são deriváveis de (3) (à parte a questão do Spec de NegP), o verbo podendo transitar por cada posição nuclear sem ferir qualquer princípio gramatical.

Para as sentenças infinitivas, consideremos

- (8) a. *Não sempre ler Joyce é compreensível⁶
 b. Não ler sempre Joyce [_{VP} t_{ler} Joyce] é compreensível

onde vemos que, na presença de *não*, o verbo deve mover-se por cima do advérbio (se este é gerado à esquerda de VP). A impossibilidade de um advérbio como *sempre* entre *não* e *ler*, ao mesmo tempo em que permite uma distinção nítida entre o francês e o PB (a distinção é mais clara ainda se temos *nunca* em lugar de *sempre*),

⁶ Note-se que

(1) *Nem sempre ler Joyce é compreensível*
 com *nem* em lugar de *não* na sequência, é gramatical. A análise em desenvolvimento neste trabalho requer que *nem* seja distinto de *não*: apenas este último tem a capacidade de figurar como núcleo de NegP. *Nem* pode ser concebido como um operador que atua sobre o constituinte *sempre*. Podemos, ainda, retirar de (1) suporte para a afirmação de que *não+verbo* formam um complexo indestrutível pela interveniência de outro elemento (que não seja um clítico).

não deixa claro o alcance do movimento de cada item.

Suponhamos que *ler* se move para Neg^o formando lá o complexo [*não+ler*], que pode ir além. A representação resultante — que, *mutatis mutandis*, pode ser superposta sobre (7) — é lícita, submetendo-se, em especial ao ECP. Por outro lado, suponhamos que *não* e *ler* se movem independentemente para T^o. Neste caso, os efeitos da dupla indexação validariam, de acordo com Belletti (1990), a representação resultante.

Na ausência de *não*, o movimento do verbo por cima do advérbio seria opcional:

- (9) a. Sempre ler Joyce é incompreensível
- b. Ler sempre Joyce é incompreensível

A comparação das sentenças de (8) e (9) contribui para a conclusão de que, no PB, é a interação entre o *não* e o verbo que determina o movimento deste último e não a interação entre o verbo e T[-finito]. T^o funciona, então, como uma posição disponível para alojar o verbo movido (mas, ver adiante a discussão sobre sentenças finitas e infinitivas).

Em resumo, a adoção de (1.c) como Estrutura D de uma sentença negativa simples cria problemas reais para o francês (se a posição pós-verbal do advérbio indica que o verbo se moveu por cima dele), como vimos a partir de (5). Para o inglês e para o PB (e, talvez, para o italiano e para o espanhol) é possível validar (1.c) tendo como base alguma das análises expostas na Seção 1

do Capítulo I.

Por que, então, poucos dos autores abordados adotam (1.c)? Uma resposta possível abrange dois tipos de considerações. O primeiro envolve o fato de que a adoção de (1.c) não traz ganhos adicionais para o poder explicativo das análises, se comparado com (1.b).

O segundo tipo de consideração se relaciona com uma concepção de economia operando sobre o número de parâmetros para mantê-lo restrito a um *minimum*: se (1.b) é compatível com o francês e com outras línguas consideradas, não se justifica que seja postulada uma outra Estrutura D que não explica satisfatoriamente os fenômenos de uma das línguas do conjunto considerado.

1.2. AgrP Domina NegP que Domina TP

No que concerne ao inglês, embora haja desacordo quanto às propriedades categoriais de *not* — Spec de NegP para Pollock, mas núcleo de NegP para Chomsky e Laka — a localização de NegP entre AgrP e TP (ou simplesmente abaixo de TP) cumpre as funções de bloqueio que desencadeiam a inserção de *do*.

Para Pollock, a regência apropriada da variável ligada por T [+finito] é bloqueada por NegP, uma projeção máxima concebida como barreira inerente. Entretanto, se *do* (em vez de \emptyset) é inserido abaixo de NegP e movido para T^o, NegP vai ser L-marcado por [*do*+T] e o vestígio em Neg^o vai ser propriamente regido (ver Seção 1.1. do Capítulo I).

Para Chomsky, a noção de barreira em jogo é a que se define por minimalidade. A subida do verbo na Forma Lógica deixa um vestígio em AgrP (=e) que, sendo regido por Neg^o (=not), não é propriamente regido pelo verbo alçado. A inserção de *do* (ou a subida dos verbos [-θ]) dispensa o verbo de subir na Forma Lógica e, assim, o vestígio deixado na posição de onde *do* é movido satisfaz o ECP (ver Seção 1.2 do Capítulo I).

Para Laka, a descida de T[+finito] para V^o, pulando Neg^o, viola a Condição de C-comando de T, resultando que T não c-comanda mais Neg^o (=not), na Estrutura S. A inserção de *do* vai permitir que ele sirva de suporte para os afixos verbais e que se cumpra a Condição de C-comando de T: ficando *in situ*, T c-comanda os outros núcleos funcionais "modificadores" do evento (ver Seção 1.3 do Capítulo I).

Voltemos, agora, a atenção para as línguas em que verbos munidos de grade temática se movem. As peculiaridades das sentenças negativas do francês são explicadas diretamente a partir de (1.b). Em especial, esta estruturação possibilita um tratamento adequado das sentenças como as de (5), ficando disponível a posição Agr^o para alojar um verbo movido por cima do advérbio (apesar de ainda restarem problemas sérios quando intervêm dois advérbios (Iatridou,1990)).

Quanto ao PB, não parece haver razões definitivas que sustentem (1.b) como Estrutura D de uma sentença negativa. Como foi apontado na seção anterior, (1.c)

pode igualmente ser aceita como tal, desde que seja possível o verbo se incorporar em Neg^o (de outra forma teríamos dificuldades para dar conta das sentenças infinitivas).

Porém, para alcançar nosso objetivo de implementar (1.a), não é o bastante mostrar que (1.b) não é necessária: é preciso mostrar que ela também não é suficiente, apontando fenômenos, relacionados com a negação sentencial, para os quais esta estrutura não fornece explicação. Se não existirem tais fenômenos, o simples fato de (1.b) funcionar para o inglês, o francês, o italiano, já serve de argumento em favor de sua adoção no PB.

Neste sentido podem ser discutidos dois fatos potencialmente criadores de dificuldades para a adoção de (1.b) no PB: o estatuto clítico de *não* e sua interação com os advérbios e quantificadores negativos.

O fato de *não* ser um clítico é perfeitamente compatível com (1.b). De sua natureza clítica é possível deduzir a necessidade de o verbo incorporar-se em Neg^o e de o *não* acompanhar o verbo para onde quer que ele vá. Um ponto importante, então, é averiguar se o comportamento de *não* permite enquadrá-lo na classe dos clíticos.

Do ponto de vista fonológico, nenhum empecilho se coloca: na sequência fonológica [*não*+verbo], *não* é átono e tem grau de tonicidade correspondente ao de uma sílaba pré-tônica. Do ponto de vista sintático, o cará-

ter de clítico pode ser sustentado a partir de sua incorporação ao verbo.

Apesar disto, há indícios contrários a conceber o *não* como clítico em qualquer situação em que ele funciona como o núcleo de NegP, tomando escopo sobre a sentença. Consideremos (10), na próxima página:

- (10) a. Pedro agrediu João, mas Paulo não
b. Pedro não agrediu João e Paulo também não

Se, em (10), *não* é o núcleo de NegP (que rege um IP vazio, correspondente a *agrediu João*), certamente ele não é um clítico⁷. Como explicar isto tendo por base (1.b)? Além disso, se NegP é gerado entre AgrP e TP, como explicar o vazio em (10)? Voltamos a estas questões na próxima seção.

O segundo ponto que desfavorece (1.b) envolve o posicionamento dos advérbios negativos e a interação deles e dos quantificadores negativos com o núcleo de NegP.

Em posição pós-verbal, os advérbios e os quantifi-

⁷ Compare-se (10.a) com

(1) Pedro agrediu João, mas não Paulo

em que *Paulo* é interpretado como paciente, ao passo que em (10.a) é agente/Spec de IP. As propriedades de núcleo são deduzidas do fato de *não* ocupar a posição após o Spec de IP, típica do núcleo de NegP.

cadadores negativos coocorrem, necessariamente, com uma palavra negativa, que pode ser o *não*, em posição pré-verbal. Porém, o *não* (mas nenhuma outra palavra negativa) é impedido de coocorrer com um advérbio ou quantificador negativo que esteja em posição pré-verbal.

Se a ausência de *não* resulta do fato de ele ser um núcleo em relação Spec-núcleo com um especificador negativo na Estrutura S, a posição entre AgrP e TP é baixa demais para gerar NegP. Esta posição também é muito baixa para explicar a presença de um advérbio negativo entre o sujeito e o verbo, como será discutido adiante. Por enquanto, basta notar que esta posição não está disponível para os advérbios negativos no francês, língua em que eles ocorrem após o verbo.

1.3. NegP Domina IP (AgrP que Domina TP)

Laka(1990) mostra que, no inglês, IP não pode ser omitido em construções que envolvem coordenação como

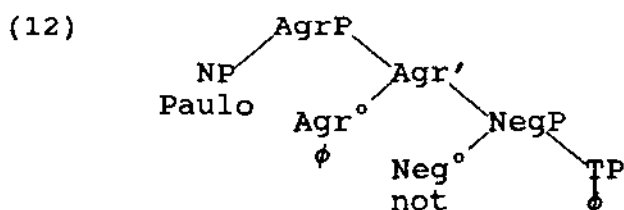
- (11) a. Mary bought a book and Peter didn't
 b. Mary has bought a book and Peter hasn't
 c. *Mary (has) bought a book and Peter not

A agramaticalidade de (11.c), onde é impossível omitir os afixos verbais deixando *not* intocado, evidencia, que NegP é dominado por IP(=TP) na Estrutura D. Isto é, segundo esta autora, a Estrutura D de uma sentença negativa do inglês não pode ser como (1.a).

No basco e no espanhol, a sentença correspondente

a (11.c) é gramatical. No PB, o comportamento da negação, neste particular, é mais afinado com estas duas línguas do que com o inglês. Isto é, sentenças como as de (10) atestam que todo o conjunto *agrediu João* pode ser omitido deixando o *não* para trás. A sentença agramatical (11.c) atesta que, no inglês, *I* deve ser preservado junto com *not* na sentença coordenada.

De acordo com a argumentação de Laka, (10) é prova de que IP é dominado integralmente por NegP, o que favorece (1.a) como Estrutura D de uma sentença negativa. Se a estrutura fosse (1.c) ou (1.b), seria difícil explicar uma operação descontínua, a saber, um processo que afetasse um domínio, digamos AgrP, omitindo seu núcleo, preservando Neg e omitindo o que é dominado por TP, como representado por



Por outro lado, se NegP domina IP, a explicação de (10) se segue naturalmente: o que é omitido é todo o complemento de Neg.

Outra vantagem em favor de (1.a) é que, das três estruturações de (1), ela é a única que faculta captar

a duplicidade acerca da natureza clítica de *não*⁸. Conforme foi sugerido na Seção 1.1, *não* é clítico em (2) mas certamente não é em (10).

Sob a hipótese de que (1.b) é a Estrutura D de uma sentença negativa, é difícil conceber o *não* como podendo não ser um clítico em (10), dado que está intercalado entre os núcleos flexionais. Se ele domina IP, tanto seu estatuto clítico (mediante a incorporação em Neg^o dos núcleos inferiores) quanto seu estatuto de elemento que não é clítico (mediante a omissão do conjunto por ele dominado) podem ser diretamente derivados.

Uma terceira vantagem em favor de (1.a) envolve a posição pré-verbal dos advérbios negativos. Para uma língua como o PB em que, presume-se, o verbo sobe obrigatoriamente para I^o, a estruturação que tem IP como categoria funcional mais alta encontra sérias dificuldades para explicar a posição daqueles advérbios. A análise envolvendo os advérbios negativos será desenvolvida no Capítulo IV.

Observe-se

⁸ Se Zanuttini (1990a) tem razão quanto à existência de dois marcadores negativos no Inglês — um de natureza nuclear, outro de natureza adverbial — os exemplos de (11) evidenciam que o preenchimento de Neg^o é um clítico, independente de se manifestar fonologicamente como *n't* ou *not*.

(13) João nunca chora

Como se explica a posição de *nunca* em (13), tendo (1.b) como Estrutura D da sentença? Uma explicação nos termos de Belletti(1990), segundo a qual o sujeito é movido por cima do advérbio gerado como adjunto a AgrP (ela usa este processo para explicar o posicionamento de advérbios como *provavelmente* entre o sujeito e o verbo), não está disponível. De fato, (13) não ostenta nenhuma interpretação de tópico ou foco normalmente associada aos constituintes em posição periférica a IP.

Outra explicação possível recorre à adjunção de *nunca* a Agr'. Mas esta solução exige rearranjos envolvendo as condições que atuam sobre o processo de adjunção (Chomsky, 1986). A adjunção a X' deve ser permitida, pelo menos, como fato de Estrutura D.

Além disso, resta um outro fenômeno a explicar: a impossibilidade de não coocorrer com outra palavra negativa em posição pré-verbal. Nossa pretensão é derivar esta impossibilidade da relação Spec-núcleo. Para tanto, a estruturação (1.a) é mais adequada que as outras estruturações de (1). No Capítulo III será defendido que estes fenômenos são tratados adequadamente se NegP é gerado acima de IP.

Apesar destas vantagens potenciais, a adoção de (1.a) traz complicações, no que concerne aos especificadores, que exigem soluções não triviais. Para apenas levantar o problema, é amplamente aceito que caso nominativo é atribuído, em muitas línguas, por I ao Spec de

IP, pelo processo de concordância Spec-núcleo. Ocorre que, se NegP domina IP, o sujeito recebe seu caso numa posição que não pode ser Spec de IP. Digamos que tal posição é Spec de NegP. Assim sendo, devemos abrir a possibilidade de NegP ter disponível uma posição A de Spec, o que entra em choque direto com várias análises envolvendo o assunto. Esta dificuldade, que não se manifesta numa língua que atribui nominativo ao sujeito por regência, como é o caso do basco, será abordada na próxima seção.

1.4. Resumo da Seção

Esta seção procurou discutir a estruturação das categorias funcionais NegP, TP e AgrP na Estrutura D. Abordou as divergências contidas em várias análises a este respeito realçando aspectos que as motivam. Em especial, defendeu que os fatores de Estrutura D, tais como subcategorização e escopo, não são suficientes para determinar uma única estruturação para as línguas, que ficam sujeitas a variações paramétricas.

Na Seção 1.1, foram abordados os mecanismos para implementar uma estruturação em que IP (AgrP e TP) dominam NegP, ou seja, (1.c). Ela traz dificuldades para qualquer análise que depende de posição intermediária para alojar o verbo que é movido sem alcançar a posição flexional mais alta, como é o caso das infinitivas do francês segundo a análise de Pollock(1989).

A Seção 1.2. tratou da estruturação (1.b) em que

NegP é ensanduichado por AgrP e TP. Esta resolve o problema da posição para alojar o verbo que sofre movimento curto.

Como dificuldade para a adoção de (1.b) foi colocado o fato de o PB permitir sentenças as como (10), aqui repetidas:

- (10) a. Pedro agrediu João, mas Paulo não
b. Pedro não agrediu João e Paulo também não

Nestas sentenças, seria difícil explicar uma operação descontínua que atuasse para omitir *agrediu João* na sentença coordenada. Além disso, tanto (1.b) como (1.c) seriam impróprias para tratar os advérbios e quantificadores negativos numa concepção que retira efeitos da relação Spec-núcleo. Para tanto, NegP estaria mais baixo que o desejado.

A Seção 1.3. colocou a estruturação (1.a), em que NegP domina IP, como a que melhor atende às peculiaridades do PB. Ela é adequada para explicar os fenômenos observados a partir de (10), o fato de o advérbio negativo *nunca* aparecer entre o sujeito e o verbo e para concepções que lançam mão da relação Spec-Neg°.

2. A Sentença Negativa no PB

O objetivo desta seção, um dos principais da dissertação, é elaborar uma análise para as sentenças negativas simples que seja compatível com os problemas relativos à negação sentencial no PB. A pretensão é que a análise seja, no mínimo, capaz de explicar fenômenos como os seguintes:

— o fato de o *não*, como operador sentencial da negação, amalgamar-se ao verbo finito:

- (14) a. Frequentemente João não chega às 7
b. João frequentemente não chega às 7
c. *João não frequentemente chega às 7
d. João não chega às 7, frequentemente

— o fato de este *não* ter um comportamento sintático peculiar, diferente do das outras palavras negativas relacionadas com a negação sentencial:

- (15) a. Nunca o João visita os parentes
b. *Não o João visita os parentes

— o fato de o *não* ser incompatível com quantificadores e advérbios negativos pré-verbais:

- (16) a. Ninguém pôs os pés aqui
b. *?Ninguém não pôs os pés aqui

— o fato de o quantificador e o advérbio negativos pós-verbais exigirem a presença de um item negativo precedendo o verbo:

- (17) a. Não vi ninguém
b. *Vi ninguém⁹

— o fato de o PB, como outras línguas românicas, exigir Concordância Negativa:

- (18) a. Ninguém disse nada
b. *?Ninguém disse algo

— o fato de os advérbios negativos poderem ocupar várias posições na sentença:

- (19) a. Nunca o João visita a Maria
b. O João nunca visita a Maria
c. O João não visita nunca a Maria
d. O João não visita a Maria nunca

⁹ Charlotte Galves indicou-me os seguintes exemplos retirados de Brandão(1963:259-60):

- (i) a. Nenhum não respondeu (Fernão Lopes)
b. ... ninguém não entende (Sá de Miranda)
- (11) a. E por que há de matar ninguém esta velha?
(Sá de Miranda)
- b. Disse que antes de dar nenhuma resposta...
(Zurara)

Em estágio anterior da língua, as exigências relativas a (16) e (17) não se verificavam.

A esta altura, cumpre estabelecer o que deve ser entendido por sentença negativa. Nos termos de nossa análise, uma sentença é negativa quando engloba a categoria funcional NegP. É esta categoria, que pode ser caracterizada como de tipo [+I] por estar estreitamente relacionada com IP, que cumpre a função de reverter o valor de verdade de uma sentença afirmativa.

Obviamente, a simples presença de uma palavra negativa não é suficiente para determinar que temos uma sentença negativa no PB. A exigência é que o Spec de NegP ou o núcleo Neg^o esteja preenchido (ver Capítulo III sobre o caso de *sem*). Em outros termos, a negação sentencial no PB não se constrói lexicalmente mas funcionalmente através de NegP. Assim, à diferença do inglês, itens negativos de natureza lexical não induzem fenômenos normalmente associados a negação, como o licenciamento de um Item de Polaridade Negativa em

- (20) a. John denied that Mary saw anything
b. *João negou que Maria viu nada

Um teste útil para estabelecer quando uma sentença é negativa pode ser construído pelo acréscimo de nem XP a uma sentença (Brenner, 1977). Só as sentenças negativas toleram tal acréscimo:

- (21) a. Este fato não é passado nem presente
b. *Este fato é não-passado nem presente

Por outro lado, como é largamente assentado na tradição gramatical, pode ser o caso em que apenas um

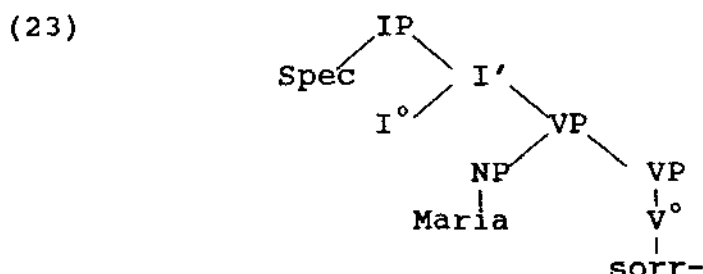
constituente é negado. Este trabalho só tem a ver com esta modalidade de negação se o constituinte negado toma escopo sentencial e desencadeia algum dos efeitos apontados.

2.1. A Derivação de uma Sentença Afirmativa

Começemos a análise observando como pode ser derivada uma sentença afirmativa simples. Consideremos

(22) Maria sorriu

De acordo com a Teoria \bar{X} (Chomsky, 1986) e com concepções envolvendo os especificadores de IP e VP (Koopman & Sportiche (1988); Kuroda (1986), não levando em conta as diferenças envolvendo o fato de *Maria* ser interno ou externo a VP), a estrutura D desta sentença poderia ser representada como



Enfocando os núcleos, há duas alternativas disponíveis para dar conta do amalgamamento da raiz verbal com os afixos verbais que preenchem I° , de que resulta a forma *sorriu* em (22): ou *sorr-* sobe para a posição I° ou os afixos que preenchem I° descem para a posição V° .

Sob uma concepção teórica que aborda este fenômeno nos domínios da sintaxe (Rizzi & Roberts(1989); Baker (1988) e outros)¹⁰, a descida dos afixos traz consequências indesejáveis. Se a Estrutura S é o nível em que o ECP deve ser satisfeito, o vestígio resultante do movimento dos afixos para o núcleo V° não é apropriadamente regido.

Numa língua em que os afixos se amalgamam ao verbo e este não sobe (o exemplo típico é o inglês), é necessário assegurar que o vestígio satisfaz o ECP. Para tanto, Chomsky(1989) postula um movimento abstrato que, na Forma Lógica, leva o complexo formado embaixo de V° para I°. Este artifício propicia a regência apropriada do vestígio em questão: por um lado, recupera a condição que determina que o elemento com conteúdo fonológico c-comande o vestígio que é fundamental na definição de regência; por outro, estipula o nível da Forma Lógica como o relevante para que se verifique o ECP¹¹.

O fato de o advérbio não se localizar entre o verbo e o objeto, muitas vezes, é tido como evidência

¹⁰ Em Chomsky(1981) o nível da gramática em que se processava o amalgamamento destes núcleos era variável e condicionava o valor do *Parâmetro Pro-drop* que uma determinada língua ostentava.

¹¹ O inconveniente deste movimento abstrato é que ele beira a inconsistência no sentido de poder tornar justificável qualquer rebaixamento na Estrutura S.

contra o movimento do verbo no inglês (Pollock, 1989)¹²:

- (24) a. *John kisses often Mary
b. John often kisses Mary

Se o advérbio é gerado como adjunto à esquerda de VP (onde permanece imóvel), a agramaticalidade de (24.a) se explica como consequência da incapacidade de o verbo mover-se, por cima do advérbio, para I°.

Por sua vez, um processo que envolve a subida de qualquer elemento, se ajusta perfeitamente ao ECP e tem a inegável vantagem de criar um vestígio que é apropriadamente regido no momento mesmo de sua criação. Este processo dispensa a elaboração de mecanismos adicionais — como a subida do verbo na Forma Lógica — para que se cumpra o ECP.

Uma vez que se concebia que o amalgamamento dos afixos com a raiz verbal pode ser um fato de sintaxe, a subida do verbo, em vez da descida dos afixos, deve ser a operação preferível. Se nenhum outro fator conspira contra a subida do verbo, esta deve ser a operação adotada.

¹² Outro modo de explicar esse fato envolve um parâmetro afeito à atribuição de caso abstrato (Stowell, 1981) que é condicionada por adjacência estrita. A questão é saber por que a adjacência não é relevante para a atribuição de caso ao sujeito/Spec de IP.

É assim que funciona o italiano (Belletti,1990), o francês (Pollock,1989), o espanhol (Lois,1989), o espanhol e o basco (Laka, 1990). Compare-se, a título de ilustração, as sentenças de (24) com as sentenças correspondentes do francês:

- (25) a. Jean embrasse souvent Marie
b. *Jean souvent embrasse Marie

De acordo com uma análise que lança mão do movimento do verbo e o aplica ao francês, (25.b) é agramatical em virtude de o verbo não ter sido movido, por cima de *souvent*, para I°.

A pergunta que se põe, tendo em vista o comportamento do PB, é a seguinte: o processo de afixação dos núcleos flexionais ao verbo resulta da subida deste ou da descida de I? Como parece não haver evidência em contrário, a resposta deve ser a que afirma que a afixação resulta da subida do verbo.

Para avaliar o alcance do "teste dos advérbios" no PB, consideremos

- (26) a. João freqüentemente beija Maria
b. João beija freqüentemente Maria

Suponhamos que *freqüentemente* é gerado como adjunto à esquerda de VP e que o advérbio não tem a capacidade de se movimentar (suposições de Pollock,1989).

Sob estas suposições, é necessário admitir que o

movimento do verbo por cima de *frequentemente* é opcional¹³. Isto é, temos de admitir que o processo de subida do verbo (26.b) e o de descida dos núcleos flexionais (26.a) são ambos possíveis.

Esta é, certamente, uma solução indesejável teórica e empiricamente. Do ponto de vista teórico, há pesadas restrições sobre a opcionalidade: não há razões para postular dois processos quando um só é capaz de dar conta dos fatos; ainda mais, quando um deles — a descida dos afixos na Estrutura S — contraria o ECP, exigindo mecanismos adicionais para validar a estrutura resultante.

Do ponto de vista empírico, não parece haver fenômenos visíveis — como a inserção de *do* e o fato de o advérbio não se posicionar entre o verbo e o objeto, no inglês — cuja explicação é associada à impossibilidade de o verbo *subir*. Então, o verbo pode subir.

Ademais, há fenômenos que ficam inexplicados se não se admite a subida do verbo (como é o caso, sob as suposições correntes, dos advérbios que não ocorrem antes do verbo). Então, o verbo deve subir. De outro modo, ficaria difícil explicar a agramaticalidade de (27.a):

¹³ Estas suposições são tomadas como artifício para discussão. Na verdade, os advérbios envolvem outros tipos de complicações que serão discutidas no **Capítulo IV**.

- (27) a. *João completamente leu o livro
 b. João leu completamente o livro

Desde que *completamente* seja gerado como adjunto à esquerda de VP, o movimento obrigatório do verbo (inclusive nas formas não finitas) dá conta de (27). Reservamos a discussão envolvendo os advérbios para o Capítulo IV.

Em vista destes apontamentos, a análise a ser desenvolvida se fundamenta no fato de que o verbo sobe no PB, na Estrutura S¹⁴.

2.2. A Derivação de uma Sentença Negativa

Tendo sido fixado, na seção anterior, que NegP é gerado acima de IP no PB, uma sentença negativa simples, como (28.a), seria representada na Estrutura S como (28.b). Para melhor expor os mecanismos afeitos à derivação da sentença, ela será exposta em duas partes: a primeira engloba o movimento dos núcleos: a segunda

¹⁴ O comportamento dos "quantificadores flutuantes" pode ser contado como evidência em favor do movimento do verbo (Galves, 1991):

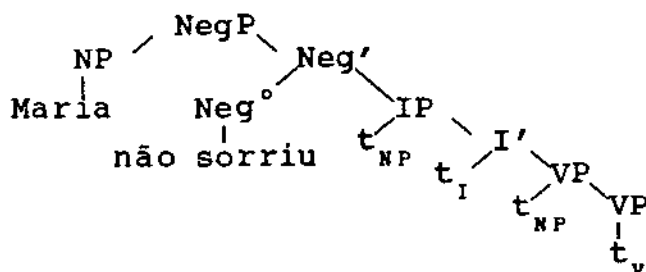
(i) Os meninos deram todos rosas para a professora

De acordo com Sportiche (1988), *todos os meninos* é dominado por V^{max} na Estrutura D. *Os meninos* é movido para Spec de IP e *todos* pode permanecer *in situ*. A ocorrência de *todos* entre o verbo e o objeto resulta, então, do movimento do verbo para I⁰.

se dedica ao movimento do NP. Mas antes será aberta uma pequena seção para discutir a natureza de *não* tendo em vista seu caráter clítico.

(28) a. Maria não sorriu

b.



2.2.1 Sobre o Caráter Clítico de Não

A esta altura, devemos abrir parênteses para considerar o *não*, marcador da negação sentencial, à luz de postulações acerca de seu caráter clítico. Pollock (1989) afirma que o *ne* francês é um clítico; Belletti (1990) estende esta idéia ao *non* do italiano. A análise que vai ser desenvolvida depende crucialmente de ser aceito que o *não* que faz parte do complexo [*não*(+cl)+V] seja um clítico.

Aqueles dois autores postulam que o complexo formado sob a categoria flexional mais alta resulta de dois movimentos independentes: o do complexo verbal, que pula Neg°, e o do clítico negativo. Porém, em nossa proposta, não é possível proceder desta forma em vista de NegP ser gerado acima das categorias flexionais. Se queremos preservar o movimento do clítico para I°, temos de fazê-lo descer. Como a descida desmontaria nosso sistema, postulamos o movimento do complexo ver-

bal para o clítico.

Tendo em vista as concepções correntes a respeito do que seja um clítico, esta idéia é problemática em vários sentidos. Em primeiro lugar, é admitido geralmente que o processo de cliticização, mesmo o que envolve os clíticos negativos, resulta do movimento do clítico. Nesta análise, postula-se que é o complexo verbal que se move para a direita do clítico. Presume-se que isto seja possível em decorrência de o clítico encontrar-se acima de IP. A "inovação" encontra paralelo no processo que move o verbo para que os afixos se amalgamem a ele, em vez de fazer os afixos descerem para o verbo.

Outro problema deriva do posicionamento de *não* em relação ao complexo verbal. Enquanto os clíticos pronominais desfrutam de relativa mobilidade no PB (embora a posição canônica seja a posição pré-verbal), o clítico negativo é fixo, precedendo invariavelmente o verbo. Por que as coisas devem ser assim? A resposta passa pela observação de que o *não* é o núcleo funcional mais alto, o que deve estar refletido na Estrutura S: ele é o elemento mais à esquerda do complexo verbal.

Por outro lado, tendo em vista, ainda, as concepções correntes acerca do que seja um clítico, há propriedades que aproximam o *não* desta classe de itens. Certos fenômenos são explicados diretamente a partir da concepção de que ele é um clítico. Primeiro, realçamos o fato de o *não* pré-verbal, adjacente ao verbo, não ter tonicidade independente, exatamente como ocorre com os

clíticos. Então, do ponto de vista fonológico ele poderia ser concebido como clítico.

Além disto, a interação do *não* com os clíticos pronominais (ver Seção 2.4 do Capítulo I) permite reforçar a idéia de que ele é um clítico. Como vimos, o clítico pronominal pode subir agregando-se a um verbo superior do qual ele não representa um papel temático, mas é impedido de fazê-lo se o *não* está presente.

- (29) a. ?Maria te pode ajudar
b. *Maria te pode não ajudar

Em vez de atribuir esta impossibilidade apenas ao fato de *não* e clíticos partilharem as propriedades de núcleo, podemos atribuí-la ao fato de eles partilharem adicionalmente as propriedades de clítico. De fato, não basta que um elemento seja núcleo para barrar a subida do clítico:

- (30) a. ?Maria te podia ter ajudado
b. *Maria te podia não ter ajudado

É largamente admitido que *ter* é um núcleo; apesar disto, o *te* sobe para *podia* em (30.a) ultrapassando *ter*, o que não pode acontecer, de novo, em (30.b).

Assim, atribuindo a *não* qualidades de clítico, é possível captar mais acuradamente sua capacidade de bloquear a subida de outros elementos da mesma natureza. Uma abordagem em termos da Minimalidade Relativiza-

da (Rizzi,1990) captaria com facilidade esta solução: o clítico negativo seria um Regente Potencial Típico para o vestígio do clítico pronominal, o que bloquearia a regência apropriada do vestígio.

Outra questão surge quando se admite que o *não* e o verbo formam um complexo resultante do processo de incorporação (Baker,1988). Neste caso, surge a pergunta acerca do que permite o preenchimento de um núcleo inferior incorporar-se em uma posição nuclear superior já preenchida por algum elemento.

Certamente, a incorporação é obrigatória se um dos elementos é um afixo: todo afixo procura por um radical ou vice-versa. Por outro lado, algum tipo de restrição deve ser posto quando os núcleos adjacentes são elementos lexicais plenos como o verbo *ter* e o particípio em

- (31) a. Maria tem visitado os amigos
b. Maria tem sempre visitado os amigos

A interveniência de *sempre* entre *tem* e *visitado* atesta que os dois núcleos não devem ter sofrido incorporação.

Por que, então, a incorporação do *não* e do verbo deve ser permitida (ou melhor, obrigatória)? É difícil construir uma resposta encarando o *não* como um afixo. Então, recorreremos à idéia de que este item é um clítico. Desta propriedade é que deduzimos a capacidade de sofrer um processo de incorporação, isto é, de atrair o complexo verbal formado abaixo dele.

Cumprе, ainda, apontar que o preenchimento do Neg° pode também não ser um clítico. Esta abertura é necessária para incluir certas construções no conjunto das sentenças negativas, tais como (32.a), em que se postula um IP vazio na sentença coordenada (ver Laka, 1990), e (32.b) em que o não vale por uma resposta negativa:

- (32) a. João agrediu Pedro mas Paulo não
b. — João agrediu Pedro?
— Não.

Em (32.b), presumimos que o não instancia uma negação sentencial em vista de dois motivos: por um lado, a resposta pode ser Não agrediu; por outro, para responder afirmativamente, o PB lança mão, sistematicamente, do recurso de repetir o verbo finito. Assim, uma resposta afirmativa à pergunta de (32.b) seria Agrediu em vez de Sim, o que deixa claro o caráter sentencial da resposta.

O fato é que tanto em (32.a) como em (32.b) é impossível atribuir ao não propriedades de clítico. Esta impossibilidade decorre de ele desfrutar de autonomia fonológica (pois é tônico) e sintática (pois é um núcleo independente).

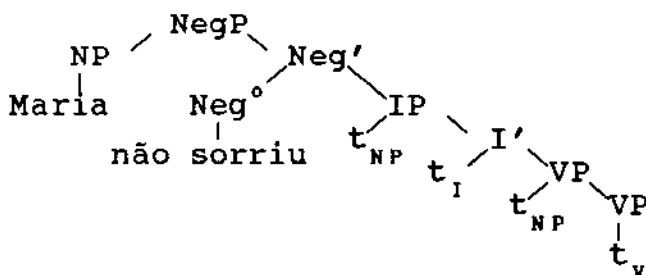
Estes apontamentos nos levam a concluir que o não que responde pela negação sentencial é ambíguo quanto a seu estatuto de clítico. Apesar de ser grafado de uma única forma, o léxico deve conter a informação acerca desta ambigüidade. Assim, do mesmo modo que o pronome tem uma forma clítica (/o/) e outra não-clítica

(/ele/), o clítico (/nuM/) deve ser marcado, de alguma forma, com um traço [+incorporação] de que resulta a necessidade de selecionar um IP que não pode ser vazio; e o item (/nawM/) com o traço [-incorporação].

2.2.2. O Movimento dos Núcleos

No que concerne aos núcleos, (28.b) é bem formada,

(28) b.

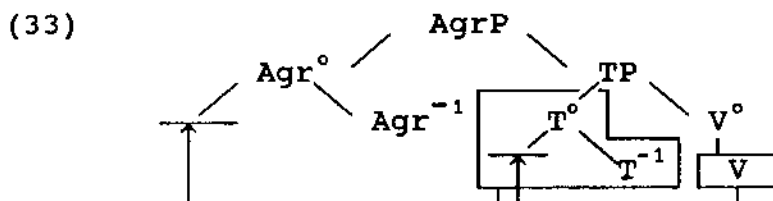


em especial, quanto ao movimento e ao ECP. O movimento é legítimo, pois os núcleos transitam por posições nucleares. Além disso, (28.b) se submete ao ECP: cada vestígio é apropriadamente regido pelo preenchimento do núcleo imediatamente superior, verificando-se a localidade necessária entre ele e seu antecedente.

Em (28.b), o verbo é movido para I°, de que resulta o complexo [V+I], e este complexo sobe para Neg°. Apesar de obrigatórios, estes dois movimentos apresentam diferenças. A ordenação que resulta destes processos pode ser considerada como reflexo desta diferença.

Quanto à subida do verbo para I°, ela é desencadeada pela natureza afixal do preenchimento de I°. Este tipo de movimento é estudado por Rizzi & Roberts (1989) e Roberts (1990). Estes autores afirmam que os

núcleos afixais subcategorizam morfologicamente o núcleo verbal, o que pode ser representado mediante

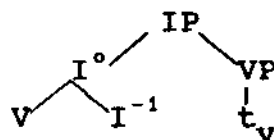


A notação X^{-1} marca o caráter "sub-sintático" da operação. As lacunas sob Agr° e T° , criadas na Estrutura D como função de propriedades do núcleo incorporador, são o lugar de destino para o preenchimento do núcleo subcategorizado. Assim, o verbo sobe para (a lacuna em) T° . Este movimento é obrigatório e é regulado pelo processo de substituição selecionada (*selected substitution*).

A mesma operação dá conta do movimento do complexo sob T° para Agr° . Em virtude do Corolário de Transparência da Regência (Baker, 1988) — um X° que incorpora um Y rege tudo o que Y era capaz de reger estando em sua posição original — os vestígios que resultam dos movimentos em (33) são apropriadamente regidos.

Nos domínios desta dissertação, (33) pode se apresentar de forma mais resumida. Os dois movimentos podem ser reduzidos a um em virtude de não ser necessária a bifurcação de I em dois núcleos autônomos. A representação seria (34) na próxima página:

(34)



O outro movimento envolve o complexo formado sob I° para Neg° . Este não deve ser da mesma natureza do movimento que leva o verbo para I° . O preenchimento de Neg° não é um afixo e não deve selecionar da mesma maneira o núcleo inferior. A posição pós-verbal dos afixos e a posição pré-verbal do não refletem esta diferença.

Como dar conta deste segundo tipo de movimento? Uma tentativa de resposta poderia incorporar a idéia de Laka(1989) (retomada em Rouveret,1989) segundo a qual o movimento para Neg° decorre da Condição de C-comando do Tempo¹⁵, aqui repetida como:

- (35) T deve c-comandar, na Estrutura S, todos os operadores proposicionais da sentença.

Assim, o complexo verbal não pode ficar estacionado em I° devendo subir para Neg° . De outro modo, Neg

¹⁵ Observe-se que adotar esta condição implica realçar outra qualidade do **tempo** que não seja a de afixo verbal: a qualidade de operador, elemento que confere a um V^{max} (nos termos de Koopman & Sportiche) o estatuto de sentença. A não ser que estatuto de operador seja explicitado na dissertação, as referências a **tempo** remetem à qualidade de afixo verbal.

escaparia ao domínio de c-comando de T. Como acentua Laka, (35) deve ser concebido como um princípio da Gramática Universal.

As sentenças negativas do PB não falseiam (35). Entretanto, esta condição não é suficiente para lidar com elas. A sentença infinitiva de (36) mostra isso.

- (36) a. *Não sempre ler Joyce é compreensível
b. Não ler sempre [_{VP} t_{ler} Joyce] é compreensível

Em (36.b), se *sempre* pode ser gerado em alguma posição entre *não* e *ler*, fica claro que o movimento de *ler* para junto de *não* é obrigatório. Caso contrário, teríamos a sentença agramatical de (36.a).

A Condição (35) não explica (36) em virtude de não se aplicar a T[-finito]. Assim sendo, devemos assentar a razão do movimento obrigatório do verbo para junto de *não* em outras bases. Certamente, não basta estender a Condição (35) a T[-finito]. O efeito indesejável deste procedimento seria ter de explicar por que o mesmo não ocorre no inglês, por exemplo. Isto é, teríamos de explicar por que (37) é gramatical, apesar de o not c-comandar to (se to desce para V^o)¹⁶:

¹⁶ No inglês, TP domina NegP de acordo com o sistema de Laka. Se T[-finito] deve c-comandar Neg, não é explicado por que NOT aparece acima de TO.

(37) Not to be happy is a prerequisite for writing novels

Em vez de explicar o movimento do complexo verbal para Neg^o nos termos da Condição (35), vamos elaborar outra explicação apoiada no fato de que o preenchimento de Neg^o pode ser um clítico.

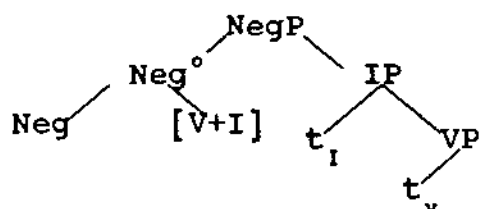
Suponhamos que, numa determinada configuração, um núcleo seleciona outro e o primeiro é um clítico. Neste caso, o núcleo selecionado deve se incorporar à direita do núcleo que o seleciona.

Fazer o clítico atrair o núcleo selecionado é uma tentativa de reeditar no nível sintático a substituição selecionada de Rizzi & Roberts(1989): assim como o afixo seleciona a raiz à qual ele vai se amalgamar, assim um núcleo clítico seleciona o elemento a que ele vai se agregar¹⁷. Deste modo, é possível dar conta do movimento do complexo verbal — seja finito ou não-finito — para Neg^o.

¹⁷ Frisamos que esta abordagem não invalida o movimento independente do clítico *ne* no francês para a posição nuclear superior, T^o nos termos de Pollock (1989). A diferença de comportamento do clítico pode ser atrelada à diferente estruturação dos núcleos funcionais: no PB, não há posição nuclear superior para alojar o clítico *não*, em oposição ao que ocorre no francês em que NegP não seria o núcleo funcional mais alto.

O movimento dos núcleos produz, então, a seguinte Estrutura S:

(38)



Em resumo, para os núcleos há dois tipos de movimento, duas razões para que eles se processem e dois posicionamentos resultantes. O movimento de V para I° decorre das qualidades de afixo do preenchimento de I° e posiciona o verbo à esquerda de I, a posição canônica dos radicais em relação aos afixos flexionais. O movimento do complexo [V+I] para Neg° decorre das qualidades do clítico e posiciona o complexo à direita de *não*, a posição canônica dos elementos que dão suporte ao clítico no PB.

O ponto que a proposta permite reforçar é que a exigência de um elemento de apoio fonológico para o clítico (assim como a exigência de um radical para o afixo) corresponde à direção em que o movimento se processa. Em comum, ainda, o fato de os elementos serem núcleos e de o movimento ser obrigatório.

Além disso, a análise traz embutida uma restrição que opera sobre o processo de incorporação de núcleos e que responde à seguinte pergunta: Quando um núcleo pode se incorporar em outra posição nuclear já preenchida por elementos de conteúdo fonológico? A resposta: quan-

do pelo menos um dos núcleos envolvidos é afixo ou clítico¹⁸.

Não basta como resposta que um dos núcleos seja de natureza funcional, se consideramos, por exemplo, o *ir* que significa futuro como funcional. Assim, o infinitivo não é incorporado a *vou* em

- (39) a. Não vou ler o livro
b. Não vou mais ler o livro

A interveniência do advérbio serve de evidência contra a concepção de que há incorporação em (39) na medida em que destrói a unicidade resultante da incorporação.

¹⁸ Nunes (1991) afirma que AgrO é uma posição disponível para alojar um pronome clítico objeto. E que a ordem *Cl+V*, resulta do verbo manter-se *in situ*.

De acordo com a proposta desta dissertação, a ordenação *Cl+V* resultaria do movimento do verbo para AgrO. Depois, o verbo subiria para as outras posições nucleares superiores. O primeiro movimento explicaria o fato de o verbo e o clítico formarem um complexo indissolúvel e o fato de nenhum advérbio (mesmo que gerado à esquerda de VP) poder se interpor entre eles.

Se, de fato, AgrO é uma posição disponível para os clíticos, então é possível estender a análise aos clíticos pronominais: a posição pós-clítico do verbo resulta do movimento deste para a à direita do clítico.

2.2.3 O Movimento do Sujeito

A segunda questão importante desta seção está relacionada com o NP sujeito. Ele é gerado adjacente a VP, irrelevante se como Spec de VP (Kuroda, 1986) ou como nóculo irmão de VP dominado por VP^{max} (Koopman & Sportiche (1988)). Nesta posição ele recebe seu papel temático. Depois, ele acaba por figurar na posição Spec de IP (ou de AgrP, conforme Belletti (1990); ou de TP, conforme Pollock (1989)).

Atribuir nominativo é tarefa exclusiva de I, os modos de atribuição sofrendo variação intra- e inter-lingüística (Roberts, 1990). Um NP recebe caso por estar numa configuração em que é regido por I ou em que está em relação Spec-núcleo com I. No PB, a atribuição de nominativo por regência é marginal, sendo a concor- dância Spec-núcleo a fonte de caso para o sujeito¹⁹.

¹⁹ Esta, claramente, é uma redução do problema do caso no PB. Ela não se sustenta se não deixamos de lado a atribuição de nominativo para o sujeito pós-verbal dos predicados "ergativos" como em

(i) Não apareceu ninguém na festa

Também, precisamos pôr de lado as sentenças que envolvem "posposição" do sujeito, como

(ii) Não telefonou ninguém

A redução atende às sentenças com verbo transitivo em que o sujeito deve estar antes do verbo finito:

(iii) a. João ama Maria

b. *Ama Maria João

Isto posto, retomemos as sentenças de (22) e de (28.a) representando-as respectivamente como

- (40) a. [_{IP} Maria [_{Agr}, [_{Agr}^o sorriu]...]]
b. [_{NegP} Maria [_{Neg}, [_{Neg}^o não sorriu]...]]

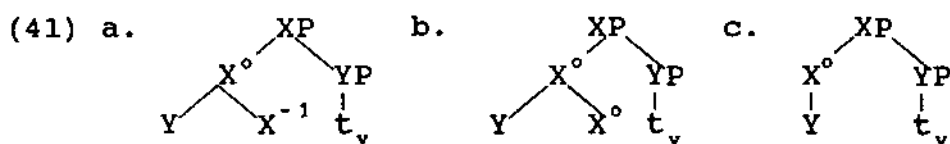
onde usamos os colchetes por efeito de clareza. A atribuição de caso ao sujeito em (40.a) não apresenta problemas, pois *Maria* está em Spec de IP, posição A prototípica para ser marcada por caso nominativo.

Já em (40.b), a situação se complica tendo em vista pelo menos dois fatores: primeiro, *Maria* ocupa provavelmente a posição Spec de NegP cujo núcleo não é um atribuidor natural de caso nominativo; além disso, presume-se que Spec de NegP seja uma posição \bar{A} (Pollock, 1989; Belletti, 1990), por definição, fora do alcance da atribuição direta de caso.

Se a Estrutura D de (28.a) fosse aquela em que IP dominasse NegP, a complicação não surgiria, uma vez que o sujeito estaria ocupando a posição de Spec de IP, para a qual o nominativo está trivialmente disponível. Entretanto, será mantida a estruturação em que NegP domina IP em vista de certos fenômenos que podemos explicar através dela.

O centro do problema se resume, então, na seguinte pergunta: como o sujeito recebe caso numa sentença negativa como (28.a)?

Para responder a questão, vamos reconsiderar o movimento dos núcleos. Segundo Rizzi & Roberts(1989) e Roberts(1990), há três tipos de movimento de núcleo: substituição selecionada (41.a), em que Y vai preencher uma lacuna sob X^0 , prevista pelos traços de seleção morfológica de X; a adjunção de Y a X^0 (41.b); e a substituição livre (41.c) em que Y vai preencher a posição X^0 que se encontra totalmente vazia.



Em qual das três possibilidades de (41) se encaixa o movimento do complexo verbal para Neg^0 ? A rigor, nenhuma das três parece capaz de traduzir o fenômeno em questão.

A exclusão de (41.c) pode ser atribuída ao fato de que Neg^0 ($=X^0$) não está vazio, condição necessária para que se processe a substituição livre.

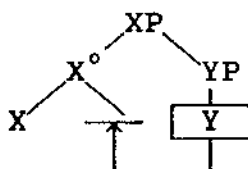
A exclusão de (41.b) pode decorrer da conjunção de dois fatores: o primeiro leva em conta que a ordem relativa entre Neg e o complexo verbal não corresponde à que resulta da adjunção de Y a X^0 ; o segundo fator relaciona-se com a incapacidade de (41.b) explicar a obrigatoriedade do movimento do complexo verbal para Neg^0 .

E (41.a) deve ser excluída por dois motivos: primeiro porque não dá conta da ordenação dos elementos

incorporados sob Neg^0 ; depois porque sugere equivocadamente um nível X^{-1} , condizente com o dos afixos, não equivalente ao nível X^0 , que presumimos ser o do fenômeno da cliticização.

Talvez, com alguns ajustes seja possível enquadrar o fenômeno em foco numa das possibilidades de (41). Porém, interessa abrir uma quarta possibilidade:

(42)



(42) procura traduzir o que as possibilidades de (41) isoladamente não parecem ser capazes de captar: a idéia de que se trata de uma operação sintática, de nível X^0 ; e a idéia de que um núcleo, se clítico, seleciona uma lacuna à direita a ser compulsoriamente preenchida pelo elemento (selecionado por ele) que lhe fornece suporte fonológico, ou seja, o complexo verbal.

Rizzi & Roberts(1989) defendem que o movimento de Y para X^0 , quando se processa por substituição livre (41.c), cria um núcleo híbrido cuja duplicidade "contamina" as projeções e permite duas posições de especificador. A fim de dar conta, entre outras coisas, da posição de sujeito nas construções de Inversão Complexa do francês, postulam, no Apêndice II, que o movimento de I para C^0 cria uma posição extra de especificador, a posição ocupada por Jean em

(43) [_{CP} Où Jean [_{C°} est-il] allé]

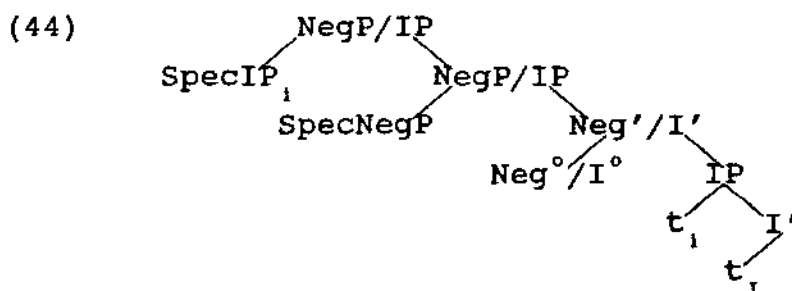
Assim, a projeção híbrida CP/IP comporta um Spec \bar{A} , preenchido por *où*, e um Spec A, preenchido por *Jean*.

Com modificações que atendem nossas conveniências, vamos lançar mão da idéia destes autores para resolver a questão levantada pela pergunta acerca da atribuição de caso nominativo ao sujeito em (28.a).

A primeira observação deve levar em conta que, nas sentenças negativas simples, não está diretamente envolvido o nível CP, ficando a questão restrita aos núcleos funcionais mais baixos.

No que concerne ao Spec de NegP, ele corresponde a uma posição \bar{A} de acordo com Pollock(1989) e Belletti (1990). Esta posição pode ser preenchida com uma palavra negativa como *nunca*, *jamais*.

Agora, vamos supor que a operação representada em (42) tem a capacidade de produzir efeitos semelhantes aos da substituição livre (41.c): este movimento cria uma posição SpecIP, o que é representado por



Se, de fato, o movimento de (V+)I para Neg⁰ é capaz de reproduzir a posição Spec de IP acima de Neg⁰, o problema da atribuição de nominativo para *Maria* em uma sentença como

(45) *Maria não subiu a rampa*

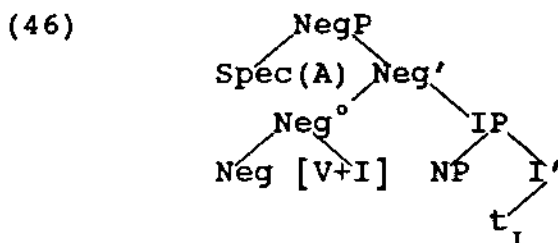
encontra uma solução plausível: estando em Neg⁰, I é capaz de atribuir caso; estando em posição A, *Maria* é capaz de recebê-lo. A configuração resultante do movimento de *Maria* é prototípica de atribuição de caso por Concordância Spec-núcleo²⁰.

Consideremos a questão de uma perspectiva mais técnica. O movimento do complexo [V+I] para Neg⁰, nos termos da proposta desta dissertação, é obrigatório para satisfazer as propriedades de clítico do não. Se, depois disto, o sujeito permanece na posição do NP em (46), o resultado é a sentença (47) que é agramatical, ambos na próxima página.

²⁰ Cumpre observar que o caso nominativo é atribuído a um NP pós-verbal nas construções chamadas "ergativas" (i.a) e nas de "posposição" (i.b)

(1) a. Apareceu a margarida
b. Telefonou um cliente

Qualquer que seja a explicação dada para estes fenômenos (Rizzi(1982) ou Koopman & Sportiche(1988) para a posposição; Burzio (1981), Belletti(1988) para os verbos "ergativos"), a proposta desta dissertação pressupõe que a posição ocupada pelo NP não é Spec de IP.



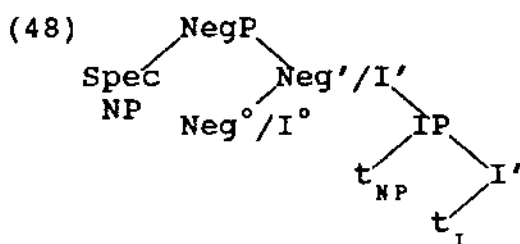
(47) *Não subiu Maria a rampa

A causa da agramaticalidade de (47) pode ser encontrada no fato de I em Neg° não ser mais fonte de nominativo para *Maria*: canonicamente, o nominativo não pode ser atribuído em configuração de regência no PB. Se pudesse, não haveria necessidade de o Spec de VP mover-se para Spec de IP para receber nominativo.

Uma vez que admitimos que I não atribui caso em configuração de regência, temos de admitir que t_I não é capaz de atribuir caso ao Spec de IP em (46), apesar de ambos se encontrarem em configuração de Spec-núcleo. Se o NP em (46) fosse marcado por caso, também deveria ser o vestígio deixado pelo movimento do NP. Assim em (48), na próxima página, t_{NP} seria uma variável e a posição Spec(A) do NP não poderia ser argumental²¹.

²¹ No PB, a atribuição de nominativo por regência (que é necessária para as sentenças interrogativas matrizes em várias línguas como o inglês (Rizzi, 1991), o português europeu (Âmbar, 1988), o italiano (Rizzi, 1991), o espanhol (Torrego, 1984), o rumeno (Dobrovie-Sorin, 1987)) não é operante nem para as sentenças interrogativas:

(i) ??Quem₁ encontrou Maria_j t_j t₁

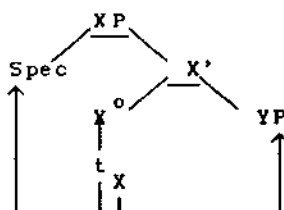


Nossa análise²² requer que t_{NP} seja uma categoria vazia anáforica para a qual caso não está disponível.

²² A questão de descaracterizar um vestígio de núcleo como atribuidor de caso exige uma qualificação envolvendo ou o tipo de vestígio (ou de cadeia em que o vestígio se insere) ou a configuração em que caso é atribuído. Esta necessidade deriva do fato de um vestígio de um verbo ser capaz de atribuir caso ao objeto.

A distinção pode ser encontrada na forma de o vestígio atribuir caso: por regência ou concordância; ou pode ser estabelecida levando-se em conta a projeção que contém o atribuidor e o receptor do caso (Minimalidade Relativizada (Rizzi, 1990) para a regência canônica):

(1)



No primeiro caso, o que seria explorado é a direção da atribuição como indicam as setas; no segundo caso, o fato de t_I e YP serem dominados pela projeção intermediária X' , ao contrário do que acontece com Spec e t_I que são dominados pela projeção máxima XP.

A manutenção de (48) (ou de qualquer outra estruturação em que o sujeito ocupa a posição A de Spec de IP) implica que a adjacência entre o atribuidor e o receptor do caso (Stowell, 1981) não é uma condição necessária do português. Entretanto, nem todos os tipos de constituinte são permeáveis à atribuição de caso:

- (49) a. ??João não come em nenhum restaurante verduras cruas
 b. João não come nunca verduras cruas
 c. ??João em nenhum restaurante come verduras cruas
 d. João nunca come verduras cruas

As sentenças ruins de (49) mostram os efeitos produzidos por um constituinte como *em nenhum restaurante* entre o verbo e o objeto e entre o sujeito e o verbo²³. Por outro lado, um advérbio como *nunca* é perfeitamente tolerável nestas duas posições.

Segundo sugestão de Nakajima (1987), este comportamento diverso pode ser explicado levando-se em conta a natureza dos dois elementos. Assim, um elemento como

²³É necessário distinguir (23.a) de uma sentença em que um constituinte aparece intercalado, o que é marcado pelas vírgulas em

(1) a. João não come, em nenhum restaurante, verduras cruas
 b. João, em nenhum restaurante, come verduras cruas

nunca não é uma categoria maior do mesmo tipo que em *nenhum restaurante*: apenas esta última é definida em termos dos traços $[\alpha N, \beta V]$, o que a torna impermeável à atribuição de caso. Então, em *nenhum restaurante* é uma categoria máxima definida como $[-N, -V]$ e, por isso, *verduras cruas* em (23.a) e *João* em (23.c) não têm acesso ao caso.

Pode-se também recorrer a um "relaxamento" menor da Condição de Adjacência admitindo, a partir de Travis (1988), que o advérbio não corresponde a uma projeção máxima. Deste modo, a impermeabilidade para a atribuição de caso seria uma propriedade de qualquer projeção máxima interveniente, independente de ser definida em termos de $[\alpha N, \beta V]$.

2.3. Resumo da Seção

Em resumo, a derivação proposta para uma sentença negativa envolve os seguintes passos:

- NegP é gerado dominando IP;
- as propriedades de clítico de *não* em Neg^o determinam que o complexo $[V+I]$ seja movido para Neg^o;
- a presença de I em Neg^o acarreta a presença do Spec de IP acima do Spec de NegP, posição em que vai receber nominativo;
- a interferência de Spec de NegP entre I e o Spec de IP não bloqueia a atribuição de caso ao NP que preenche o Spec de IP.

Nos Capítulos III e IV será avaliado o poder explicativo de uma análise construída nestes termos.

CAPÍTULO III

A INTERAÇÃO DAS PALAVRAS NEGATIVAS

1. O Problema

Como muitas outras línguas, o PB dispõe de um conjunto de palavras negativas que são operadores de escopo: *ninguém, nada, nenhum, nunca, jamais*. Estas se caracterizam por incorporarem em sua constituição lexical dois primitivos semânticos distintos: a negação e a quantificação.

Umas das questões envolvendo a interpretação de uma sentença que contém tais palavras é estabelecer como se inter-relacionam a negação e a quantificação. Uma sentença como (1), pode ter sua interpretação representada por duas fórmulas, (2.a) e (2.b), que são equivalentes semanticamente:

(1) Maria não conhece nenhum francês

(2) a. $\forall x [Fx \longrightarrow \neg [C_m, x]]$

b. $\neg \exists x [Fx \ \& \ C_m, x]$

onde $[F=franc\acute{e}s]$, $[C=conhece]$ e $[m=Mar\acute{i}a]$. Em (2.a), está em jogo quantificador universal \forall que tem escopo sobre a negação (que tem escopo sobre a variável x); em (2.b), o quantificador é o existencial \exists que deve recair sob o escopo da negação. Em termos de valor-verdade, as duas fórmulas sustentam que (1) só s verdadeira se o número de franceses que Maria conhece é igual a zero.

No que diz respeito ao termo inglês *any* (correspondente a *nenhum* pelo menos em contextos semelhantes ao de (1)), Carlson (1980) afirma que há duas principais correntes envolvendo sua interpretação. Uma, o considera essencialmente como \forall , segundo sugestão de Quine(1960). Outra o concebe ora como \forall , ora como \exists , esta última concepção sendo a que se sustenta em contextos em que *any* é c-comandado pela negação, de acordo com a sugestão de Klima(1964); a interpretação de *any* como \forall é própria dos contextos modais. Carlson vai mais longe defendendo que, se se trata de elaborar uma análise unificada de *any*, ele deve ser \exists , mas não \forall .

Esta discussão ultrapassa os limites desta seção que se destina, tão somente, a estudar a interação de *not* com outras palavras negativas. Entretanto, a polêmica foi levantada em virtude de subjazer às análises sintáticas do fenômeno da negação elaboradas pelos autores gerativistas abordados adiante.

Rizzi(1982), estudando o italiano, afirma que a quantificação envolvida em *nessuno* é do tipo \exists . Sua análise implica que está envolvida nesta palavra uma espécie de homonímia, regulada pelo seu contexto de ocorrência. Por um lado, *nessuno* é licenciado sob o domínio de elemento negativo ou interrogativo quando se encontra em posição pós-verbal:

- (3) a. Gianni non ha contattato nessuno
- b. Mi chiedo se Gianni abbia contattato
 nessuno
- c. *Gianni ha contattato nessuno

Descontadas as condições de licenciamento, nas sentenças gramaticais de (3) *nessuno* corresponde puramente a \exists e responde apenas pela quantificação.

Por outro lado, em posição pré-verbal, *nessuno* responde pela negação e pela quantificação constituindo-se no existencial negado $\neg \exists$. Para explicar o fenômeno, o autor elabora um processo de Estrutura S, com base em Klima(1964), que prevê a incorporação de Neg em *nessuno*, quando este se situa antes do verbo:

(4) Nessuno ha contattato Gianni

Estudando *nadie* (e outras palavras negativas) no espanhol, Laka(1990) afirma que é um Item de Polaridade Negativa (IPN) com importe existencial. Sua condição de IPN deriva de poder ser licenciado em dois contextos: ou sob c-comando de uma negação ou por ocupar a posição Spec de NegP:

- (5) a. Nadie ha venido
b. No ha venido nadie
c. *Ha venido nadie

(5.c) é agramatical porque nenhum dos dois contextos se verifica.

Zanuttini(1990), estudando o italiano, defende que a interpretação de *nessuno* como \exists ou como \forall está na dependência do tipo de sentença em que ocorre. Em sentenças declarativas como (3.a) e (4), *nessuno* é um quantificador universal; em sentenças interrogativas

como (3.b) e

(6) Ha telefonato nessuno?

é simplesmente um \exists . De modo paralelo a Rizzi(1982), esta autora afirma que *nessuno* envolve homonímia. Porém, afirma que ela se manifesta a partir do tipo de sentença em que o quantificador ocorre¹.

Zanuttini sustenta seu ponto de vista com base no fato de que somente um quantificador universal pode ser modificado por *quasi*. Daí, os julgamentos de gramaticalidade de

- (7) a. *Gianni há contattato quasi nessuno?
b. Gianni non ha contattato quasi nessuno

Apesar de a agramaticalidade de (7.a) poder ser imputada ao fato de *quasi* modificar *nessuno*, um \exists , o teste pode ser neutralizado quando se trata de optar por (2.a) ou (2.b) como interpretação adequada de (1). A neutralização deriva de estabelecer o que recai sobre

¹ Rodolfo Ilari (conversa pessoal) aponta que é possível interpretar (6) como uma interrogação sobre uma generalização, isto é, como

(i) Estabeleça o valor de verdade de $[\forall x \neg Tx]$

Isto põe em questão a concepção de *nessuno* apenas como \exists nas interrogativas. Além disso, *nessuno* pode ser modificado por *quasi* em sentenças interrogativas:

(ii) È poi vero che non è venutto quasi nessuno?

o escopo de *quasi*, o que é modificado por este item. De fato, uma incompatibilidade deve resultar se o que é modificado é apenas \exists , como em (7.a); porém, nada obsta a que *quasi* tenha um \exists negado sob seu escopo. Esta relação de escopo é representada mediante o movimento de *quasi* e $\neg \exists$ na Forma Lógica (May, 1985).

A análise que estamos desenvolvendo é diretamente compatível com a concepção de que \exists responde pela interpretação de *ninguém* e das outras palavras negativas em foco. O fato de este item ocorrer exclusivamente em contextos negativos — o que na análise vai ser marcado pela presença de NegP — é responsável pelo operador da negação \neg que compõe, junto com \exists , sua interpretação independente da ocorrência de *não* na sentença. Assim, *ninguém* não engloba homonímia e a presença ou a ausência de *não* é explicada a partir da configuração em que ele ocorre.

A questão principal refere-se à interação destas palavras com o *não* no nível da Estrutura S: Como explicar a presença ou ausência obrigatória do *não* em coocorrência com os advérbios e quantificadores negativos?

2. A Questão do Licenciamento

Os advérbios e quantificadores negativos apresentam comportamento idêntico no que diz respeito à interação com outros elementos negativos. Neste particular, as línguas estão sujeitas à variação de acordo com a capacidade de apresentar ou não o fenômeno referido por Zanuttini (1989) como Concordância Negativa (CN). Uma

língua apresenta CN quando, apesar de ocorrerem dois ou mais itens negativos na mesma sentença, ela é interpretada como uma negativa simples. Um mecanismo de Forma Lógica se encarrega de reduzir todas as negativas a uma única, evitando que a sentença seja interpretada como uma negação dupla.

2.1. Haegemann & Zanuttini(1991) e Haegeman(1991)

A capacidade de apresentar CN é relacionada por Haegeman(1991) à "força" do marcador negativo. Um marcador negativo é "forte" se é capaz de sustentar uma projeção NegP da qual ele vai ser o núcleo; uma língua que tem um Neg deste tipo instancia a CN. Em contraste, um marcador negativo "fraco" não é um núcleo autônomo capaz de encabeçar a projeção NegP e é concebido como uma especificação de um outro núcleo (T, por exemplo); uma língua com tal marcador não apresenta CN. A este último grupo pertencem o inglês, o latim²; ao primeiro pertencem línguas como o italiano, o espanhol, o fla-

² Línguas que não instanciam CN apresentam classes de itens específicas para ocorrerem sob o domínio de uma negação. Assim, o inglês apresenta a classe dos itens anyX contra a dos itens NoX, sendo que apenas os primeiros ocorrem sob c-comando de uma negação; o latim, como apontado por Rodolfo Ilari (conversa pessoal), apresenta os itens ullus, unquam, contra os itens nul-lus, nunquam. Estes últimos não são apropriados para ocorrer sob o domínio de uma negação, a não ser que se interprete a sentença com negação dupla.

mengo (do oeste) e o PB.

Se, numa língua do segundo grupo, ocorrem duas palavras negativas numa sentença, esta é interpretada como uma negação dupla, equivalente semântico de uma afirmação.

Alguns autores invocam a relação Spec-núcleo para tratar das questões afeitas à dupla negação com interpretação de uma negativa simples, como Haegeman(1991) e Haegeman & Zanuttini(1991), por um lado, e Laka(1990), por outro. Os problemas centrais consistem em explicar: por que um advérbio ou um quantificador negativo pós-verbal exige a presença de uma negação pré-verbal; e por que o marcador negativo, não no PB, não pode coocorrer com outra negação pré-verbal.

Haegeman & Zanuttini(1991) e Haegeman(1991) recorrem à relação Spec-núcleo para explicar as questões relacionadas com a interpretação das sentenças que envolvem CN e o licenciamento de itens negativos. Para estas autoras, os advérbios e quantificadores negativos devem ser capazes, pelo menos na Forma Lógica, de ocupar a posição Spec de NegP. Da possibilidade de se obter esta configuração resulta a eliminação de negativas para que a sentença seja interpretada como contendo apenas uma negação, nos termos das autoras, para que se verifique a CN.

Apresentar NegP é, então, imprescindível para que uma língua instancie CN. Este fenômeno depende de uma posição Spec, para alojar o quantificador negativo e de

núcleo para o marcador negativo. Assim, é possível que se verifique o critério Neg:

(8) Critério Neg (Traduzido de Haegeman & Zanuttini(1991:25)

"... um quantificador negativo pode tomar escopo sentencial somente se está em configuração de Concordância Spec-núcleo com o núcleo Neg^o."

Esta condição é paralela ao Critério Wh de Rizzi(1990)³ que regula o funcionamento dos operadores WH e a forma como eles atribuem escopo. O ponto principal é que os operadores [+WH] devem, pelo menos na Forma Lógica,

³ Rizzi(1990) formula, assim, o critério WH:

- (i) A. Um operador WH deve estar em configuração Spec-núcleo com um X^o [+WH].
B. Um X^o [+WH] deve estar em configuração Spec -núcleo com um operador WH.

(i) explica, dentre outras coisas, por que o verbo flexionado deve subir para C^o nas interrogativas matri- zes do Inglês: I é [+WH] nesta língua.

Rizzi(1991) estende a Condição (i) de modo a abranger sentenças como as de

- (ii) a. *In no case I would do that
b. In no case would I do that

em que *in no case* é um operador negativo em Spec de CP que exige a subida de I para C^o para satisfazer a con- figuração Spec-núcleo necessária.

ocupar o Spec de CP, donde são capazes de ter escopo sobre a sentença.

Haegeman & Zanuttini(1991) postulam que, no italiano, a configuração Spec-núcleo, necessária para licenciar os quantificadores negativos, resulta do movimento deles, na Forma Lógica⁴, para Spec de NegP. O recurso do movimento permite explicar o contraste entre sentenças como (exemplos de Longobardi(1988), citados pelas autoras):

- (9) a. Non approverei [_{CP} que tu gli consentissi di [_{CP} vedere nessuno]]
 b. *Non approverei [_{NP} la tua proposta di [_{CP} vedere nessuno]]

A agramaticalidade de (9.b) decorre do fato de *nessuno* encontrar-se em uma ilha: CP, por não ser L-marcado pelo nome proposta e NP, por herança, consti-

⁴ No flamengo do oeste, o movimento para Spec de NegP é obrigatório na Estrutura S (Haegeman,1991).

- (1) da Valère [_{NegP} niemand nie t₁] [_{AgP} en- kent₁]
 que Valère ninguém não Neg conhece
 que Valère não conhece ninguém

Assim, os quantificadores negativos devem se mover para Spec de NegP (ou para uma posição adjunta a NegP, se Spec de NegP já estiver preenchido) para atender o Critério Neg.Na Forma Lógica, as negações são fatoradas para permitir que a sentença seja interpretada como uma negativa simples.

tuem barreiras que bloqueiam o movimento de *nessuno* para o Spec de NegP encabeçado por *non*. Como o movimento não deve transpor duas barreiras, o quantificador negativo não vai poder figurar em Concordância Spec-núcleo com *non*, uma condição necessária para seu licenciamento e sua interpretação.

A inserção de *non* imediatamente antes de *vedere* em (9.b) resulta na sentença gramatical

(10) Non approverei la tua proposta de non vedere
nessuno

Mas, neste caso, a sentença é interpretada como contendo dois domínios negativos: o da sentença matriz e o da sentença subordinada. Como vimos, um quantificador negativo pós-verbal deve ser licenciado, nas sentenças declarativas, por uma negação que precede o verbo. Deste modo, o *non* da sentença subordinada em (10) cria um domínio em cujos limites é permitido o movimento de *nessuno* para um Spec de NegP acessível. Por outro lado, a única posição de Spec de NegP disponível para receber o quantificador negativo em (9.b) é inacessível em vista da interveniência das barreiras NP e CP.

2.2. Laka(1990)

Laka concebe os quantificadores e advérbios negativos exclusivamente como IPN (ao contrário de Rizzi (1982) para quem só são IPN se ocorrem sob c-comando de uma negação) que precisam de um contexto negativo para serem licenciados. Há duas formas pelas quais o contex-

to negativo atua para licenciar um IPN: a forma usual, em que um elemento c-comanda o IPN; e, a novidade da proposta de Laka, o licenciamento mediante a relação Spec-núcleo.

Nas sentenças declarativas simples, um elemento negativo em condições de c-comandar o IPN é necessário para licenciá-lo em posição pós-verbal:

- (11) a. John doesn't know any French
b. João não conhece nenhum francês
c. Gianni non ha contattato nessuno
d. No vino nadie

- (11)'a. *John knows any French
b. *João conhece nenhum francês
c. *Gianni ha contattato nessuno
d. *Vino nadie

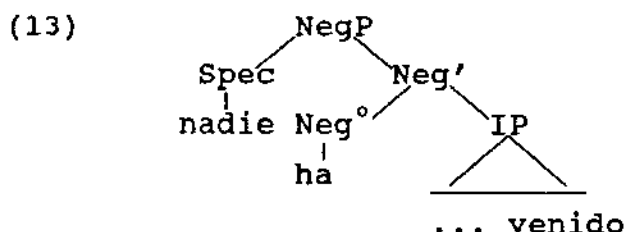
A questão que a análise de Laka suscita, em seguida, é: Como um IPN pode ser licenciado antes do verbo finito? Isto é, como explicar a agramaticalidade da sentença (12.a), do inglês, e a gramaticalidade das outras sentenças de (12)?

- (12) a. *Anybody has left
b. Ninguém saiu
c. Nessuno ha contattato Gianni
d. Nadie ha venido

A resposta fornecida pelo sistema de Laka lança mão da relação Spec-núcleo. Como vimos na Seção 1.3 do

Capítulo I, a ordenação estrutural entre NegP e IP está sujeita à variação paramétrica: há linguas em que Neg subcategoriza IP e outras em que I subcategoriza NegP.

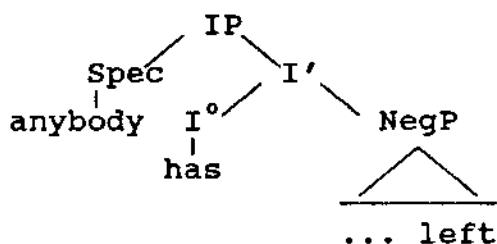
No espanhol, NegP é gerado acima de IP. Seu núcleo pode estar vazio ou preenchido por *no*; seu Spec está disponível para abrigar itens negativos. Assim, em (12.d), *nadie* preenche Spec de NegP, estando em relação Spec-núcleo com Neg° (que deve estar vazio):



Dai é que Laka deduz as propriedades de IPN do *nadie* em posição pré-verbal. A análise pode ser, *mutatis mutandis*, estendida a *ninguém* e a *nessuno*.

Por que o mesmo não acontece no inglês em que *anybody* (como IPN) não é licenciado antes do verbo finito nas sentenças declarativas simples como (12.a)? A resposta: como IP é gerado acima de NegP nesta língua, *anybody* não é licenciado em (10) em virtude de a posição que ocupa ser o Spec de IP, conforme registra (14), na próxima página. Esta posição não é capaz de licenciar um IPN, a não ser que *not* suba com I para C°: um elemento negativo em tal posição c-comanda a posição Spec de IP onde, então, um IPN vai poder ser normalmente licenciado.

(14)



Laka, citando Progovac(1988), aponta que verbos inerentemente negativos, tipo *deny*, *doubt*, licenciam assimetricamente IPN em complementos sentenciais, mas não em (como) complementos nominais:

- (15) a. The witnesses denied [_{CP} that anybody left the room before dinner]
 b. *The witnesses denied anything

Esta assimetria não se verifica quando está em jogo um marcador negativo explícito:

- (16) a. The witnesses didn't say [_{CP} that anybody left the room before dinner]
 b. The witnesses didn't say anything

Para dar conta destes fatos, Laka postula que o complementizador subcategorizado por *deny* ou por um verbo negado por um marcador negativo explícito incorpora a especificação [+neg].

A autora observa que certas línguas apresentam complementizadores apropriados para ocorrerem em contextos específicos. Assim, o basco apresenta o complementizador negativo *enik*, que ocorre opcionalmente nos

complementos sentenciais de predicados que incorporam , de alguma forma a negação. Além de *enik*, há dois outros complementizadores: *en* que se caracteriza por ser [+WH] e *ela* que é o complementizador declarativo.

O complementizador [+neg] *enik* marca o domínio em que um IPN pode ser licenciado sem que seja necessária a coocorrência de uma negação explícita. Como ele está disponível apenas em domínios sentenciais, fica explicada a assimetria observada em (15): um NP, como *anything* em (15.b), não é introduzido por um C [+neg] que o licencie. Ao mesmo tempo, a análise de Laka dá conta da presença de IPN em sentenças subordinadas subcategorizadas por predicados negativos.

A principal diferença ressaltada por um confronto entre as análises de Haegeman & Zanuttini(1991) e a de Laka(1990) coloca em evidência que, enquanto esta última procura construir um domínio em que um IPN pode ser licenciado, as duas primeiras recorrem ao movimento para explicar a CN.

Abstraíndo a questão de tratar o problema como manifestação de CN ou de IPN, para Haegeman e Zanuttini um quantificador negativo é licenciado se tem acesso a Spec de NegP, para onde deve ser movido (pelo menos) na Forma Lógica. Então, o peso de rejeitar uma sentença que contém um quantificador negativo recai sobre a interveniência de barreiras (Chomsky,1986) entre a posição de origem e a posição de destino do movimento.

Assim, se o item em questão ocupa uma posição que

antecede o verbo finito, seu licenciamento é explicado diretamente uma vez que as autoras presumem que tal posição é o Spec de NegP: o quantificador negativo já ocupa tal posição desde a Estrutura S. Porém, se a posição ocupada é pós-verbal, o movimento para Spec de NegP na Forma Lógica é exigido para que se verifique a configuração Spec-núcleo.

3. A Interação das Palavras Negativas no PB

O ponto principal desta seção é descrever a interação dos quantificadores e advérbios negativos com o núcleo de NegP. Por apresentar particularidades de comportamento de interesse para o trabalho, o item negativo *sem* também será abordado, ainda que de forma menos aprofundada.

As palavras negativas do PB podem ser enquadradas em três classes de acordo com suas peculiaridades de comportamento. A primeira é a classe unitária que contém o núcleo de NegP não, que se caracteriza por ser de natureza [+I]⁵. A segunda é outra classe unitária cujo membro *sem* apresenta características de um núcleo preposicional [-N,-V]. E a terceira engloba os advérbios e os quantificadores negativos. Vamos descrever em subseções separadas como os quantificadores e os advérbios negativos interagem com cada um destes dois núcleos.

⁵ Ver por exemplo Aoun(1985) para quem os elementos presentes em I são [+/-tense], [+/-Agr] e [+/-Neg].

3.1. A Interação de Não com as Palavras Negativas em Sentenças Simples

A posição dos quantificadores e dos advérbios negativos em relação ao verbo determina alguns aspectos de seu comportamento quando está em jogo o núcleo de NegP. Antecedendo o verbo (ou melhor, o complexo formado pelo verbo e os afixos flexionais, mas por brevidade continuamos nos referindo ao complexo como apenas o verbo), estes itens independem de um elemento negativo que os licencie. Após o verbo, eles exigem explicitamente a presença de uma palavra negativa⁶ que conte como elemento licenciador. Este pode ser o *não*, o *sem*, ou um outro quantificador ou advérbio negativo.

Por sua vez, o núcleo de NegP não tem sua presença

⁶Cumpre apontar uma diferença entre o PB e o italiano se se pretende construir um paralelismo entre *ninguém* e *nessuno*. Por um lado, *nessuno* pode ser licenciado em contextos interrogativos em posição pós-verbal (isto era possível também no português antigo, ver nota 1 do Capítulo II):

(i) a. Ha telefonato nessuno?

b. Mi chiedo se ha telefonato nessuno

sem a presença de uma negação explícita pré-verbal. Por outro lado, a presença de uma negação pré-verbal para licenciar *ninguém* é condição necessária e suficiente vale mesmo para as sentenças interrogativas:

(ii) a. Não telefonou ninguém?

b. *Telefonou ninguém?

condicionada pela posição em que ocorrem os quantificadores e advérbios negativos. Se estes antecederem o verbo, o *não* fica impedido de ocorrer; se vêm depois do verbo, a ocorrência de *não* é obrigatória:

- (17) a. Ninguém viu Maria
b. *Ninguém não viu Maria
b. *Maria viu ninguém
d. Maria não viu ninguém
- (18) a. Ele nunca respeitou os mais velhos
b. *Ele nunca não respeitou os mais velhos
c. *Ele respeitou nunca os mais velhos
d. Ele não respeitou nunca os mais velhos

Apesar de (17.d) e (24.d) conterem duas palavras negativas, estas sentenças são interpretadas como uma negativa simples; nos termos de Zanuttini(1990) o PB instancia a Concordância Negativa. Em (17.a) e (18.a), que contêm apenas o quantificador ou o advérbio negativo, estes itens sozinhos respondem pela interpretação da sentença como negativa.

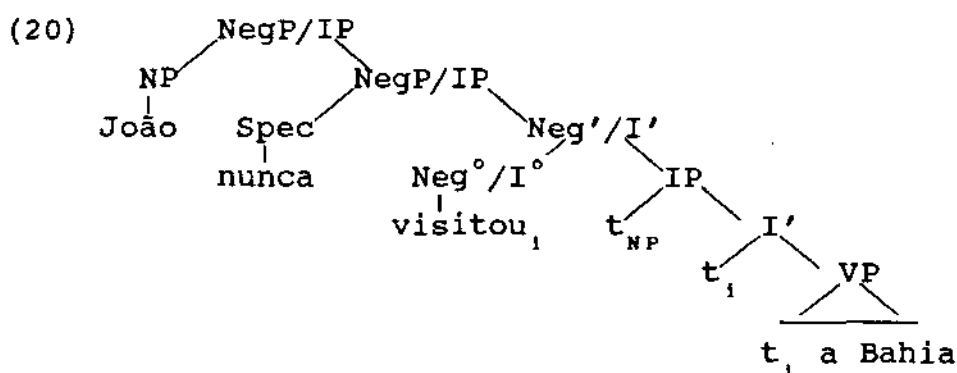
3.1.1 Quantificadores e Advérbios Negativos em Posição Pré-verbal

São duas as questões principais relacionadas à posição pré-verbal dos quantificadores e advérbios negativos. A primeira diz respeito à definição das posições que eles ocupam na Estrutura S em termos da Teoria \bar{X} . A segunda refere-se ao que permite explicar a ausência obrigatória do *não* nestes contextos.

O pressuposto que subjaz à análise em desenvolvimento é que a negação sentencial no PB é sustentada pela existência de uma categoria funcional NegP cujo núcleo deve ser vazio ou preenchido por *não* na Estrutura S. Neg° é vazio quando o Spec de Neg é preenchido (por um elemento negativo) na Estrutura S. Caso contrário, deve ser preenchido pelo *não*. Consideremos

- (19) a. João nunca visitou a Bahia
 b. *João nunca não visitou a Bahia

Segundo nossa análise, a Estrutura S de (19) é



O movimento do complexo sob I° para Neg°, quando este é preenchido por *não*, é atribuído às qualidades de clítico deste último. Em (20), como me alertou Cristina Figueiredo (conversa pessoal) esta razão não pode ser invocada em virtude da ausência de *não*. Entretanto, ainda assim, o movimento deve ser concebido como obrigatório: a análise aqui desenvolvida depende de que a configuração Spec-núcleo se sustente na Estrutura S.

Para que para que a configuração Spec-núcleo se

verifique, lançamos mão de uma sugestão de Ouhalla (1990) segundo a qual é possível postular um afixo nulo para dar conta do movimento do obrigatório do verbo para a posição nuclear superior. Assim, concebemos que Neg° deve ser preenchido por um clítico nulo que atrai obrigatoriamente o complexo formado sob I°. Desta forma, fica garantida a relação Spec-núcleo responsável pela ausência não em (19.a) e (20).

O movimento do complexo sob I° para Neg° motiva a criação de uma nova posição Spec para que o NP João possa ser marcado por caso nominativo, em geral não disponível em configuração de regência no PB.

Consideremos, ainda,

- (21) a. João nada viu⁷
 b. *João nada não viu

em que, novamente, podemos postular que o elemento negativo *nada* ocupa a posição \bar{A} Spec de NegP após ser movido da posição de objeto de *viu*. Assim a análise

⁷É interessante observar a sentença correspondente a (21.a) no francês:

- (i) a. Jean n'a rien vu
 b. *Jean n'a vu rien

Postulando que NegP é gerado abaixo de IP (ou ensanduichado entre os dois outros núcleos funcionais (Pollock, 1990)) e que *rien* deve ocupar a posição Spec, dá-se conta imediatamente desse fato.

fornece uma explicação plausível para a posição de *nada* (e para a ausência de *não*) em (21). Se levamos a sério a manutenção da Teoria \bar{X} e as restrições que operam sobre a adjunção (Chomsky, 1986), (21.a) se constitui num exemplo de explicação extremamente complicada.

A sentença (21.a) envolve ainda outra complicação relativa ao fato de que uma projeção máxima definida em termos dos traços lexicais [$\alpha N, \beta V$] deve interromper a atribuição de nominativo a *João*. De fato, é uma restrição deste tipo (Nakajima, 1987) que concorre para rejeitar as sentenças (intercalação à parte):

- (22) a. **João ninguém viu*
b. *João para ninguém contou o fato*

Para este caso, não temos a oferecer explicação melhor do que associar a gramaticalidade de (21.a) a propriedades do item *nada*. Observe-se que este item tem um comportamento peculiar. Por um lado, pode estar funcionando como um advérbio no sentido de que a variável ligada por ele é incompatível com uma posição A:

- (23) O silêncio não durou *nada*⁸

Em (23), *nada* é selecionado por *durou* da forma como os advérbios são selecionados por certos verbos.

⁸ Exemplo fornecido por Rodolfo Ilari.

Por outro lado, *nada* pode funcionar como "reforço" de negação (à parte as variações dialetais) em sentenças declarativas, como (24.a), ou como uma resposta negativa a perguntas, como em (24.b):

- (24) a. Ela não telefonou nada
 b. — Ele telefonou?
 — Telefonou nada.

Estes apontamentos permitem traçar uma distinção entre *nada* e *ninguém/nenhum* de modo a ficar aberta a explicação para (21.a): *nada* pode funcionar como um elemento de natureza adverbial, mas *ninguém* não.

Nossa análise das sentenças negativas permite também conceber o Spec de NegP como uma posição \bar{A} de passagem. Esta possibilidade está disponível para os consituintes negativos deslocados à esquerda:

- (25) a. Para ninguém eu contaria uma coisa dessas
 b. *Eu para ninguém contaria uma coisa dessas

(25.a) é explicada postulando-se que *para ninguém*, para atingir a posição que ocupa, passa pelo Spec de NegP:

- (26) [Para ninguém_i[eu[NegP[Spec t_i].....
 ...[_{VP}...t_i...]]]]

A cadeia com o índice *i* em (26) é legítima, a posição de origem sendo \bar{A} e as outras duas sendo \bar{A} . O fato de o PP *para ninguém* não poder estacionar na posição Spec

deriva de ele ser uma projeção máxima lexical [-N,-V], que bloquearia a atribuição de nominativo ao sujeito.

Note-se que uma forma natural de explicar a posição ocupada por *para ninguém* em (25) é o movimento. O recurso à estratégia do pronome resumptivo não está disponível se um quantificador não é capaz de ligar um pronome.

Se, de fato, o movimento está disponível, então é possível explicar:

- (27) a. Eu nunca contaria isto para ninguém
b. ??Para ninguém eu nunca contaria isto

Comparando (27.b) com (25.a), a explicação para a agramaticalidade de (27.b) reside no fato de a posição Spec de NegP já estar preenchida por *nunca*, impedindo a passagem de *para ninguém* por ali. Fazendo *para ninguém* passar pelo Spec de NegP, como em (26), obtém-se a configuração Spec-núcleo responsável pela ausência obrigatória de *não*:

- (28) *?Para ninguém eu não contaria uma coisa dessas

Assim, temos de admitir que um vestígio em Spec de NegP tem o mesmo efeito que um elemento lexical pleno no que concerne à impossibilidade de ocorrer o *não*.

Cumpramos analisar, ainda, sentenças como

- (29) a. Ninguém pôs os pés aqui

b. *?Ninguém não pôs os pés aqui

com o intuito de estabelecer qual a posição ocupada por *ninguém*: é o Spec de NegP?

Em sentenças semelhantes do espanhol, Laka(1990) afirma que o quantificador (e o advérbio) negativo ocupa a posição Spec de NegP. O problema do nominativo para o sujeito não é levantado por esta autora, provavelmente em função das línguas que ela enfoca: o basco e o espanhol. Nestas línguas, a presença de uma palavra negativa pré-verbal favorece fortemente a localização do sujeito em posição pós-verbal. Este fato leva a conclusão que a atribuição de caso por regência não encontra tantas restrições nestas duas línguas.

Porém, esta forma de atribuição de caso é muito restrita no PB. Isto é, o sujeito (de verbos transitivos) deve aparecer em posição pré-verbal. A presença de um advérbio ou quantificador negativo antes do verbo não facilita que o sujeito se posicione depois do verbo, como ocorre no espanhol. Este foi um dos motivos que nos levou a postular a posição de Spec à esquerda para alojar o sujeito.

Além disso, postular que *ninguém* ocupa a posição Spec de NegP na Estrutura S cria dificuldades para explicar sentenças como

- (30) a. Nunca ninguém pôs os pés aqui
b. Ninguém nunca pôs os pés aqui

Como dois constituintes diferentes podem ocupar a mesma posição na Estrutura S?

A solução oferecida pelo nosso sistema abre uma posição para cada um dos dois itens negativos. A primeira é a posição \bar{A} ocupada pelo advérbio *nunca*; a segunda é a posição A ocupada por *ninguém*. Contando com estas duas posições, sentenças como as de (30) recebem uma análise adequada.

Mas, agora, resta a questão de explicar como *ninguém*, da mesma forma que *nunca*, é capaz de provocar a ausência de *não* na sentença ocupando uma posição que não é o Spec de NegP. A solução é fornecida pelo modo como é criada a posição de Spec ocupada por *ninguém*.

Como vimos, o movimento do complexo sob I^0 para Neg^0 cria um tipo de categoria híbrida que "contamina" as projeções. Em (20), este hibridismo é representado mediante as notações Neg^0/I^0 , Neg'/I' e $NegP/IP$. Uma que se aceita esta possibilidade, explica-se diretamente as sentenças de (29) no que concerne a *não*. O Spec de IP acima de Neg^0 pode fazer as vezes de Spec de NegP, o que se encarrega de explicar a ausência de *não* em sentenças como (29.a).

Além da ausência do *não*, a presença de um quantificador ou advérbio negativo pré-verbal instiga que se considerem estes itens à luz de seu licenciamento. Como veremos na próxima seção, em posição pós-verbal estes itens exigem uma negação pré-verbal que os licencie, digamos um NegP com o núcleo ou o Spec (A ou \bar{A}) preen-

chido (ou ainda a preposição *sem*):

- (31) a. *João ofendeu ninguém
b. *João visitou nunca a Bahia

As questões que se põem a partir daí são: Deve-se encarar *ninguém* como envolvendo algum tipo de homonímia em vista de ele se comportar distintamente de acordo com sua posição na sentença? Como se explica esta assimetria de comportamento? Se não está envolvido nenhum tipo de homonímia, como se explica seu licenciamento em posição pré-verbal sem uma negação que o c-comande?

A resposta à última pergunta (em que estão implicadas as duas outras) é a que concerne mais diretamente a esta seção. Para tanto, adotamos a sugestão de Laka(1990) segundo a qual há duas maneiras pelas quais um IPN é licenciado: por ser c-comandado por uma negação ou por ocupar a posição Spec de NegP. Ambas são condições que se cumprem na Estrutura S.

Note-se que, para ser licenciado em Spec de NegP, um IPN deve ser inerentemente negativo ou fazer parte de um constituinte negativo. Se este não é o caso, o IPN ocorre apenas depois do verbo, licenciado por uma negação pré-verbal. No Capítulo IV tratamos do caso de *mais*: este advérbio, como IPN, ocorre após o verbo finito e só pode precedê-lo se faz parte de um complexo em que é modificado pela negação:

- (32) a. *João mais (não) viu a Maria
b. João nunca mais viu a Maria

Para outros exemplos de IPN, veja-se Ilari(1984). A explicação que o sistema desta dissertação oferece é afirmar que o Spec \bar{A} de NegP é posição exclusiva de elementos negativos.

À luz de nosso sistema, a proposta de Laka(1990) deve ser adaptada de modo a conviver com os dois especificadores propostos em (20). Então, em posição pré-verbal, um advérbio ou quantificador negativo é licenciado se ocupa o Spec (A ou \bar{A}) de NegP. Como defendemos que NegP é gerado acima de IP no PB, semelhante ao que Laka postula para o espanhol, os Specs estão sempre disponíveis para os quantificadores e advérbios negativos (=IPN) pré-verbais.

Por outro lado, esta análise dá conta da agramaticalidade de:

(33) *A fotografia de ninguém está em cima da mesa

Esta sentença (que é emprestada de Milner(1979)) é agramatical em virtude de *ninguém*, um IPN, figurar num contexto em que não se observam as condições necessárias para seu licenciamento. Além de não estar sob c-comando de uma negação, ele não ocupa a posição Spec de NegP de modo relevante: *de ninguém* é encaixado sob um NP que ocupa a posição Spec A de NegP/IP.

Observe-se que a presença do *não* antes do verbo não torna a sentença melhor:

(34) *A fotografia de ninguém não está sobre a mesa

Em (34), as condições que concorrem para licenciar um IPN também não se verificam: *ninguém* nem ocupa o Spec de NegP, nem é c-comandado por uma negação.

Concebamos, a partir de Aoun(1985), que há uma coindexação entre o Spec e o núcleo de um constituinte. A partir desta concepção, o NP *a fotografia de ninguém* deve ter o mesmo índice de I°. Agora, um item como *ninguém* tem caráter anafórico e deve ser indexado em sua categoria de regência. O elemento que lhe fornece o índice é a especificação [+Neg] presente em I°. Então, *ninguém* também deve estar indexado a I°, compartilhando o mesmo índice do NP inteiro e dando ensejo a uma violação da *Condição 1 dentro de 1*.

Em contrapartida, não se verifica qualquer restrição a uma sentença como

(35) Nenhuma fotografia está em cima da mesa

Em (35), os constituintes *nenhuma* e *fotografia*, por efeito da concordância verificada entre eles, compartilham naturalmente o mesmo índice.

Em resumo, para explicar a ausência obrigatória do *não*, nosso sistema funciona com duas posições de Spec pré-verbais que podem ser ocupadas por um advérbio ou um (constituente com um) quantificador negativo. Uma é a posição \bar{A} de Spec de NegP, prevista pela Teoria \bar{X} , disponível para alojar os advérbios negativos e para servir de posição de passagem para constituintes negativos deslocados. Outra é a posição A de Spec de IP,

reproduzida no processo de derivação, à semelhança de Rizzi & Roberts(1989), como uma necessidade para alojar elementos (negativos) marcados por caso nominativo.

3.1.2. Quantificadores e Advérbios Negativos em Posição Pós-verbal

A análise desenvolvida nesta dissertação se assenta no pressuposto de que toda sentença negativa do PB engloba uma categoria funcional plena NegP. O escopo sentencial da negação é obtido por meio desta categoria. Seu núcleo se manifesta de duas formas complementares: pode ser um elemento nulo exclusivo de contextos em que o Spec (A ou \bar{A}) de NegP é preenchido; e pode ser o *não* que ocorre nos outros contextos.

Este pressuposto dá conta da generalização de que o PB marca explicitamente a negação sentencial através de um elemento negativo pré-verbal na Estrutura S. Se temos em mente que, para serem interpretados, os quantificadores e advérbios negativos devem tomar escopo sentencial e que isto só se verifica se Neg^o ou Spec de NegP é preenchido, fica clara a exigência de uma negação pré-verbal explícita. No nosso sistema, esta negação será o preenchimento de Neg^o ou do Spec de NegP⁹.

⁹O Spec de NegP pode ser preenchido, ainda, por um vestígio, como no caso do deslocamento de um constituinte negativo para uma posição \bar{A} à esquerda. Neste caso, a cadeia formada a partir do deslocamento sustenta a configuração necessária.

Em contrapartida, qualquer constituinte negativo que não pressupõe escopo sentencial dispensa a ocorrência de NegP. Tal é o caso de um adjunto introduzido por *sem*. O escopo dos quantificadores e advérbios negativos contidos neste adjunto se limita ao constituinte, não atingindo o nível sentencial. Os efeitos disto podem ser observados em duas direções.

Por um lado, se tal constituinte ocorre antes do verbo, nenhum efeito se manifesta quanto à necessidade de o núcleo de NegP ser vazio. Isto é, desconsiderando que (36.a) é uma sentença negativa e que (36.b) é uma afirmativa, as duas sentenças são gramaticais:

- (36) a. Sem nenhuma companhia, João não viaja com frequência
- b. Sem nenhuma companhia, João viaja com frequência

Em confronto com (36), (25.a) e (28), aqui repetidos, se distinguem pela agramaticalidade a última contra a gramaticalidade da primeira:

- (25) a. Para ninguém eu contaria uma coisa dessas
- (28) *Para ninguém eu não contaria uma coisa dessas

A agramaticalidade de (28) decorre da presença do *não*. Em vista de o Spec \bar{A} ser preenchido por um vestígio de *para ninguém* que produz a configuração Spec-núcleo, Neg⁰ deve ser nulo.

Por outro lado, ocorrendo em posição pós-verbal, os constituintes negativos que não tem escopo sentencial dispensam a presença de uma negação pré-verbal:

- (37) João viaja freqüentemente sem nenhuma
companhia

Em (37), o escopo da negação está confinado ao adjunto introduzido por *sem*.

Observemos, a partir destas considerações

- (38) a. João não visitou nunca a Bahia
b. João não viu ninguém
c. João não viu a foto de ninguém
d. João não viu a foto da irmã de ninguém

Em (38), a ausência do *não* antes do verbo torna todas as sentenças agramaticais. (38.a) contém um advérbio negativo e as outras sentenças de (38) contém quantificadores negativos. O alcance da capacidade que *não* tem de licenciar um IPN pode ser avaliada pelo nível de encaixe em que *ninguém* se encontra: em (38.b), ele ocupa a posição de objeto do verbo; em (38.c) é um PP encaixado no NP encabeçado por *foto*; em (38.d) é um PP encaixado em outro PP que é dominado por um NP.

Por fim, reconsideremos (34) comparando-a com (39):

- (34) *A fotografia de ninguém está em cima da mesa
(39) a. *Está em cima da mesa a foto de ninguém
b. Não está em cima da mesa a foto de ninguém

Aoun(1985) focaliza um dialeto do espanhol em que a sentença correspondente a (39.b) é agramatical. Ele atribui a agramaticalidade, como o faria para (34), à violação da *Condição i dentro de i*: *ninguém* deve estar coindexado com Neg (que faz parte, junto com tense e Agr, de I); mas esta coindexação é impossível em (39.b) em vista de I já estar coindexado com o NP *a fotografia de ninguém*.

No PB, entretanto, (39.b) é gramatical. O sistema de Aoun não explica este fato. Nem por isso precisamos abandonar a idéia de que é a coindexação entre o Spec e o núcleo, por ensejar uma violação da *Condição i dentro de i*, que permite rejeitar (34).

Vamos reassentar a questão nos termos de nosso sistema. Um IPN pode ser licenciado por ocupar a posição Spec de NegP. Se algum tipo de coindexação tem seu papel, ela aparece como resultado ou como reflexo da relação Spec-núcleo. Neste caso, (34) é agramatical por *ninguém* não ocupar a posição Spec de NegP e, portanto, não estar coindexado com Neg^o. Se estivesse, ensejaria uma violação da *Condição i dentro de i*.

Agora, como se explica a gramaticalidade de (39.b) com o sujeito posposto. A saída é conceber que o sujeito posposto não está coindexado com Neg^o por não estar na posição Spec de NegP e por não ter transitado por ela. Isto é possível se adotamos a idéia de Koopman & Sportiche(1988) segundo a qual o sujeito posposto é gerado na posição em que se encontra: à direita do VP dominado por V^{max}. Assim, *ninguém* é licenciado em posi-

ção pós-verbal da mesma forma que é licenciado em posição de objeto: por ser c-comandado por NegP.

No Seção 3.3, será discutido até que ponto a condição de c-comando atua para licenciar um IPN em posição pós-verbal.

3.2. A Interação de Sem com as Palavras Negativas em Sentenças Simples

Na seção anterior, foi proposto que a negação toma escopo sentencial através da categoria funcional NegP que é gerada acima de IP. Para que a sentença seja considerada negativa, o núcleo ou o Spec de NegP deve estar preenchido por um elemento negativo apropriado.

Nesta seção vamos tratar do núcleo *sem*, que se caracteriza por constituir um domínio negativo próprio. Definido lexicalmente como [-N,-V], este núcleo encabeça um PP, um adjunto sintaticamente impermeável à ação da negação sentencial. Neste domínio, *sem* regula todo o processo sintático da negação. Se a ocorrência de um NegP dentro do adjunto produz uma sentença aceitável, ela é interpretada como uma negação dupla:

(40) ??João saiu *sem* não olhar Maria

Assim, na medida em que excluímos de consideração as sentenças "afetadas" com duas negativas valendo por uma afirmativa, podemos dizer que NegP não é licenciado nos domínios de *sem*.

Assim, os elementos nucleares *não* e *sem* se caracterizam por constituírem domínios negativos próprios: o domínio do primeiro é uma sentença finita ou não-finita, dependendo do preenchimento de I^o; o domínio do segundo é um adjunto e seu complemento pode ser de natureza nominal ou sentencial:

- (41) a. João saiu sem nenhum dinheiro
b. João saiu sem avisar sua mãe
c. João saiu sem que sua mãe percebesse

Como vimos na seção anterior, o adjunto encabeçado por *sem*, embora de natureza negativa, não interage com a negação sentencial, como os outros constituintes negativos. Por um lado, se ocorre antes do verbo, ele não acarreta a ausência do *não*. Por outro, se ocorre após o verbo, ele não pressupõe um elemento negativo pré-verbal como licenciador. Isto é mostrado por (36) e (37), aqui repetidos:

- (36) a. Sem nenhuma companhia João não viaja com frequência
b. Sem nenhuma companhia João viaja com frequência

- (37) João viaja freqüentemente sem nenhuma companhia

As sentenças de (36) e (37) são gramaticais independente da presença ou ausência de um elemento negativo como *não*. Entretanto, se se trata de classificar as sentenças no que concerne à negação, apenas (36.a) deve

ser considerada uma sentença negativa.

Outra característica de interesse que concorre para distinguir o domínio encabeçado por *sem* daquele encabeçado por *não* é o fato de o primeiro ser o elemento mais alto do constituinte. Assim, sempre será o caso em que ele dominará os elementos negativos internos ao PP. A extração de qualquer elemento negativo do PP, que se constitui numa ilha, produzirá uma sentença agramatical:

- (42) a. *Para ninguém João entrou sem dar bom dia
b. *João entrou para ninguém sem dar bom dia

A consequência deste apontamento é que no PP introduzido por *sem*, qualquer IPN está sujeito à sua ação.

Para descrever a interação entre os quantificadores e advérbios negativos e *sem*, vamos considerar a natureza do complemento deste último. Se o complemento é um NP que engloba um IPN, este é diretamente licenciado (sem a necessidade de que outro elemento negativo intervenha):

- (43) a. João partiu sem nada no bolso
b. João se levantou sem nenhuma ajuda
c. João se levantou sem a ajuda de ninguém
d. João viajou sem os documentos de nenhum dos filhos

Quando o complemento de *sem* é de natureza sentencial, um IPN é licenciado antes e depois do verbo:

- (44) a. João partiu sem dizer nada
 b. João partiu sem que ela dissesse nada
 c. João partiu sem ninguém se despedir dele
 d. João partiu sem que ninguém se despedisse dele
 e. Ela presidiu a LBA sem nunca ter ajudado os pobres
 f. Ela presidiu a LBA sem ter nunca ajudado os pobres

Deve-se notar que os adjuntos são interpretados como envolvendo uma negativa simples. As ocorrências de quantificadores e advérbios negativos internamente ao PP não constituem instância de negação autônoma. Assim, por exemplo, se a (44.c) acrescentamos uma sentença como *A Maria se despediu dele*

- (43) *João partiu sem ninguém se despedir dele; a Maria se despediu dele

estaremos às voltas com uma contradição. Isto não aconteceria se os advérbios e quantificadores negativos valessem por uma outra instância da negação, induzindo a uma leitura com negação dupla.

Por fim, a posição de um IPN antes do verbo em complementos sentenciais de *sem* levanta a questão de saber qual a posição, em termos da Teoria \bar{X} , que ele ocupa. Esta não deve poder ser Spec (A ou \bar{A}) de NegP, dado que esta categoria não ocorre no domínio de *sem*. Então, os quantificadores e advérbios negativos devem estar relacionados a IP: se for um quantificador nega-

tivo, deve estar em Spec de IP; se for um advérbio, deve estar adjunto a I° ou a IP (para os advérbios, ver Capítulo IV). Nesta posição, eles não são licenciados por estarem em configuração Spec-núcleo, mas por serem c-comandados por *sem*.

3.3. A Interação das Palavras Negativas em Sentenças Complexas

Ao longo do trabalho, a noção de domínio de NegP e de *sem* foi usada de maneira informal. Agora, faz-se necessário tornar preciso o que deve ser entendido por esta noção. A preocupação principal é estabelecer qual o alcance de NegP ou de *sem* para licenciar um advérbio ou um quantificador negativo.

Quando o problema se limita a sentenças simples, a capacidade licenciadora de NegP e *sem*, em termos de c-comando, não encontra restrições: um IPN é licenciado em posição pós-verbal independente da profundidade com que é encaixado. Isto é ilustrado pelo exemplo (38.d), aqui repetido, e (44):

(38) d. João não viu a foto da irmã de ninguém

(44) João saiu sem ver a foto da irmã de ninguém

Porém, quando estão em questão sentenças complexas, alguns aspectos devem ser frisados. Consideremos

- (45) a. Eu não desejo que ele prejudique ninguém
b. Não é meu desejo que ele prejudique ninguém
c. Não é desejável que ele prejudique ninguém

- (46) a. Não desejo que nenhum político ajude João
 b. Não é meu desejo que ninguém prejudique João
 c. Não é desejável que ninguém prejudique João

Os pontos que suscitam interesse em (45) e (46) são dois: o primeiro é que um quantificador (o mesmo para o advérbio) negativo é licenciado após o verbo encaixado sem que seja necessária a coocorrência de uma negação antes deste verbo; o segundo é que as sentenças de (45) devem e as de (46) podem ser interpretadas como envolvendo uma negação simples (sendo esta a interpretação preferencial, ao contrário do que acontece no italiano (Rizzi,1982) e em (um dialeto do) espanhol (Aoun,1985)). Assim, por exemplo, (46.a) deve ser ambígua entre as duas leituras seguintes:

- (47) a. Eu não desejo que $\exists x [P_x \ \& \ A(x,j)]$
 b. Eu não desejo que $\neg \exists x [P_x \ \& \ A(x,j)]$

onde $[j=João]$, $[P=político]$ e $[A=ajudar]$. A leitura (47.b) é possível, mas a sentença é "afetada" por apresentar duas negativas com valor de uma afirmativa.

Deve ser ressaltado que os predicados que instanciam tais fenômenos são de um tipo especial. De acordo com Raposo(1985), eles selecionam um complemento sentencial com verbo no subjuntivo que está sujeito à *concordantia temporum* e que implica orientação para o futuro: *querer, exigir, temer, precisar*.

Observe-se que os predicados factivos como *lamentar*, mesmo selecionando um complemento com verbo no

subjuntivo, não se encaixam nesta classe:

- (48) a. *Eu não lamento que venha ninguém
b. *Não me agrada que venha ninguém

Além disso, para que os efeitos apontados se verifiquem, o predicado deve ser negado explicitamente por um NegP, como mostram (46) ou (47), ou por *sem* como vemos em

- (49) a. Maria disse isso sem desejar que ninguém se sentisse ofendido
b. Maria disse isso sem desejar que as palavras ofendessem ninguém

Observe-se que predicados que envolvem outro tipo de negação não desencadeiam os efeitos apontados:

- (50) a. *É indesejável que ele prejudique ninguém
b. *Ele duvida que ela encontre ninguém

(50.a) não é uma sentença gramatical apesar de a negação estar presente através do prefixo *in-*. O mesmo para (50.b) com a negação está embutida lexicalmente em *duvida*. Doravante, usamos exemplos apenas com NegP, tendo em mente que o mesmo comportamento se repete se *sem* está em questão.

Em oposição aos predicados que incluem a sentença subordinada em seu domínio de licenciamento, há outros que se comportam de modo diferente:

- (51) a. *Eu não disse que João ajudou nenhum político
 b. Eu não disse que nenhum político ajudou João

(51.a) revela que um predicado como *não disse* não é capaz de licenciar *nenhum* após o verbo do complemento sentencial. Para que a sentença seja gramatical um *não* deve ser inserido antes de *ajudou*.

Mas, procedendo assim, criamos um novo domínio negativo e a sentença deve ser interpretada com dupla negação. De modo paralelo, (51.b) deve ser interpretado como envolvendo dupla negação:

- (52) Eu não disse que $\neg \exists x [P_x \ \& \ A(x,j)]$

Uma forma de tornar transparente que a interpretação de (51.b) deve ser (52) é observar que o acréscimo de uma sentença como *Eu disse que o deputado Jabes o ajudou* não produz uma contradição:

- (53) Eu não disse que nenhum político ajudou João;
 eu disse que o deputado Jabes o ajudou

O fato de (53) não ensejar uma contradição demonstra que em (51.b) estão envolvidos dois domínios negativos, um para a sentença matriz, outro para a sentença subordinada.

Aplicando o mesmo teste para predicados que se comportam como *querer*, vemos que a contradição se mani-

festa:

(54) ??Eu não quero que ninguém ajude João; eu quero que a Maria o ajude

(54) só não é marcado como inteiramente contraditório em vista de podermos, dispendendo um considerável esforço, interpretar a sentença como contendo negação dupla

Observe-se que os predicados tipo *dizer* selecionam um complemento sentencial cujo tempo se constitui num domínio autônomo:

- (55) a. Ele diz que Maria veio
b. Ele disse que Maria vem

Ao contrário do que acontece com predicados como *querer*, em (55) as formas do presente e do passado se combinam sem restrições, não sendo necessária a *concordantia temporum*.

Como dar conta destes fenômenos? A análise de Haegeman & Zanuttini(1991) não parece capaz de explicar diretamente estes fenômenos. De fato, trabalhar com o movimento dos quantificadores e advérbios negativos para Spec de NegP exige que se faça distinção entre CPs no que concerne a sua capacidade de bloquear o movimento. Assim, seria exigida uma qualificação com o fim de explicar por que o CP selecionado por *querer* não deve contar como barreira, ao contrário do que acontece com o CP selecionado por *confirmar*:

- (56) a. Maria não quer [_{CP} que João compre nada]
 b. *Maria não confirmou [_{CP} que João comprou nada]

Esta distinção seria difícil de ser traçada, ainda mais se consideramos ambos os CPs são L-marcados pelo verbo que os rege.

Por sua vez, o sistema de Laka(1990) é muito pouco restritivo para dar conta de (56). Segundo esta autora, um predicado negado deveria ser suficiente para garantir um complementizador [+Neg] em cujos domínios um IPN pode ser liberado. A aplicação desta análise não deixa ver como é possível aceitar (56.a) e rejeitar (56.b), já que ambos os complementizadores seriam [+Neg].

A solução deste trabalho lança mão da distinção, efetuada por Raposo(1985), com base nas propriedades do complemento sentencial¹⁰. Predicados como *confirmar* selecionam um CP cujo núcleo C^o contém um operador abstrato [+TEMPO] que marca um domínio independente em

¹⁰ A constituição do complemento determina a categoria de regência, o domínio onde o pronome deve ser livre:

- (1) a. *João_i quer que ele_i venha
 b. João_i confirma que ele_i vem

Um predicado que seleciona um C^o [-TEMPO] (como *querer*) determina que a categoria de regência para *ele* em (1.a) seja toda a sentença. Por outro lado, um predicado que seleciona um C^o [+TEMPO] (como *confirmar*) determina que a categoria de regência seja a sentença encaixada.

relação ao tempo da sentença principal. Por sua vez, o CP selecionado por predicados como *querer* tem seu C^o marcado por [-TEMPO] e não constitui um domínio temporal autônomo em relação ao tempo da sentença principal.

Retomemos a idéia de que quantificadores e advérbios negativos são licenciados em um domínio local pela presença da categoria funcional NegP (ou de *sem*). Tirando proveito da idéia de Raposo, estabeleçamos que este domínio coincide com o de [+TEMPO]. Assim, um único domínio negativo sentencial não pode estar sintaticamente associado a mais de um domínio [+TEMPO].

Em termos de sentença complexa, um NegP (ou um *sem*) negando a sentença matriz não tem alcance para licenciar quantificadores e advérbios negativos na sentença subordinada, se esta corresponde a um domínio [+TEMPO]. A ocorrência destes está condicionada ao fato de a sentença subordinada constituir um outro domínio negativo mediante a presença de NegP: se o IPN é pós-verbal, é necessária uma negação pré-verbal; se o IPN é pré-verbal, postulamos que ele ocupa a posição de Spec de NegP.

Este arranjo sintático acarreta que a sentença seja interpretada como envolvendo um NegP na sentença matriz e outro na subordinada. O teste (53), que busca detectar contradição, serve para diagnosticar que dois domínios negativos estão envolvidos. Apesar disso, as sentenças são bastante naturais.

Porém, se a sentença complexa engloba apenas um

domínio [+TEMPO], como é o caso de (45) e (46), a subordinada dificilmente constitui um domínio negativo independente do NegP da matriz. O esforço para construir a subordinada como um domínio negativo independente produz sentenças "afetadas" em que duas negações vão valer por uma afirmação¹¹. A aplicação do "teste da contradição" (54) atesta estas afirmações.

Consideremos, por fim, algumas conseqüências da análise. A primeira envolve saber como é respondida a seguinte pergunta e quais as implicações da resposta: Qual é a posição, em termos da Teoria \bar{X} , de um IPN pré-verbal em uma sentença subordinada? A resposta depende de a sentença subordinada envolver ou não um domínio [+TEMPO] autônomo. Em caso afirmativo, a posição é o Spec (A ou \bar{A}) de NegP e a sentença subordinada corresponde a uma outra negação. Um IPN é licenciado neste contexto por ocupar a posição Spec de NegP e não por influência do NegP da sentença matriz. E mais: um IPN pós-verbal exige a presença de uma negação pré-verbal. O domínio [+TEMPO] é impermeável à ação licenciadora de um NegP (ou de *sem*) da sentença matriz.

¹¹ Parece que as condições sintáticas para criar um domínio negativo independente nas sentenças subordinadas são mais favoráveis do que produzir dupla negação numa sentença simples:

- (1) a. *?Ninguém não viu isto
 b. ??Não quero que ele não prejudique ninguém

Entretanto, em ambos os casos, as sentenças resultantes serão claramente "afetadas".

Se a sentença subordinada não constitui um domínio [+TEMPO] autônomo, o advérbio negativo deve estar adjunto a IP e o quantificador negativo deve preencher o Spec de IP, pois a sentença subordinada não envolve outra negação. Se existir uma, teremos um caso "afetado" de dupla negação. Como não existe um NegP na sentença subordinada, o licenciamento de um IPN interno a ela é obtido por influência do NegP da sentença matriz. E mais: um IPN pós-verbal não exige uma negação pré-verbal, já que o domínio [-TEMPO] subordinado é permeável à ação do NegP (ou do *sem*) da sentença matriz.

Outra consequência da análise é a explicação dos fenômenos de

- (55) a. João não quer que a fotografia de ninguém seja danificada
b. *João não confirmou que a fotografia de ninguém foi danificada

A análise prediz adequadamente que há uma única configuração em que *ninguém* pode ser licenciado nesta posição: quando está contido em um domínio [-TEMPO] sensível ao NegP (ou ao *sem*) da sentença matriz

Uma última consequência da análise provém do fato de *ninguém* ser concebido unicamente como IPN. Esta hipótese prediz que *alguém*, que não apresenta as propriedades da polaridade negativa, está excluído dos contextos em que *ninguém* ocorre: no Spec de NegP e sob c-comando de um NegP ou de *sem*.

Esta predição pode ser confirmada em dois sentidos: ou a ocorrência de *alguém* nos contextos próprios de *ninguém* produz uma sentença agramatical, ou induz a uma leitura pragmática. Consideremos

- (56) a. ??Alguém não viu Maria no cinema
b. ?João não quer que alguém prejudique Maria
c. João não disse que alguém prejudicou Maria

- (57) a. ??Maria não viu alguém no cinema
b. ? João não quer que Maria prejudique alguém
c. João não disse que Maria prejudicou alguém

Nas sentenças de (56), *alguém* está na posição de Spec e nas de (57) em posição de complemento.

Em (56.a), *alguém* ocupa, de acordo com nosso sistema, a posição de Spec de NegP; em (56.b), ele ocupa a posição Spec de IP, mas não escapa aos efeitos do c-comando da negação, pois está dentro de um domínio [-TEMPO]. Estas duas sentenças ganham em aceitabilidade na medida em que se atribui a *alguém* uma interpretação de "cumplicidade" do tipo Alguém que nós sabemos quem é, mediante uma entonação especial.

A sentença (56.c) e (57.c) são gramaticais. Nelas *alguém* ocupa a posição Spec de IP ou de complemento do verbo, mas está protegido dos efeitos do c-comando do NegP da sentença principal por fazer parte de um domínio [+TEMPO] independente. Nas outras sentenças de (57) *alguém* está sujeito aos efeitos do c-comando do negP da sentença matriz.

4. Resumo do Capítulo

Este capítulo procurou estudar a interação das palavras negativas voltando-se, em especial, para duas questões. A primeira deriva do fato de o não ser impedido de coocorrer com um quantificador ou advérbio negativo em posição pré-verbal. A segunda questão se voltou para o fato de um quantificador ou um advérbio negativo pós-verbal exigir uma palavra negativa, que eventualmente pode ser o não, em posição pré-verbal.

Ressaltamos duas linhas principais que tratam do fenômeno. A primeira (Zanuttini,1991; Haegeman,1991) parte do pressuposto de que os quantificadores e advérbios negativos devem estar em configuração Spec-núcleo com Neg^o. Quando esta configuração não se verifica na Estrutura S, postula-se um movimento na Forma Lógica para cumprir a exigência. Ocorre que, às vezes, este movimento não pode se efetivar, como quando barreiras intervêm entre a posição de origem do movimento e o Spec de NegP. Como esta última posição é inacessível aos itens negativos, a sentença resultante vai ser agramatical.

A segunda linha (Aoun,1985; Progovac(1998); Laka, 1990), sem lançar mão de movimento, procura estabelecer um domínio em que os quantificadores e advérbios negativos são licenciados. O domínio é definido a partir das categorias IP e CP.

A análise desenvolvida neste capítulo é compatível com a segunda linha. Os quantificadores e os advérbios

negativos, vindo antes ou depois do verbo, são concebidos como IPN que precisam de um contexto negativo para serem licenciados. Este contexto é providenciado pela categoria NegP ou pela preposição *sem*, cada uma das duas criando seu próprio domínio de licenciamento.

A categoria NegP é o elemento definidor de uma sentença negativa e deve ter seu núcleo ou seu Spec preenchido por uma palavra negativa para marcar a negação sentencial. Se temos em mente que os advérbios e quantificadores tomam escopo sentencial, isto explica a necessidade de uma negação pré-verbal (em Spec ou em Neg^o) quando aqueles itens ocorrem em posição pós-verbal.

Por outro lado, se um advérbio ou quantificador negativo ocorre em posição pré-verbal, vale dizer, em Spec de NegP, o núcleo Neg^o é vazio. Este fenômeno é interpretado como efeito da relação Spec-núcleo.

Por fim, o capítulo tratou da interação das palavras negativas em sentenças complexas observando que o NegP (ou o *sem*) da sentença matriz é capaz de licenciar um IPN em certas subordinadas. Fazendo eco ao fato de a negação estar estreitamente relacionada com o tempo, a solução foi construída a partir da hipótese de que aquelas sentenças subordinadas não se constituem em um domínio temporal autônomo. Isto é posto como explicação para o licenciamento de um IPN em posição pós-verbal sem a coocorrência de uma negação pré-verbal e para a interpretação da sentença como uma negativa simples.

CAPÍTULO IV

ADVÉRBIOS NEGATIVOS

1.0 Problema

O objetivo desta seção é estudar os advérbios negativos tendo por base a análise que vem sendo desenvolvida para as sentenças negativas. Os dois fenômenos de interesse relacionados com estes itens concernem às posições que eles podem ocupar na sentença (que, de resto, é uma questão afeita a todas as classes de advérbios) e à interação deles com o núcleo de NegP.

Ambos os fenômenos estão refletidos em

- (1) a. Nunca o João visitou a Bahia
b. O João nunca visitou a Bahia
c. *O João visitou nunca a Bahia
d. *O João visitou a Bahia nunca

- (2) a. *Nunca o João não visitou a Bahia
b. *O João nunca não visitou a Bahia
c. O João não visitou nunca a Bahia
d. O João não visitou a Bahia nunca

Como vimos no Capítulo III, (1) e (2) mostram que *nunca* interage com o núcleo de NegP não em dois sentidos diversos, dependendo de sua posição em relação ao verbo: em um sentido, o *não* é proibido de coocorrer com o *nunca* se este precede o verbo; em sentido oposto, o

nunca em posição pós-verbal depende da ocorrência de *não* precedendo o verbo

Adicionando à discussão os exemplos de

- (3) a. Ninguém pôs *nunca* os pés aqui
b. Ninguém *nunca* pôs os pés aqui

aumentamos o quadro descritivo com duas outras observações a respeito dos advérbios negativos. A primeira mostra que além do *não*, outras palavras negativas licenciam sua ocorrência pós-verbal: isto decorre da necessidade de a negação sentencial ser marcada explicitamente por um preenchimento de Spec de NegP ou pelo preenchimento de Neg^o. A outra aponta que, excluindo o *não*, outras palavras negativas — como os quantificadores — coocorrem com os advérbios negativos em posição pré-verbal: a ausência de *não* é efeito da relação Spec-núcleo; como um advérbio negativo não é núcleo de NegP, esta relação não induz à ausência de *nunca*.

O outro fenômeno que (1) e (2) revelam é que os advérbios negativos desfrutam de grande liberdade de posicionamento. Excetuando a posição entre *não* e *víu*

- (4) *João não *nunca* visitou a Bahia

o *nunca* pode ocupar as outras posições disponíveis na sentença.

Uma análise sintática da negação no PB deve ser

capaz de fornecer uma explicação para estes dois fatos. O Capítulo III abordou o problema da interação dos advérbios negativos com as outras palavras negativas. Nas seções que se seguem vamos mostrar como a análise desenvolvida neste trabalho trata da distribuição dos advérbios.

2. A Posição dos Advérbios

A discussão envolvendo o posicionamento dos advérbios negativos deve cobrir um amplo espectro que abranje pelo menos: o lugar em que estes advérbios são gerados; os processos pelos quais se explicam as várias posições que eles podem ocupar na Estrutura S; as particularidades semânticas (de escopo), se existem, que decorrem das posições ocupadas; a (in)capacidade de os advérbios se moverem e o alcance do movimento; a interação com os outros elementos que se movem na sentença.

Tradicionalmente, os advérbios são enquadrados em classes segundo sejam advérbios de sentença (e de discurso) e de constituinte¹. Isto é, segundo atuem para "modificar" toda a sentença ou apenas um de seus cons-

¹ Neste trabalho, o advérbio de adjetivo é considerado irrelevante dado que, se modifica um adjetivo, o *NUNCA* não atinge escopo sentencial, isto é, não implica a coocorrência de uma negação pré-verbal, nem a impossibilidade de um *NÃO* pré-verbal:

- (i) a. Ele demoliu aquela ponte nunca terminada
b. A ponte nunca terminada não foi demolida

tituintes tais como o verbo, o adjetivo (ou outro advérbio). Nos termos da Teoria \bar{X} , esta classificação pode ser traduzida como a capacidade de o advérbio ser gerado, com estatuto de XP, como especificador, adjunto de alguma categoria ou de alguma de suas projeções; ou com estatuto de X^0 com capacidade de encabeçar ou não uma projeção máxima.

2.1. A Análise de Travis(1988)

Travis(1988) concebe os advérbios como núcleos defectivos, incapazes de encabeçar uma projeção máxima. Eles são gerados como irmãos de núcleos cujas especificações são responsáveis pelo seu licenciamento. O processo responsável pelo licenciamento é a Marcação θ Autônoma (a mesma que licencia os adjetivos nos sintagmas nominais — ver Higginbotham (1985)).

Os núcleos e as respectivas especificações são dados no quadro (5):

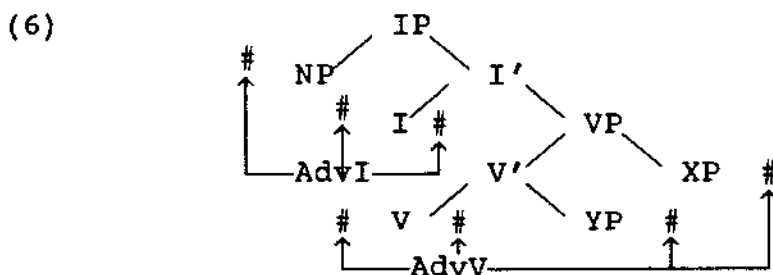
(5) NÚCLEOS E ESPECIFICAÇÕES QUE LICENCIAM OS ADVÉRBIOS

núcleo	especificação	advérbio
V	Manner	completely
I	Agr	reluctantly
	event	probably
C	speaker	sincerely

Dada a propriedade da transportabilidade (Keyser,1968),

assumida por Travis, a mobilidade de cada classe de advérbio fica restrita à projeção máxima do núcleo que a licencia. Assim, um advérbio de V pode se transportar nos domínios estritos do VP; no limite, estes advérbios podem ser adjuntos a VP.

Para dar conta das variações a respeito das posições que os advérbios podem ocupar nas várias línguas, Travis elabora um mecanismo que permite os traços percolarem para cima, de X para XP, e para baixo do núcleo superior para o núcleo inferior. O inglês permite o primeiro tipo de percolação, como é mostrado por



onde # marca as posições para as quais os advérbios de I e os advérbios de V podem se transportar.

Esta análise dá conta do comportamento dos advérbios de I como *probably* e dos advérbios de V, como exemplificado por *completely*:

- (7) a. *Probably/*completely* George has read the book
 b. George *probably/*completely* has read the book
 c. George has *probably/completely* read the book
 d. George has read the book **probably/completely*

A agramaticalidade de (7.d) com *probably* (leitura sem pausa; com pausa, a leitura pode ser derivada de uma adjunção à direita de IP) decorre de o advérbio ter extrapolado a projeção máxima do núcleo que o licencia. A de (7.a) e (7.b) com *completely* se explica pelo fato de um advérbio de V estar localizado fora da projeção de VP. A gramaticalidade de (7.c) com qualquer dos dois advérbios deriva do fato de a posição ocupada por eles ser ambígua: tanto pode ser concebida como uma posição adjunta ao VP como uma posição externa ao VP.

O sistema de Travis dá conta dos problemas envolvendo os *passive sensitive adverbs*, advérbios que são interpretados como sendo atribuídos ao agente e ao sujeito (abordados por Mc Connell-Ginet (1982)), dependendo da posição que ocupam na sentença:

- (8) a. Joan reluctantly was instructed by Mary
b. Joan was instructed reluctantly by Mary

Em (8.a), *reluctantly* é licenciado pelo traço Agr de I, o que faz com que propriedade semântica da relutância seja atribuída a Joan, o elemento que concorda (está coindexado) com Agr. Em (8.b), a relutância é atribuída a Mary em virtude de o advérbio ser licenciado por uma especificação de V. Em decorrência prevê-se que uma sentença como

- (9) *The rock unwillingly will be thrown by the
hostage

é inaceitável em virtude de *the rock* não ser compatível

com a propriedade denotada por *unwillingness* que lhe deve ser atribuída².

Além disso, a proposta de Travis concebe o seqüenciamento dos advérbios como decorrência dos lugares em que eles são gerados e da incapacidade de eles extrapolarem a projeção máxima dos núcleos que os licenciam. Desta forma, um advérbio de I deve preceder um advérbio de V. Tal procedimento mantém fixas as propriedades de escopo dos advérbios.

Para dar conta da posição dos advérbios em línguas que não se comportam como o inglês, Travis lança mão de um mecanismo mediante o qual as especificações do núcleo superior são capazes de percolar para um núcleo inferior. Por meio deste processo, um advérbio de I pode aparecer na projeção de V. Mas este mecanismo só está disponível quando o núcleo inferior se move para a posição nuclear superior.

Travis discute duas línguas em que a percolação funciona, o alemão e o islandês. Limito-me a abordar a segunda em vista de o exemplo usado ser com o advérbio

² Rochette(1990) retoma estes advérbios como predicados com uma estrutura de dois argumentos: o sujeito (Spec de IP), no caso *the rock* e um evento. Note-se que esta autora defende a necessidade de a seleção envolver categorias semânticas tipo "proposição", "evento", "ação" que são realizadas respectivamente pelas categorias sintáticas CP, IP, VP.

correspondente a *nunca* no PB:

- (10) a. *Hann mun stinga smjorinu aldrei i vasann
 ‘Ele deve pôr manteiga nunca no bolso’
 Ele não deve pôr manteiga nunca no bolso
- b. Hann stingur smjorinu aldrei i vasann
 ‘Ele põe manteiga nunca no bolso’
 Ele não põe manteiga nunca no bolso

Aldrei (*nunca*) é considerado um advérbio de I embora possa aparecer agregado a VP em (10.b). A explicação de Travis: *aldrei* (*nunca*) pode aparecer onde aparece em (10.b) em virtude de o verbo *stingur* (*põe*) ter-se movido para I. O mesmo não pode acontecer em (10.a) em vista de *stinga* (*pôr*) não sofrer movimento; o que se move é o modal *mun* (*deve*).

Em resumo, a sintaxe dos advérbios está estreitamente relacionada com o processo de licenciamento a que se subordina todo o seu comportamento. Um advérbio é licenciado por uma especificação presente em um determinado núcleo. São elementos transportáveis, mas a transportabilidade está sujeito a variações paramétricas: ou é regulada pela forma como as especificações de um núcleo passam para outro núcleo; ou pela projeção máxima do núcleo licenciador. O escopo do advérbio é satisfeito a partir do núcleo em que é gerado de modo que o ordenamento linear reproduz o estrutural, explicando-se, assim, por que um advérbio deve vir antes ou depois de outro.

A análise de Travis será retomada por ocasião do

estudo dos advérbios no PB.

2.2. A Análise de Belletti(1990)

A análise de Travis(1988) se assenta no pressuposto de que os advérbios podem se mover, embora o movimento seja bastante restrito. Em oposição, Belletti elabora uma análise em que os advérbios não se movem (não são transportáveis).

De acordo com o sistema de Belletti, as várias posições que os advérbios ocupam resultam basicamente de dois fatores em interação: dos lugares em que são gerados na Estrutura D (o que é regulado pela classe a que o advérbio pertence); e do movimento dos outros constituintes.

Os advérbios podem ser engendrados como adjuntos ou como especificadores. No primeiro caso, os advérbios são dominados por uma projeção máxima que vai ser "modificada" por eles (no sentido de Sportiche,1988). São adjungidos à esquerda destas categorias³, embora também seja considerada possível a adjunção à direita de VP e

³ Certos advérbios como *probabilmente* podem ser adjungidos a NP, PP, categorias sobre as quais eles têm escopo (embora conservem escopo sentencial):

- (i) a. In vita sua Gianni leggerà probabilmente
molti racconti d'avventura
b. Maria discuterà la cosa probabilmente con
molte persone

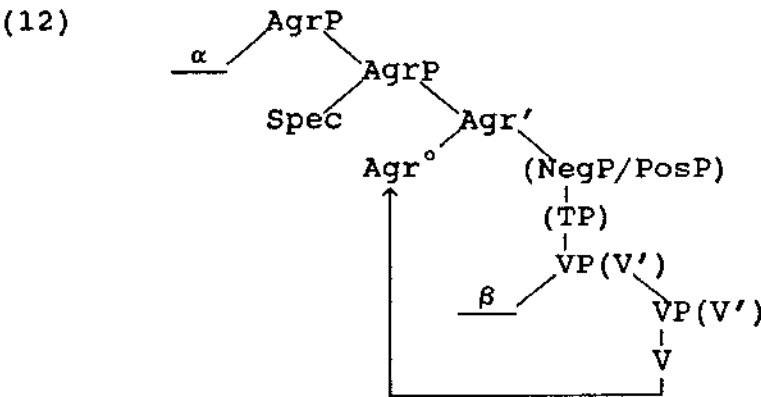
de IP. O quadro (11) apresenta as possibilidades e representantes das classes

(11) CATEGORIAS ÀS QUAIS OS ADVÉRBIOS SE ADJUNGEM

categoria	exemplo
VP	completamente, spesso, più, pur
AuxP	meramente
TP	completamente
AgrP	probabilmente

No segundo caso, os advérbios são especificadores de NegP e PosP (contraparte positiva de NegP, cujo núcleo não é lexicalmente preenchido). O Spec de NegP pode ser preenchido pelos advérbios negativos: *più, mai, ancora*. O Spec de PosP é a posição disponível para os advérbios afirmativos *pur, ben, già sempre*.

O sistema de Belletti prevê as seguintes posições para os advérbios "adjuntos" nas sentenças finitas com tempo simples:



A posição β é a posição típica de um *lower adverb* (para a autora os advérbios mais baixos que a negação) que deve resultar sempre em posição pós-verbal nas sentenças finitas com verbos simples:

- (13) a. Quel medico risolverà completamente i tuoi problemi
b. *Quel medico completamente risolverà i tuoi problemi

Como o verbo sobe obrigatoriamente para (T[+finito] e para) Agr^o no italiano, um *lower adverb* não pode precedê-lo.

Da observação de que advérbios desta classe podem aparecer no final das sentenças⁴

- (14) Quel medico risolverà i tuoi problemi completamente

⁴ Belletti aponta que o advérbio de VP *spesso* pode aparecer também entre o sujeito e o verbo (i.c) e antes do sujeito (i.d):

- (i) a. Quel médico resolverà i tuoi problemi spesso
b. Quel médico resolverà spesso i tuoi problemi
c. Quel médico spesso resolverà i tuoi problemi
d. Spesso quel médico resolverà i tuoi problemi

A solução da autora: *spesso*, ao contrário de *completamente*, é topicalizado e, depois, o sujeito é deslocado à esquerda por cima dele.

Belletti deduz que eles podem ser gerados como adjuntos também à direita de VP.

Quando a sentença engloba tempo composto, além de figurar após o particípio, *completamente* (ao contrário de *spesso*) pode se localizar também entre o auxiliar e o particípio:

- (15) (In quelle circostanze) Gianni ha completamente sbagliato

A posição de *completamente* em (15) torna necessário postular uma nova posição para gerá-lo e Belletti admite que se trata de uma adjunção à categoria TP. A subida do auxiliar para (T° e para) Agr° e a do verbo "principal" para Agr° (objeto) — preenchido pelo afixo do particípio *-to* — ambos movimentos obrigatórios, permitem dar conta da ordem aux+adv+part.

A posição α em (12) é própria para gerar os advérbios de sentença como *probabilmente*. Assim, fica explicado diretamente a ordem de (16.a):

- (16) a. Probabilmente Gianni telefonerà alle 5
b. Gianni probabilmente telefonerà alle 5
c. Gianni telefonerà probabilmente alle 5
d. Gianni telefonerà alle 5, probabilmente

O sistema de Belletti dá conta de (16.b) mediante o deslocamento do NP sujeito para esquerda, passando por cima do advérbio (por um processo de topicalização ou de deslocamento à esquerda). O mesmo movi-

mento é responsável pela posição que o advérbio ocupa em (17.b)

- (17) a. Probabilmente Gianni ha sbagliato
b. Gianni probabilmente ha sbagliato⁵
c. Gianni ha probabilmente sbagliato

Como o verbo finito estaciona em Agr^o, abaixo da posição em que *probabilmente* é gerado, seu movimento não contribui para explicar a posição do advérbio em (16.c) e (16.d). Belletti recorre, então, a um processo que permite que *probabilmente* seja gerado como adjunto ao PP *alle 5* (ou a um NP interno a VP), o que dá conta de (16.c); e ao processo que é responsável pelos sintagmas deslocados à direita, o que explica (16.d).

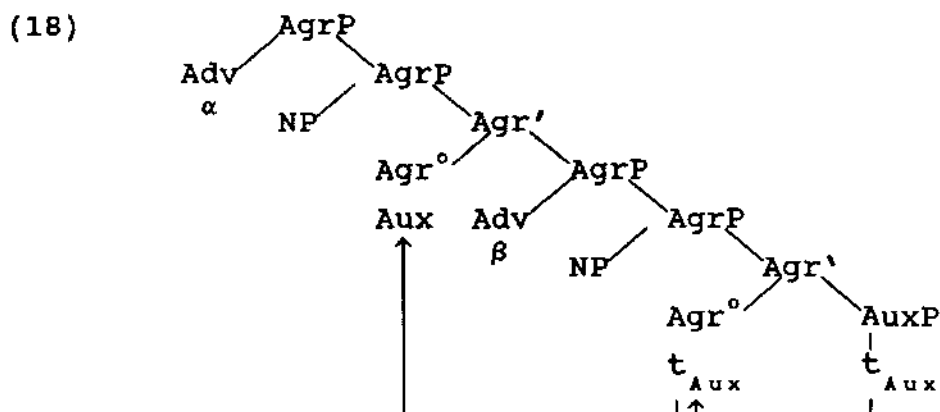
Por fim, para dar conta da posição de *probabilmente* entre o auxiliar e o particípio, Belletti propõe que um AgrP nulo pode recursivamente ser gerado acima do AgrP (sujeito) preenchido pelas especificações de concordância. Esta possibilidade é restrita às sentenças

⁵ Em defesa de sua proposta Belletti tece considerações comparativas envolvendo o italiano, o francês e o inglês:

- (1) a. John probably likes linguistics
b. *Jean probablement aime la linguistique

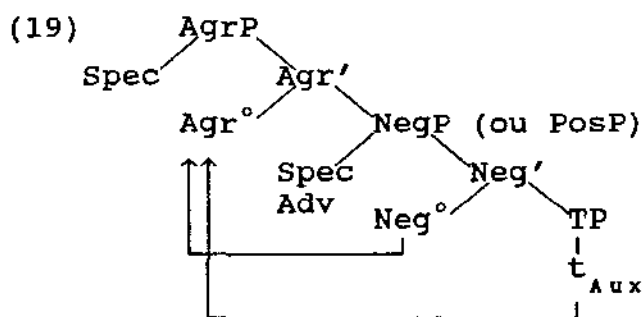
O que faz com que (1.b) seja agramatical, ao contrário de (1.a) do inglês e de (17.b) do italiano, é o fato de o francês não tolerar o deslocamento à esquerda (*left deslocation*) do sujeito.

que contêm um auxiliar. Como *probabilmente* pode ser gerado como adjunto a qualquer AgrP, temos



O auxiliar pode subir para o Agr⁰ mais alto em (18). Se o advérbio é gerado na posição β , então é diretamente explicada a ordem aux+adv+part (ver pág. 59 de Belletti e seguintes para a discussão deste caso).

Além das posições de adjunção apresentadas acima, Belletti considera que certos advérbios podem ser gerados como especificadores. Assim, os advérbios negativos podem ser gerados em Spec de NegP; e os advérbios que "reforçam a asserção" (Lonzi, 1989) são gerados em Spec de PosP. A parte relevante da Estrutura S é



Desta forma, Belletti dá conta da posição do advérbio em questão entre o auxiliar e o particípio⁶:

- (20) a. Gianni avrà ben risposto
b. Gianni non há più risposto

Se, em vez de auxiliar sob TP, temos um verbo que deve subir para Agr^o, estes advérbios devem ocupar a posição após o verbo finito:

- (21) a. Maria parlava pur di lui
b. Maria non parlava più di lui

Por fim, as infinitivas não apresentam problemas adicionais, comportando-se da mesma maneira que as sentenças finitas. O ponto a realçar é que o verbo sobe para a posição nuclear mais alta nas infinitivas, ou seja, Agr^o no italiano (em oposição ao que acontece com

⁶ Enquanto os advérbios negativos podem ser gerados alternativamente como adjunto a VP, os "afirmativos" só podem ser Spec de PosP. Isto dá conta da gramaticalidade de (1.a) e da agramaticalidade de (1.b):

- (1) a. Gianni non ha parlato più
b. *Gianni avrà risposto ben(e)

(deve-se ter em mente que este *ben(e)* corresponde a *já* no PB e não ao que é interpretado como *bem*).

Para uma sentença como

- (11) Gianni avrà parlato ben di lui

a autora assume que se trata de uma adjunção de *ben* ao PP *di lui*.

as infinitivas do francês).

3. Os Advérbios no PB

A breve discussão desta seção deixa de lado os advérbios de "discurso", nos termos de Travis(1988), aqueles licenciados pela especificação [speaker] em C. O enfoque principal incide sobre os advérbios de sentença (IP) e os advérbios de verbo (de VP). Dos outros advérbios de constituinte (ver Ilari et alii(1990) para uma classificação ampla), aborda apenas indiretamente advérbios de adjetivo e de advérbio. Finalmente, faz referência aos advérbios em relação de modificação com um NP ou PP (Belletti,1990)

Pressupondo um conceito amplo de advérbio capaz de englobar todos os tipos abordados nesta seção, o PB permite separar distribucionalmente os advérbios enfocados em classes distintas. A primeira classe contém os advérbios que só podem ocorrer após o verbo (núcleo do VP que o licencia). *Completamente* é o representante típico desta classe de advérbios:

- (22) a. *João completamente leu várias enciclopédias
b. *João tem completamente lido várias enciclopédias
c. *Completamente ler enciclopédias é a diversão de João
d. *João vai completamente ler várias enciclopédias

- e. *Completamente lendo várias enciclopédias,
João se sente realizado
- f. *João está completamente lendo várias en-
ciclopédias

Se *completamente* se posiciona após o verbo *ler* ou após o objeto, sentenças como as de (22) tornam-se gramaticais⁷.

Complementarmente, há um conjunto muito restrito de itens, muitas vezes classificados como advérbios, que são incapazes de aparecer em posição pós-verbal. O representante típico deste conjunto é *mal* em sentenças como (21.a):

- (23) a. O bebê mal fala
- b. *O bebê fala mal (no sentido de (23.a))

⁷ Note-se, entretanto, a distribuição de *completamente* em sentenças passivas como:

- (1) a. Várias enciclopédias têm sido completamen-
te lidas por João
- b. *Várias enciclopédias têm completamente
sido lidas por João

Se consideramos o particípio como forma do verbo principal (o que deve ser feito em (22.b)), temos a questão de explicar por que o advérbio o precede. O modo de evitar esta complicação é conceber que, em sentenças como (1.a), *completamente* é um advérbio de adjetivo e modifica *lidas*, mas não o VP.

Entre os extremos representados por *completamente* e *mal*⁸ estão os outros advérbios. À semelhança de *mal*, há advérbios que aparecem antes do verbo finito; porém, também podem aparecer depois do verbo. Por outro lado, à semelhança de *completamente*, há advérbios que não precedem o verbo finito; entretanto, eles podem ocupar posições que aquele advérbio não pode ocupar. Vamos tratar destes advérbios em seções específicas, tomando por representantes de cada classe os chamados "quase-modais" e o advérbio *mais*, classificado como "aspectual", nos casos em que envolve polaridade negativa.

3.1. Os Advérbios Quase-Modais

Os advérbios *evidentemente*, *provavelmente*, *possivelmente* são classificados como "quase-modais" porque "modalizam a asserção" (Ilari et alii (1990)). Sua distribuição é mostrada pelo seguinte paradigma:

⁸ Irrelevantemente (23.b) é uma sentença perfeita com *mal* funcionando como um advérbio de "modo", caso em que se comporta como *completamente*. Observe-se que o *mal* em questão também não pode ocorrer após o auxiliar:

- (1) a. O bebê mal tem experimentado a comida
- b. *O bebê tem mal experimentado a comida

Isto pode ser tomado como prova que estes itens não ocorrem, na realidade, após I. Por outro lado, não se transportam à esquerda de IP:

- (11) *Mal o bebê fala

Assim, este *mal* pertence a uma classe atípica de advérbios, se pode ser considerado advérbio.

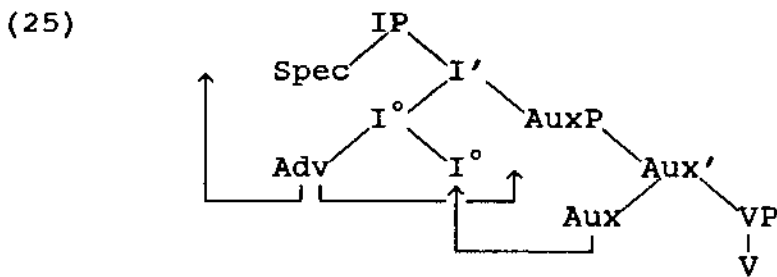
- (24) a. Provavelmente os moradores tinham abandonado a fazenda
b. Os moradores provavelmente tinham abandonado a fazenda
c. Os moradores tinham provavelmente abandonado a fazenda
d. Os moradores tinham abandonado provavelmente a fazenda
e. *Os moradores tinham abandonado a fazenda provavelmente

A agramaticalidade de (24.e) exige qualificações. Esta sentença é gramatical com uma pausa acentuada após o complemento *a fazenda*. Como é apontado desde o trabalho de Jackendoff(1972) (ver também Belletti(1990) para o italiano e Travis(1988) para o inglês), provavelmente deve ocupar uma posição periférica à direita (possivelmente de adjunto a IP). Sem a vírgula (pausa), a sentença é, então, considerada agramatical. Nos termos da Teoria \bar{X} , não é permitido que *provavelmente* seja adjungido à direita de VP.

As outras sentenças de (24) são gramaticais, embora o advérbio ocupe mais posições do que seria de esperar de um elemento que não se move (Belletti,1990) ou que se move de forma muito restrita (Travis,1988). A questão é, então: Como dar conta das posições ocupadas por *provavelmente* nas sentenças gramaticais de (24)?

De acordo com o sistema de Travis, se ele é licenciado por I, fica difícil explicar sua posição após o participio em (24.d). As outras posições podem ser

explicadas a partir da transportabilidade e do movimento dos outros itens. Consideremos (25) em que as setas mostram os lugares para onde o advérbio pode se transportar: se ele permanece onde é gerado, temos (24.b); se ele é transportado para a esquerda de IP, temos (24.a); e se ele se transporta para a direita de I, temos (24.c).



Mas, permanece a impossibilidade de explicar a localização do advérbio entre o verbo e o objeto em (24.d). Isto, mesmo que se concebesse a percolação de traços do núcleo superior para o núcleo inferior: ela não atingiria o VP uma vez que V não se move para I°, mas apenas o Aux.

Observe-se, adicionalmente, que os traços de I não devem poder percolar para V na ausência de Aux ou que Adv não deve poder se adjungir à direita de I°. Ao mesmo tempo em que estes mecanismos permitiriam explicar uma sentença como (26.a), eles fechariam as portas para explicar a agramaticalidade de (26.b). Como evitar que o movimento de *fugir* para I produzisse (26.b)?

- (26) a. Os moradores abandonaram provavelmente a
fazenda

b. *?Os moradores fugiram provavelmente

Em (26.b), o advérbio ocupa a posição final em virtude de *fugiram* não apresentar complemento⁹. Se acrescentamos um complemento ou um adjunto a (26.b), as sentenças resultantes são gramaticais (sem pausa):

- (27) a. Os moradores fugiram provavelmente da
fazenda
b. Os moradores fugiram provavelmente pela
manhã

A comparação das sentenças de (27) com (26.b) favorece a proposta de Belletti(1990) segundo a qual *provavelmente* é adjunto ao complemento NP ou ao PP.

Uma forma de preservar o sistema de Travis é estipular que os advérbios são gerados como núcleos adjun-

⁹Para dar conta da agramaticalidade de sentenças que contêm *provavelmente* no final, como (24.e) e (26.b), existe o recurso de supor um verbo [+θ] não sobe no PB da mesma forma que no inglês. Esta seria a explicação direta para outra sentença como (i.a), já que *ter* não é impedido de subir por ser [-θ]:

- (i) a Os moradores tinham provavelmente fugido
b. *Os moradores tinham fugido provavelmente

Entretanto, as evidências para supor que o verbo sobe no PB são mais fortes. Ademais, sentenças como (i.b), (24.e) e (26.b) são igualmente agramaticais em línguas nas quais a subida do verbo é senso bastante comum.

tos à esquerda do núcleo licenciador (esta estipulação deve ser mudada adiante para adjunção à projeção máxima do núcleo que o licencia). Dali, eles não podem se adjungir à direita do mesmo núcleo: esta é uma adjunção derivada e, ao contrário da adjunção na Estrutura D, pode impedir alguma relação que deve se manter entre o núcleo e seu complemento.

Na esteira de Stowell(1981), ocorre que é a atribuição de caso que fica prejudicada pela interposição do advérbio. Porém, como atestam Tarallo - Kato et alii(1990), a ruptura da adjacência entre o atribuidor e o receptor do caso é muito freqüente no PB. Então, no caso de I e de V, podemos dizer que a relação é a de subcategorização.

Vamos buscar sustentação para a hipótese de que os advérbios são gerados como núcleo à esquerda do núcleo que os licencia. Observando, inicialmente, que os advérbios precedem os adjetivos e os advérbios que os licenciam, é possível retirar uma generalização quanto à posição em que são gerados: são adjuntos à esquerda do núcleo. Assim se explica por que eles não podem aparecer (como adjuntos) à direita do adjetivo:

- (28) a. Ele é um homem bem apessoado
b. *Ele é um homem apessoado bem
c. Ele fala muito mal
d. *Ele fala mal muito

Por que o mesmo não acontece com os advérbios de verbo? A resposta: como o verbo se move obrigatoriamente

te no PB, eles nunca podem precedê-lo. Mesmo concebendo que os advérbios são transportáveis dentro da projeção máxima do núcleo que os licencia, o movimento do verbo prediz que ele vai resultar sempre em posição pós-verbal. Isto apesar de ser gerado à esquerda do verbo ou de poder adjungir-se à esquerda de VP. A partir destas considerações, fazer o verbo subir resulta numa explicação imediata para este fenômeno no PB. Se o adjetivo não sobe temos explicação também para o fato de o advérbio precedê-lo sistematicamente¹⁰.

Resta, ainda, outra pergunta por responder se são aceitas estas ponderações: por que as relações que o núcleo mantém com seu complemento não são bloqueadas em uma sentença como

(29) João leu completamente várias enciclopédias

¹⁰ Note-se que em casos de adjetivos que encabeçam um AP, os chamados predicativos, o advérbio pode aparecer à direita. Neste caso, resta o recurso de pensar em uma posição à direita do VP ou ao AP (como numa construção *after thought*):

- (i) a. A população está completamente revoltada
- b. A população está revoltada, completamente

Note-se, ainda, o comportamento dos advérbios de adjetivos nas *small clauses*:

- (ii) a. Ele encontrou [a gaveta completamente revirada]
- b. Ele encontrou a gaveta revirada, completamente

dada a interposição de *completamente* entre *leu* e *várias enciclopédias*?

A resposta passa pela observação de que não houve uma interposição entre o verbo e o objeto e que não é quebrada a adjacência entre o núcleo e o complemento. A parte relevante da Estrutura S de (29) seria:

(30) [_{IP} João [_I, leu [_{VP} completamente t_{1er} várias enciclopédias]]]

A adjacência entre *leu* e *várias enciclopédias* é recuperada mediante a cadeia [*leu*, t_{1er}]. Com efeito, apesar de o verbo, atribuidor de caso e papel temático, ser movido para Agr^o, não se pode negar que a atribuição se efetiva. Caso contrário, a sentença não se submeteria ao Princípio de Projeção (Chomsky, 1981).

Das sentenças de (24) resta explicar a posição de *provavelmente* entre o verbo e particípio em (24.c):

(24) c. Os moradores tinham provavelmente abandonado a fazenda

Lembre-mo-nos de que a adjunção do Adv à direita de I e a percolação dos traços de I para Aux (ou, na ausência deste, para V) foram descartadas. Uma saída que lança mão de uma adjunção a VP (da mesma forma que se adjunge a NP ou PP) seria igualmente problemática: um verbo intransitivo movendo-se por cima de *provavelmente*, este fatalmente resultaria na posição final da sentença que

enfrentaria os mesmos problemas de (26.b).

O modo que ocorre de compatibilizar (24.c) com a análise de Travis é levar a sério a idéia, veiculada por vários autores, de que o participio tem propriedades flexionais (Belletti(1990) o chama de Agr). Se esses núcleos são substantivamente flexionais e a questão não se reduz a um truque de designação, então podemos conceber o participio como um núcleo que tolera a adjunção à esquerda de um advérbio como *provavelmente*. Como o verbo inferior se move para o participio sem nunca ir além dele, a ordem Aux+Adv+part é explicada.

Esta abertura torna obrigatório que qualquer elemento com propriedades flexionais, chamemo-los *elementos [+I]*, tolere a adjunção à esquerda de um advérbio quase-modal. Na medida em que temos sentença como as de

- (31) a. A fazenda tinha provavelmente sido abandonada
b. A fazenda tinha sido provavelmente abandonada

a adjunção dos quase-modais a qualquer núcleo [+I] fornece uma explicação direta para tais sentenças.

O sistema de Belletti(1990) dá conta da distribuição de *provavelmente* na medida em que *probabilmente* desfruta da mesma distribuição. Em particular, o PB, como o italiano e diferentemente do francês, permite o deslocamento à esquerda (topicalização) do sujeito.

Porém, a extensão direta da análise ao PB encontra uma séria objeção. Retomemos (24.b), aqui repetido:

- (24) b. Os moradores provavelmente tinham abandonado a fazenda

Segundo Belletti, esta sentença resulta do deslocamento à esquerda de *os moradores*, que passa por cima de *provavelmente*. Assim, a sentença deve ostentar a interpretação semântica ou fonológica (pausa) associada a estas construções. Não parece haver indícios de que alguma das duas coisas ocorra no PB.

Além do mais, se os efeitos semânticos e fonológicos não são necessários, outra objeção, esta de caráter distribucional, tende a criar problemas para a análise de Belletti. Isto pode ser observado em

- (32) Os moradores, eles provavelmente tinham abandonado a fazenda

A partir de (32), não parece haver mais como argumentar em favor do deslocamento à esquerda (topicalização)¹¹ para dar conta da posição de *provavelmente* entre o sujeito e o verbo. De fato, é difícil sustentar que os

¹¹ Mas o mecanismo da recursão de AgrP(s) pode dar conta de (32), desde que *ele* se localize no Spec do AgrP(s) mais alto. Aliás, este mecanismo permite que, no deslocamento do sujeito para a esquerda, não esteja envolvida nenhuma posição \bar{A} .

dois itens co-referenciais ocupam conjuntamente posições deslocadas à esquerda.

Em suma, nesta seção procuramos resolver o problema da distribuição dos advérbios quase-modais misturando a análise de Travis(1988) e a de Belletti(1990). A síntese desta mistura proporciona uma análise adequada que pode ser resumida nos seguintes pontos:

- os advérbios quase-modais são licenciados por núcleos [+I] (ver logo adiante a pequena discussão sobre seu estatuto de núcleo);
- embora transportáveis dentro da projeção do núcleo que os licencia, eles são impedidos de adjungir-se à direita deste núcleo; além disso, a subida dos núcleos inferiores não acarreta a percolação dos traços de I para as categorias inferiores;
- é permitido aos quase-modais adjungir-se a complementos NP ou PP, e a adjuntos pós-verbais, dos quais vão ser modificadores.

Além disso, adiantamos um outro ajuste necessário para que o sistema aqui elaborado funcione adequadamente. Ele tem a ver com a propriedade de o advérbio ser um núcleo gerado adjunto a um outro núcleo. Esta concepção é problemática na medida em que se choca com as restrições que operam sobre os movimentos dos núcleos, tanto do próprio núcleo adverbial, quanto do núcleo licenciador.

Observe-se que cada um deles tem um percurso diferente e independente. Além disso, parece claro que a transportabilidade, que regula o movimento dos advérbios, não deve ser confundida com a regra geral Mova α , que se pressupõe atuar no movimento dos núcleos usuais.

Quanto às posições que os advérbios podem ocupar após serem transportados, elas não são típicas de núcleos. Crucialmente, um advérbio pode estar adjungido a categorias XP, como VP e IP, capacidade que não é própria de um núcleo usual.

Embora possam ser concebidos como núcleos¹², os advérbios devem compor sua própria projeção. Isto é, o advérbio é ao mesmo tempo Adv^o(, Adv') e Adv'', no sentido de que não há especificador fechando sua projeção máxima. Porém, dentro deste constituinte, é permitida a formação de complexos advérbiais tipo *nunca mais* (ver a próxima seção).

¹² Rochette (1990) postula que os advérbios desfrutam de uma estrutura argumental. Um advérbio como *reluctantly*, por exemplo, subcategoriza dois argumentos: um é o sujeito (Spec de IP) e o outro é a sentença na qual ele ocorre. Num sentido, o Spec de IP poderia funcionar também como especificador deste advérbio.

A questão envolve mesmo estruturas mais sutis que envolvem a decomposição de eventos de modo a permitir que o advérbio "modifique" apenas parte deles (ver Pustejovsky (1988) a respeito da ambigüidade de uma sentença como *Lisa rudely departed*).

O que se pretende com estas ponderações é abrir possibilidades para que os advérbios possam ser gerados como adjunto a projeções máximas ou especificador de projeções como NegP. Se dentro do constituinte lhe está reservada apenas uma posição de base, então a transportabilidade é necessária para que ele ocupe outras posições dentro deste constituinte. Se não, então ele pode ser gerado em várias posições dentro do constituinte, o que torna desnecessária a transportabilidade.

Aqui, adotamos a concepção de que o advérbio é gerado como adjunto a projeções máximas (ou como especificador) e que pode se transportar para outras posições dentro de tais projeções, a transportabilidade sendo impedida por fatores como o bloqueio de certas relações como atribuição de papel temático e escopo.

3.2. Advérbio mais como Item de Polaridade Negativa

A discussão desta seção envolve o advérbio *mais* que se encaixa na classe dos "aspectuais", de acordo com Ilari(1990). Ela trata diretamente dos casos em que este advérbio manifesta polaridade negativa (33.b)¹³, abordando apenas indiretamente outros usos como (33.a):

¹³ Esta sentença é ambígua. Além da interpretação com polaridade negativa, há uma outra em que *mais* continua com o mesmo sentido que tem em (33.a). Neste caso a sentença continua verdadeira se o número de encontros entre ele e a Maria é o mesmo do mês passado.

- (33) a. Neste mês ele encontrou mais a Maria
b. Neste mês ele não encontrou mais a Maria

A particularidade mais notável deste advérbio é que como IPN, ele foge à distribuição normal dos advérbios de V, podendo preceder o verbo principal:

- (34) a. Ele não tem mais encontrado a Maria
b. Ninguém tem mais encontrado a Maria
c. Ele nunca tinha mais encontrado a Maria

Como revela (34), *mais* pode preceder o participio.

Porém, esta posição não está disponível se não se trata de um IPN:

- (35) a. Neste mês ele tem encontrado mais a Maria
b. *Neste mês ele tem mais encontrado a Maria¹⁴

É o que revela (35.b), onde *mais* impropriamente precede o participio.

Na realidade, sob o domínio de uma negação (como IPN), este advérbio pode ocupar outras posições que ultrapassam o próprio verbo finito:

¹⁴ Note-se que a negativa de (35.b) continua agramatical:

(1) *Neste mês ele não tem mais encontrado a Maria

Isto é, esta sentença é incompatível com o *mais* que não manifesta polaridade negativa (ver a nota anterior).

- (36) a. Ele nunca mais encontrou a Maria
 b. Nunca mais ele encontrou a Maria

Neste caso, seu comportamento permite concebê-lo como formando um complexo com o advérbio *nunca*.

De fato, *mais* não pode ocorrer sozinho entre o verbo e o sujeito¹⁵:

- (37) *Nunca ele mais encontrou Maria

Note-se, porém, que *mais* pode ocorrer sozinho em posição pós-verbal, o que é revelado por (34) e (38.a):

- (38) a. Ele não encontrou a Maria mais

¹⁵ Este fato traz à discussão o paradigma

- (1) a. Ele não mais encontrou a Maria
 b. Não mais ele encontrou a Maria
 c. Ele não encontrou não mais a Maria

A questão diz respeito, de novo, às propriedades do *não* que ocorre em (1): trata-se do núcleo de NegP? Se respondemos afirmativamente a esta pergunta, temos o problema de lidar com a interferência de *mais* entre o *não* e o verbo. Esta interferência põe por terra a hipótese da incorporação do verbo ao clítico negativo. Uma forma de contornar o problema é conceber o *não* adjunto a *mais*, ambos formando um complexo [_{Adv}[*não*]*mais*] em que o primeiro tem escopo sobre o segundo. Este termo compartilha o mesmo padrão distribucional de *NUNCA* e *NUNCA mais*.

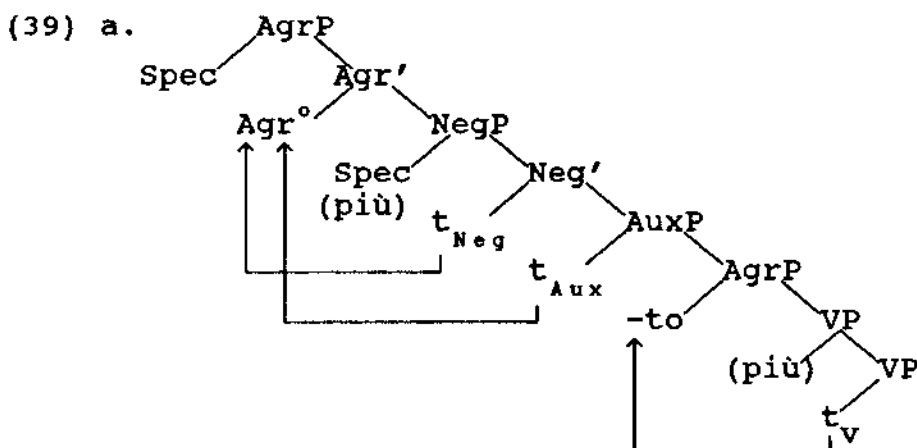
- b. Ele não encontrou nunca mais a Maria
- c. Ele não encontrou a Maria nunca mais

Ou, ainda, pode formar um complexo com *nunca*, o que é observado em (38.b) e (38.c).

Ao complexo formado com o advérbio *mais* será aplicada uma análise semelhante a que desenvolveremos para *nunca*¹⁶. O problema importante da seção é, então, o fato de *mais* preceder o verbo, como em (34). Esta posição não está disponível para os advérbios de V; por outro lado, *mais* não se comporta como um advérbio de I: ele não é capaz de ocorrer (sozinho) antes do verbo finito.

Belletti(1990) resolve esta questão no italiano postulando que *più*, *mai*, são gerados em Spec de NegP ou são adjungidos a VP, como mostra (39.a). Para dar conta da posição de *più* em (39.b), ele é gerado em Spec de NegP; já a posição pós-particípio resulta de *più* ser gerado como adjunto de VP.

¹⁶ Se fosse possível aplicar Mova α a advérbios, uma análise para o complexo *NUNCA MAIS* poderia ser construída em termos paralelos à que Sportiche(1988) elabora para os quantificadores flutuantes: o *NUNCA* pode ser movido independente de *mais* desde que este último venha depois do verbo finito. Apesar de atraente, esta idéia não será seguida neste trabalho.



b. Gianni non ha più parlato

c. Gianni non há parlato più

Esta solução não resolve inteiramente o problema no PB. Ela dá conta dos posicionamentos de *mais* entre o auxiliar e o particípio em (34) e após o particípio em

(40) Ele não tem encontrado *mais* a Maria

Porém, ela é incapaz de explicar a posição de *mais* em

(41) Ele não tem sido *mais* procurado pelos amigos

Claramente, esta posição não deriva do fato de *mais* ser gerado como adjunto à esquerda de VP ou como Spec de NegP. Estas duas posições de base são responsáveis, respectivamente, por:

(42) a. Ele não tem sido procurado *mais* pelos amigos

b. Ele não tem *mais* sido procurado pelos amigos

A se manter a análise de Belletti para o PB, seria necessária outra posição de base para este advérbio de modo que ele resultasse entre *sido* e *procurado*.

No sistema que vem sendo desenvolvido neste trabalho, a posição Spec de NegP não está disponível para o advérbio *mais*. Primeiro porque este advérbio não é inerentemente negativo e presumimos que o Spec de NegP é uma posição \bar{A} que se destina apenas a palavras (ou expressões) negativas. Depois porque NegP é gerado como a categoria funcional mais alta; se *mais* preenchesse o Spec de NegP, ele deveria aparecer antes do verbo finito, que estaciona em Neg⁰, o que não condiz com o PB:

(43) *Ele mais (não) tem encontrado os amigos

A solução adotada aqui implica que o *mais* IPN seja considerado ambigualmente como advérbio de V e como advérbio de I. Esta ambigüidade classificatória explica sua distribuição. Em particular, sendo advérbio de I, permite explicar porque este advérbio, apesar de não preceder o verbo finito, é capaz de preceder o participio. O mesmo para um infinitivo ou um gerúndio:

- (44) a. Ele não tem mais estudado piano
b. Ele não vai mais estudar piano
c. Ele não está mais estudando piano

Se a sentença envolve *mais* de um auxiliar, a posição entre eles deriva da capacidade de um advérbio de I ser gerado como adjunto a qualquer categoria [+I], como o afixo participial. Assim, se explica a posição de

mais entre *sido* e *procurado* em (41)¹⁷.

Ao mesmo tempo, sendo advérbio de V, é permitido explicar por que *mais* se posiciona após o verbo principal, como em (40): sendo adjunto à esquerda de VP, o verbo o ultrapassa em seu movimento para afixar-se ao participio.

Quando o verbo principal é finito, é indiferente

¹⁷ Há contextos em que um mesmo advérbio é considerado de I e de V. Esta classificação dupla dá conta das leituras semânticas distintas em decorrência da posição dos advérbios na sentença (Jackendoff, 1972; Travis, 1988).

Tal ocorre, por exemplo, como *hesitantemente* em

- (1) a. Maria *hesitantemente* foi treinada por João
b. Maria foi treinada *hesitantemente* por João

Estudado por Mc Connell-Ginet (1982), este tipo de advérbio, na passiva, ora pode ser atribuído ao sujeito que é o paciente em (1.a)), ora ao agente. No primeiro caso é um advérbio de I (licenciado pela especificação Agr de I, conforme Travis (1988)); no segundo, é um advérbio de V. Em ambos os casos, os advérbios não podem extrapolar a projeção máxima do núcleo que o licencia. O fato de ser gerado contíguo a um ou a outro núcleo explica a ambigüidade, um problema de escopo, segundo Rochette (1990).

Aqui, lançamos mão desta possibilidade para dar conta também da "ambigüidade distribucional" sem que esteja necessariamente implicada a ambigüidade semântica, como o faz Jackendoff (1972).

que o advérbio seja adjunto a VP ou a IP, pois, em seu movimento para Neg°, o verbo vai fatalmente ultrapassar o advérbio , como está refletido em (33).

Outro fator que mostra que *mais* deve ser gerado como adjunto a VP (ou gerado como adjunto à direita de VP ou, ainda, ser transportável para esta posição) é o fato de ele poder aparecer em posição final da sentença, sem pausa. Esta possibilidade não está disponível para os advérbios de I, como *provavelmente*:

- (45) a. Ela não dança mais
b. *Ela dança provavelmente
c. Ela não dança esta música mais
d. *Ela não dança esta música provavelmente

Enfim, por ser um IPN que é licenciado apenas sob c-comando de uma negação, *mais* não é capaz de preceder Neg nem o verbo finito.

3.3. Os Advérbios Negativos *Nunca* e *Jamais*

Retomemos as sentenças gramaticais dos paradigmas (1) e (2), aqui repetidas como (46):

- (46) a. Nunca o João visitou a Bahia
b. O João nunca visitou a Bahia
c. O João não visitou nunca a Bahia
d. O João não visitou a Bahia nunca

O problema de interesse na distribuição de *nunca* é que ele assimila ao mesmo tempo os comportamentos antagôni-

cos do advérbio correspondente no inglês e no francês.

No francês, a ocorrência obrigatória de *jamaís* após o verbo finito é associada com a subida obrigatória do verbo para a categoria flexional mais alta:

- (47) a. Jean ne rencontrera *jamaís* Marie
b. *Jean *jamaís* (ne) rencontrera Marie

Supondo que a posição mais alta em que *jamaís* pode ser gerado é o Spec de NegP (ensanduichado entre AgrP e TP), o movimento do verbo, que deve atingir a categoria flexional mais alta, explica os fatos de (47).

No inglês, o fato de *never* preceder o verbo

- (48) a. John never met Mary
b. *John met never Mary

é associado à incapacidade de um verbo [+θ] se mover. Supondo que o advérbio é gerado como Spec de NegP (se for adjunto a VP, teremos o mesmo resultado), os fatos de (48) também são diretamente explicados.

Agora, retomando o paradigma (46), como se explicam os fatos do PB? Certamente, recorrer à opcionalidade do movimento do verbo resolve a questão. Mas esta solução implicaria, de acordo com a análise aqui desenvolvida, que um advérbio de V deve poder preceder o verbo. Isto é, uma sentença como (22.a), aqui repetida,

(22) a. *João completamente leu várias enciclopédias

deveria ser gramatical. Por isso não seguimos este caminho.

Outra solução disponível implica lançar mão do movimento de *nunca* desde a posição em que é gerado (adjunto a VP), assumindo ser este movimento opcional. Da interação deste com o movimento obrigatório do verbo deveriam resultar as várias posições de *nunca* em (46).

O inconveniente desta proposta é que movimentar o advérbio pode acabar por alterar as relações de escopo na sentença. Além disso, o sentido da sentença pode estar na dependência da posição que o advérbio ocupa, como é o caso dos advérbios "sensíveis à passiva" exemplificados por *hesitantemente* (ver nota 17 e páginas 174 e 175, deste capítulo).

Talvez isto explique que eu não tenha encontrado na bibliografia consultada nenhum autor que derivasse as várias posições do advérbio por Mova α : o advérbio não faz entrar em jogo o Princípio de Projeção que torna necessária a presença de um vestígio. Quando se admite o movimento do advérbio, o que o regula é a transportabilidade (Keyser, 1968), que nos termos atuais da Teoria Gerativa não deve ser confundida com Mova α . Travis (1988) é a autora que permite maior alcance da transportabilidade, o advérbio podendo extrapolar, por meio do mecanismo da percolação, a categoria em que é gerado.

Descartados estas vias de pesquisa, vamos ver como a análise de Belletti(1990) interage com a distribuição de *nunca*. Certamente, a análise aplicada aos advérbios italianos que a autora chama de negativos — *più*, *mai* e outros; no PB *mais* — não funciona adequadamente. Como a posição de Spec de NegP é a mais alta em que podem ser gerados, eles não podem preceder o verbo finito que ultrapassa esta posição em seu movimento. Assim, (46.a) e (46.b) não seriam diretamente explicadas.

Entretanto, outra saída pode ser buscada dentro do próprio sistema de Belletti. Para tanto, basta considerar *nunca* um advérbio, como os quase-modais, que é gerado como adjunto à esquerda de IP. Se o sujeito é deslocado à esquerda, temos (46.b); caso contrário, temos (46.a).

Esta forma de tratar *nunca*, além de incorrer nos problemas já apontados — 1. a sentença (46.b) não acusa nenhum dos efeitos normalmente associados aos constituintes deslocados (topicalizados); 2. a dificuldade de conceber que numa sentença como

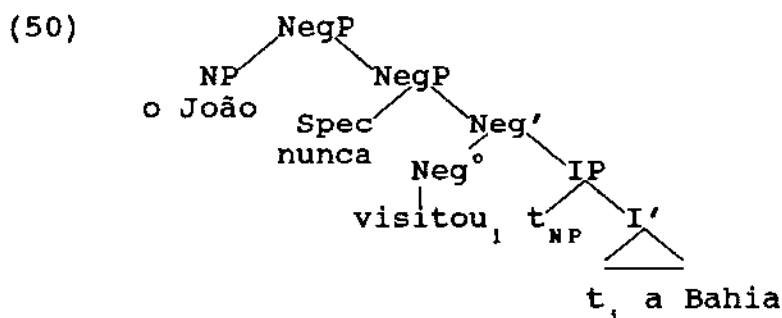
(49) O João, ele nunca visitou a Bahia

João e ele devem ambos ser deslocados à esquerda — enfrenta um problema adicional. Em (46), se há alguma leitura de elemento deslocado à esquerda, ele está presente em (46.a) e é decorrente da posição de *nunca*. Isto é, enquanto (46.a) manifesta os efeitos de um possível deslocamento de *nunca*, (24.a), aqui repetida,

(24) a. Provavelmente os moradores tinham abandonado a fazenda

é uma sentença totalmente neutra neste particular, refletindo o fato de *provavelmente* ocupar, na Estrutura S, a mesma posição em que é gerado.

A solução oferecida por este trabalho mantém a idéia de Belletti de que o Spec de NegP está disponível para gerar os advérbios negativos. Porém, dos advérbios só os inerentemente negativos como *nunca*, *jamais* (*nunca mais*) podem ser gerados nesta posição, mas não os que manifestam polaridade negativa como *mais*. Assim, teríamos a seguinte Estrutura S para (46.b):



Recapitulando, a derivação de (48) envolveria os seguintes passos:

- o complexo verbal é movido para Neg°;
- o NP é movido para uma posição A, criada acima de NegP, onde vai receber o caso.

Para derivar (46.a), lançamos mão do fato de que o advérbio pode se transportar adjungindo-se à esquerda

de NegP. Disto resulta a leitura enfática que o *nunca* ganha ocupando esta posição (ao contrário do que ocorreria com *provavelmente* em posição semelhante)¹⁸.

Assim, gerando o advérbio no Spec de NegP, com a opção de transportá-lo por cima do sujeito para a posição de adjunção a NegP, o sistema aqui desenvolvido dá conta da distribuição de *nunca* quando ele antecede o verbo finito (e da impossibilidade de *mais* preceder o verbo finito). A questão se volta, agora, para explicar as posições que *nunca* pode ocupar após o verbo.

Começemos reconsiderando (46.c) e (46.d):

(46) c. João não visitou nunca a Bahia

d. João não visitou a Bahia nunca

Ampliando o quadro com a distribuição de *nunca* em sen-

¹⁸ Para os falantes que não vêem ênfase em (46.a), há ainda o recurso de conceber que as duas posições Spec de NegP e Spec de IP são intercambiáveis acima de Neg^o. Isto é, o NP movido por cima de Neg^o pode tanto alojar-se entre Spec de NegP e Neg^o como acima do Spec de NegP. É o que sugerem Rizzi & Roberts (1989) para criar adjacência entre o NP que recebe o nominativo e o I que o atribui, adjacência que não pode ser quebrada por um elemento [+WH]:

(1) a. *Jean où va-t-il?

b. [_{CP} NP_i WH [_C^o va-t-il] [_{IP} t_{NP} ...]]

tenças com auxiliares, temos:

- (51) a. Esta empresa não tinha nunca sido contratada pelo governo
b. Esta empresa não tinha sido nunca contratada pelo governo
c. Esta empresa não tinha sido contratada nunca pelo governo
d. Esta empresa não tinha sido contratada pelo governo nunca

Os paradigmas (51) e (46.c) e (46.d) mostram que o *nunca* pós-verbal se distribui da mesma forma que *mais*. Isto nos permite aplicar a ele a mesma análise desenvolvida para *mais* na seção anterior, que resumimos nos seguintes passos:

- o fato de ser advérbio de I explica as posições entre os auxiliares e antes do verbo principal, já que pode ser gerado como adjunto a qualquer categoria [+I] ;
- o fato de ser também advérbio de V explica as posições que ocupa após o verbo principal: entre o verbo e o objeto após o movimento do verbo; após o objeto, como adjunto à direita de VP, por ser uma posição para onde pode ser transportado.

Retomemos comparativamente o francês, o inglês e o PB no que diz respeito à distribuição do advérbio negativo: no inglês, ele deve preceder o verbo [+θ] finito, o que é associado à incapacidade de tal verbo se mover;

no francês, ele deve vir após o verbo [+θ] finito, o que decorre do movimento necessário de tal verbo para a posição do núcleo funcional mais alto; no PB, ele ocorre antes ou depois do verbo finito e, agora, o movimento do verbo não funciona como um recurso explicativo (a não ser que se conceba que tanto a subida do verbo como a descida dos afixos estão à disposição).

Nosso sistema lida com a possibilidade única da subida do verbo. Isto resolve o problema de *nunca* poder ocorrer após o verbo [+θ] e distingue o PB e o francês do inglês:

- (52) a. *John meets never Mary
b. João não encontra nunca Maria
c. Jean ne rencontre jamais Marie

O restante do problema é explicar por que, apesar de o verbo se mover no PB e no francês, *nunca*, mas não *jamaís*, é capaz de preceder o verbo:

- (53) a. *Jean jamais (ne) recontre Marie
b. João nunca encontra Maria

A solução fornecida por este estudo depende da ordenação estrutural envolvendo NegP e TP, isto é, da variação paramétrica associada às propriedades de subcategorização de núcleos funcionais. Assim, a posição de *jamaís* depois do verbo em (52.c) decorre do fato de NegP ser gerado abaixo de IP (ou entre AgrP e TP) no francês.

Se este advérbio preenche o Spec de NegP e se esta posição é a mais alta em que ele pode ser gerado, *ja-mais* fatalmente resultará após o verbo finito. É que o verbo, movendo-se para o núcleo flexional mais alto, deverá ultrapassar NegP. Daí a impossibilidade de o advérbio figurar entre o sujeito e o verbo finito.

Por outro lado, se NegP é gerado acima de IP, a última posição flexional que o verbo atinge em seu movimento é Neg^o. Em Spec de NegP, o advérbio negativo deverá preceder o verbo finito. Este é um dos motivos que nos conduziu a postular que NegP é gerado acima de IP no PB. Assim, é possível trabalhar com o movimento do verbo para a categoria funcional mais alta sem que a posição pré-verbal de *nunca* constitua um problema.

4. Resumo do Capítulo

Este capítulo estudou a distribuição dos advérbios negativos. A questão principal que esteve em foco é o fato de os advérbios negativos *nunca*, *jamaís* (*nunca mais*, *não mais*) poderem aparecer em várias posições na sentença. Por outro lado, o advérbio *mais*, que manifesta polaridade negativa deve estar sempre após o verbo finito.

A discussão foi montada a partir da observação de duas classes de advérbios que se distribuem complementarmente: os que sempre antecedem I (como *mal*) e os que vêm sempre após o verbo temático (como *completamente*). Entre estes extremos, há os advérbios que *nunca* aparecem em final de sentença (como os quase-modais),

os que nunca antecedem o verbo finito (*mais*, que manifesta polaridade negativa) e os que podem aparecer antes ou depois do verbo finito (como *nunca*).

A posição do advérbio *mais* após o verbo finito foi explicada tendo por base que ele não ocupa a posição Spec de NegP (a não ser que forme um complexo com uma palavra negativa), por não ser inerentemente negativo. Sendo um IPN, depende de NegP para ocorrer, mas a posição *mais* alta em que é gerado é a de adjunto a IP. Como o verbo finito vai para Neg^o, *mais* deve vir após ele.

Por sua vez, os advérbios negativos *nunca*, *jamaís* (*nunca mais*, *não mais*) podem ocupar a posição Spec de NegP. Desta posição, eles podem ser transportados para cima do sujeito. Assim se explicam as posições que estes advérbios podem ocupar antecedendo o verbo finito, o que não é permitido ao advérbio *mais*.

APÊNDICE

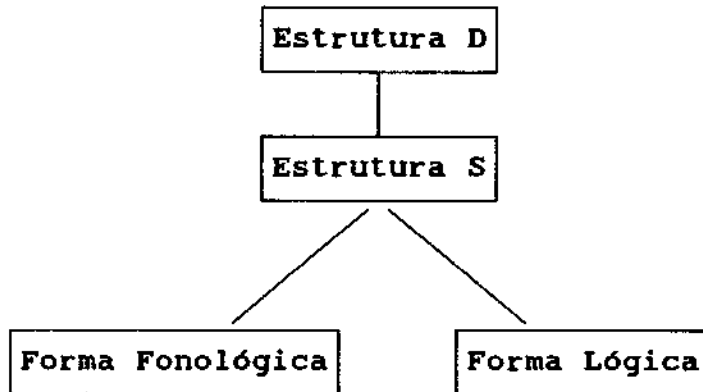
A TEORIA GERATIVA: CONCEITOS

O objetivo desta seção é montar um conjunto de referências com as definições usadas mais freqüentemente na dissertação. A exposição procurará ser didática sem se voltar para polêmicas e os constantes refinamentos envolvidos nas várias formulações das definições. O que motivou a concentração destas informações em uma única seção foi a tentativa tornar mais fácil uma eventual consulta.

1. O Modelo Modular da Gramática

O modelo da gramática pode ser representado através do quadro (1):

(1)



Nesta representação, cada retângulo deve ser concebido como um módulo completo e autônomo. As linhas que ligam um retângulo a outro evidenciam as relações estabelecidas.

das entre eles.

A Estrutura D se relaciona com a Estrutura S por meio de transformações que se reduzem a Mova α . A Estrutura S se relaciona com dois componentes de caráter interpretativo: a Forma Fonológica e a Forma Lógica.

A Estrutura D é o nível de representação que determina as relações gramaticais e reflete as propriedades do Léxico. É neste nível que são satisfeitos os requisitos da Teoria \bar{X} e a Teoria θ , os desta última devendo se manter nos outros níveis da gramática.

A Estrutura S corresponde à Sintaxe propriamente dita. Neste nível, são relevantes a Teoria θ , Teoria do Movimento, Teoria do Caso, Teoria da Regência, Teoria da Vinculação, Teoria das Fronteiras e outras que não são relevantes para o presente trabalho.

A Forma Lógica atribui à Estrutura S uma interpretação semântica, a contribuição da sintaxe para o significado da sentença. Este módulo desenvolve uma "sintaxe" particular com movimentos abstratos, como os que determinam o escopo dos quantificadores e da negação. Há autores (Lasnik & Saito(1984), Chomsky(1986 e 1989), e outros) que afirmam que, em última instância, é na Forma Lógica que deve ser satisfeito o ECP. Em particular, há vestígios que, sendo criados por movimentos na Forma Lógica, devem satisfazer o ECP neste nível.

A Forma Fonológica atribui a Estrutura S uma interpretação fonológica e instancia, pelo menos, fenôme-

nos fonéticos tais como *contrações*, *apagamentos*.

2. As Subteorias da Gramática

As subteorias da gramática são marcadas por princípios extremamente gerais, válidos para qualquer língua. Da interação dos princípios com os parâmetros, (conjuntos de) propriedades que variam de acordo com as línguas, resultam: os julgamentos a respeito das sentenças que pertencem ou não a determinada língua; a descrição estrutural que se associa a tais sentenças; e a explicação delas tendo em vista o modo como as crianças adquirem uma língua.

Da perspectiva da aquisição da língua pela criança, os princípios são tidos como inatos, fazendo parte da bagagem biológica do ser humano. Por sua vez, os parâmetros, responsáveis pelas diferenças entre as línguas são formulados binariamente: ou uma língua apresenta determinado valor do parâmetro ou não. Para que a criança fixe um dos dois valores, é necessária a ação de fatores externos, as evidências empíricas que sinalizam esta fixação.

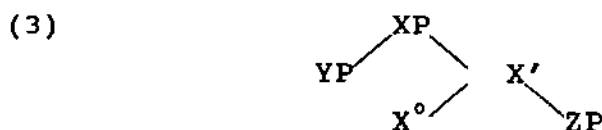
2.1. A Teoria \bar{X}

A Teoria \bar{X} distingue entre dois tipos de núcleos: os núcleos funcionais e os lexicais. Estes últimos são definidos em termos dos traços [\bar{N} , \bar{V}] da seguinte maneira:

- (2) $[+N, -V]$ = nome
 $[-N, +V]$ = verbo
 $[+N, +V]$ = adjetivo
 $[-N, -V]$ = preposição (posposição)

Os núcleos funcionais admitidos, sem grandes controvérsias, são I (=inflexion) e C (=complementizador). Há autores, porém, que propõem alargar o conjunto dos núcleos funcionais bifurcando I em Agr (=Agreement) e T (=tense) e adicionando outros como Asp (=aspecto), Neg (=negação) (Belletti(1990), dentre vários outros).

Em torno dos núcleos são constituídas as categorias plenas (as projeções máximas) com especificador e complemento. Assim, uma categoria plena XP é representada como a projeção máxima de X^0 em



Ignorando as questões de ordem, as noções relacionais (ou funcionais) de especificador e complemento são representadas respectivamente pelas categorias YP e ZP.

2.2. A Teoria dos Papéis Temáticos (θ)

As propriedades de seleção de um núcleo abarcam informações que se referem ao estatuto argumental (A) das posições, ao papéis θ atribuídos a elas e a seu preenchimento, ao tipo de categoria que ocupam tais posições, como é exemplificado em (4) (semelhante a

Rouveret, 1987):

(4) a. verbo pôr

seleção argumental: interno e externo

seleção categorial: [— NP PP]

seleção θ : agente, tema, localização

Os papéis θ são função de propriedades exclusivas de elementos lexicais. Eles são atribuídos a uma posição θ diretamente, por um núcleo lexical, ou indiretamente, por VP. A Teoria dos Papéis θ articula a atribuição e a recepção dos papéis θ .

O princípio que regula a atribuição de papel θ é estabelecido em (Lobato, 1986:445):

(5) Critério θ

"Todo argumento tem que ser membro de uma cadeia θ e cada cadeia não pode ter mais de um argumento."

Cadeia, como veremos, deve ser entendido como o conjunto formado por um elemento deslocado e seu(s) vestígio(s). O efeito deste princípio é que não pode sobrar NP sem papel θ e nem papel θ sem ser atribuído. Assim, devem ser excluídas sentenças como

(6) a. *Quem Maria agrediu João?

b. *Joana agrediu.

Em (6.a), temos três NP, *Quem*, *Maria* e *João*, candidatos a dois papéis θ do verbo *agredir*: agente e paciente; em

(6.b), temos apenas um NP, *Joana*, para os dois papéis θ (se associamos a (6.b) uma categoria vazia capaz de receber o papel θ paciente que está sobrando, a sentença torna-se gramatical).

2.3. A Teoria do Caso

A Teoria do Caso está voltada para os elementos que atribuem e para os que recebem caso abstrato, como o nominativo, acusativo, dativo, oblíquo. Ela é relevante tanto para línguas que têm marcas morfológicas de caso como para as línguas que, como o PB, não as apresenta ou as apresenta de forma muito restrita.

O caso só pode ser atribuído por núcleos. Dentre os núcleos lexicais, os atribuidores de caso são o verbo, que atribui acusativo e dativo, e as preposições, que atribuem o caso oblíquo.

Os elementos que recebem caso são os NP. Um NP o recebe de um núcleo lexical por ser regido por ele: em geral, o verbo transitivo e a preposição são os atribuidores de caso em configuração de regência no PB.

Por sua vez, I é o núcleo funcional que atribui nominativo e, em geral, esta atribuição se faz em configuração Spec-núcleo no PB. É assim que um NP em Spec de IP recebe nominativo de I.

A Teoria do Caso engloba o seguinte princípio

(7) **Princípio da Visibilidade**

Na Estrutura S, todo NP com conteúdo fonético precisa ter caso

Este princípio permite explicar por que uma sentença como (8.b) é rejeitada:

- (8) a. João_i parece cv_i estar feliz
b. *Parece João estar feliz

A agramaticalidade de (8.b) resulta do fato de caso não estar disponível para João: nem parece nem o infinitivo estar são capazes de atribuí-lo. Porém, em (8.a) João recebe nominativo do I afixado a parece.

2.4. A Teoria do Movimento

Quando se move um elemento, as questões pertinentes dizem respeito à natureza do movimento e do elemento movido e às posições de origem e de destino. Dentro deste universo é que se descrevem e explicam os fenômenos afeitos ao movimento.

No que concerne à natureza dos elementos, somente as projeções máximas XP e as projeções mínimas X^o podem ser movidas. O fato de ser XP ou X^o determina o percurso do elemento movido. Assim, um núcleo deve transitar por posições nucleares enquanto as projeções máximas têm seu percurso definido por certas categorias XP. Em termos informais, esta pode ser a leitura da Restrição a Movimento de Núcleos (*Head Movement Constraint - HMC*) de Travis(1984).

Quanto à natureza, o movimento pode ser de dois tipos conforme se trate de adjunção ou de substituição. Grosso modo, a substituição permite mover um elemento para uma posição (vazia) já prevista pela Teoria \bar{X} . A adjunção, pelo menos a que resulta de movimento — que não inclui a adjunção na base, como a do argumento externo e a dos adjuntos — cria posições não previstas pela Teoria \bar{X} .

O Critério θ se encarrega de validar a afirmação de que a posição de destino de um movimento nunca pode ser uma posição θ . Se tal acontecesse, um XP poderia estar relacionado com mais de um papel θ . Em consequência, apenas as posições de Spec $[-\theta]$, mas nenhuma posição de complemento, estão à disposição de um XP movido por substituição.

Toda vez que um elemento é movido, ele deixa em sua posição de origem uma categoria vazia (cv). Isto é uma decorrência do Princípio de Projeção que estabelece que as propriedades de subcategorização dos itens lexicais são constantes em todos os níveis da derivação. A cv forma, em conjunto com o elemento deslocado, uma cadeia que obedece a condições estritas de boa formação. Em (8.a), $(João, cv_1)$ constitui uma cadeia.

As cadeias podem ser de três tipos. Se a cabeça da cadeia (o elemento lexical) ocupa uma posição A, temos uma cadeia A: é o tipo de cadeia que temos em (8.a) em vista de João ocupar a posição A de Spec de IP. Se a cabeça da cadeia ocupa uma posição \bar{A} temos uma cadeia \bar{A} :

(9) O que_i João viu cv_i

Em (9), o que ocupa a posição \bar{A} de Spec de CP. Se, por fim, a cabeça da cadeia ocupa uma posição X^0 , temos uma cadeia X^0 :

(10) [_{IP} João [_{I°} viu_i] [_{VP} cv_i Maria]]

2.5. A Teoria da Regência

A Teoria da Regência vai ser exposta de uma perspectiva mais técnica. Devemos distinguir dois tipos de regência: a regência por núcleo e a regência por antecedente. O primeiro tipo é definido em (11) e o segundo em (12), de Rizzi(1990:13) com pequenas adaptações

(11) Regência por núcleo

" α rege β se e somente se:

- (i) $\alpha \in (A, N, P, V, I)$
- (ii) α M-comanda β
- (iii) nenhuma barreira intervém
- (iv) a Minimalidade Relativizada é respeitada.

(12) Regência por antecedente

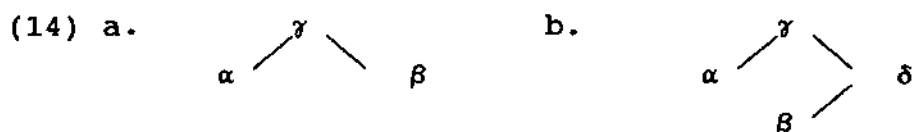
" α rege β se e somente se

- (i) α e β são coindexados
- (ii) α C-comanda β
- (iii) nenhuma barreira intervém
- (iv) a Minimalidade Relativizada é respeitada.

Começando por (11), é preciso apontar que A, P, V e N respondem pelos núcleos lexicais e I pelo núcleo funcional flexão. A noção de c-comando é definida em

- (13) **c-comando**
 "α c-comanda β se e somente se α não domina β e cada γ que domina α domina também β".

Para exemplificar, observemos



Em (14.a) α c-comanda β e β c-comanda α; em (14.b) α c-comanda β, mas não o inverso: γ domina α e β, mas a categoria δ que domina β não domina α. Para a noção de m-comando, devemos entender γ como projeção máxima.

A noção de barreira pressuposta no item (iii) de (11) e (12) é a noção de L-barreira que se constrói por L-marcação (definições de Chomsky(1986:14-15), com pequenas adaptações):

- (15) **L-barreira**
 "γ é uma barreira para β se e somente se
 (i) γ domina imediatamente δ, δ uma categoria bloqueadora (CB) para β;
 ou
 (ii) γ é uma CB para β, γ ≠ IP"
 (γ = projeção máxima).

(16) CB
 "γ é uma CB para β se e somente se γ não é L-marcada e γ domina β".

(17) L-marcação
 "α L-marca β se e somente se α é uma categoria lexical que θ-rege β".

(18) θ-regência
 "α θ-rege β se e somente se α é uma categoria X⁰ que θ-marca β e α e β são irmãs"

Apliquemos as definições a (19) (ignorando complicações irrelevantes no momento):

(19) *Como₁ você não sabe [_{CP}quem [_{IP}consertou o carro cv₁]]

(19) é uma sentença mal-formada porque CP é barreira para cv₁. Embora não seja uma barreira, IP é uma CB para cv₁ pois é uma projeção máxima γ que não é L-marcada. Por sua vez, CP é L-marcado por sabe e desta perspectiva não constitui uma barreira para cv₁; porém, CP domina IP que é uma CB e desta outra perspectiva é uma barreira. Assim, por exemplo, se cv₁ precisa ser apropriadamente regida pelo antecedente como₁, CP constitui uma barreira para esta relação.

O item (iv) contém o conceito de minimalidade relativizada que estabelece um outro tipo de bloqueio da relação entre dois elementos. Este conceito procura

captar a intuição que um regente não pode operar nos domínios de outro regente. A definição se constrói em

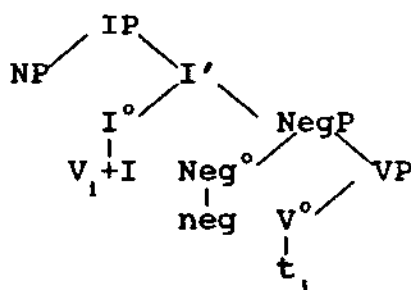
- (20) **Minimalidade Relativizada**
"X α -rege Y somente se não existe Z tal que
(i) Z é um α -regente potencial típico para Y; e
(ii) Z c-comanda Y e não c-comanda X".

O que falta definir ainda é a noção de α -regente potencial típico, α valendo por regência por núcleo ou por antecedência:

- (21) **Regente potencial típico (Núcleo)**
"Z é um regente potencial típico para Y se e somente se Z é um núcleo que m-comanda Y"
- (22) **Regente Potencial típico (antecedente)**
"Z é um regente potencial típico para Y por antecedência se e somente se
(i) numa cadeia A, Z é um especificador A que c-comanda Y;
(ii) numa cadeia \bar{A} , Z é um especificador \bar{A} que c-comanda Y;
(iii) numa cadeia X^0 , Z é um núcleo que c-comanda Y.

Para exemplificar os efeitos da Minimalidade Relativizada, observemos a seguinte representação:

(23)



Em (23), t_1 não é regido pelo seu antecedente, o V em I° . O requisito (iv) da definição (12) não é atendido em vista de a Minimalidade Relativizada não ser respeitada: *neg* é um regente potencial típico para t_1 , pois *neg* é um núcleo que c-comanda t_1 .

Por sua vez, NP é regido pelo núcleo I: este o m-comanda. Porém, *neg* não rege NP já que, para tanto, a condição do m-comando não se verifica.

O princípio das categorias vazias (ECP) que requer regência apropriada é definido em

(24)

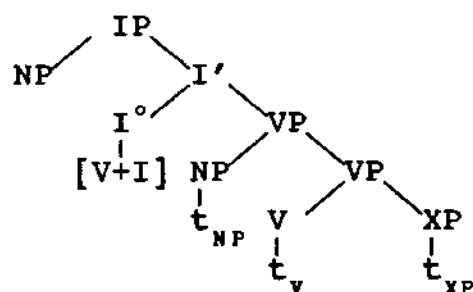
ECP

Um vestígio deve ser regido apropriadamente por um núcleo

Para um núcleo ser capaz de reger apropriadamente é necessário, além dos requisitos da Minimalidade Relativizada, que ele e o vestígio sejam dominados pela mesma projeção imediata.

Consideremos, a título de exemplo, a seguinte representação em Estrutura S para ilustrar o funcionamento do ECP:

(25)



t_{XP} é apropriadamente regido por t_V ; t_{NP} é apropriadamente regido por $[V+I]$; e t_V é apropriadamente regido por $[V+I]$. Cada vestígio e cada núcleo regente são dominados pela mesma projeção imediata sem que a Minimalidade Relativizada seja violada.

Um vestígio na posição do NP dominado imediatamente por IP não é apropriadamente regido (a não ser que haja um outro núcleo-regente acima de IP, ou seja, em C°): neste caso, o núcleo I° e o NP não se encontram na mesma projeção imediata, a de NP sendo IP e a de I° sendo I' .

Evidentemente, uma sentença ou uma estrutura pode ter um vestígio na posição XP (adjunto) e ser agramatical. Neste caso, a Minimalidade Relativizada aponta que o problema pode derivar das relações de ligação: o antecedente pode se encontrar longe demais para ligar seu vestígio.

Nossa exposição se limita a estes módulos porque são eles que estão mais diretamente implicados no estudo contido nesta dissertação. Ocioso alertar que um estudo menos superficial que este exige que sejam con-

sultados vários manuais sobre a Teoria Gerativa constituída sobretudo a partir de *Lectures on Government and Binding*.

BIBLIOGRAFIA

- ÂMBAR, M.(1988) *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito Verbo em Português*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa.
- AOUN, J.(1986) *A Grammar of Anaphora*. MIT Press, Cambridge.
- BAKER, M.(1985) "The Mirror Principle and Morphosyntactic Explanation."*Linguistic Inquiry* 16, 373-415.
——— (1988) *Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing*. The University of Chicago Press, Chicago.
- BATTISTELLA, E.(1987) "A Note on LF Verb Raising and Negation". *Linguistic Analysis* 17, 234-239.
- BELLETTI, A.(1988) "The Case of Unaccusatives". *Linguistic Inquiry* 19,
——— (1990) *Generalized Verb Movement: Aspects of Verb Syntax*. ms, Université de Genève.
- BENMAMOUM, E.(1990) "Minimality and Head Movement". ms, USC
- BORER, H.(1984) *Parametric Syntax*. Foris, Dordrecht.
- BRANDÃO, C.(1963) *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte, UFMG.

- BRENNER, T. M. (1977) *O Modelo de Klíma e a Dupla Negação em Português*. Dissertação de Mestrado, UFRGS.
- BURZIO, L. (1981) *Intransitive Verbs and Italian Auxiliaries*. PhD Dissertation, MIT.
- CARLSON, G.N. (1980) "Polarity Any is Existential". *Linguistic Inquiry* 4:799-804.
- CERQUEIRA, V. & I. RIBEIRO. (1991) "O Fenômeno da Reestruturação em Português Brasileiro". ms, UNICAMP.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Foris, Dordrecht.
- (1986) *Barriers*. MIT Press, Cambridge.
- (1989) "Some Notes on Economy of Derivation and Representation" *MIT Working Papers in Linguistics* 10, 43-75.
- CINQUE, G. (1989) *Types of A'-Dependencies*. MIT Press, Cambridge.
- DAHL, O (1979) "Typology of Sentence Negation". *Linguistics* 17:79-106.
- DI SCIULLO, A.-M. & E. WILLIAMS (1987) *On the Definition of Word*. MIT Press, Cambridge.
- DOBROVIE-SORIN, C. (1987) *Syntaxe du Romain: Chaines Thematiques*. Thèse de Doctorat d'Etat. Université de Paris VII.

- EMMONDS, J. (1976) *A Transformational Approach to English Syntax*. Academic Press, New York.
- (1978) "The Verbal Complex V'-V in French". *Linguistic Inquiry* 9, 151-175.
- GALVES, C.C. (1987) "A Sintaxe do Português Brasileiro". *Ensaio de Linguística* 13, Belo Horizonte.
- (1989) "L'objet Nul et la Structure de la Proposition en Portugais du Brésil. *Revue des Langues Romanes* 93, 2.
- (1991) "Agreement and Subjects in Brazilian Portuguese". Ms, UNICAMP.
- (1991) "V-movement, Levels of Representation and the Structure of S". Comunicação apresentada no XIII GLOW.
- HAEGEMAN, L. (1991) "Negative Concord, Negative Heads". ms, Université de Genève.
- HAEGEMAN, L. & R. ZANUTTINI (1991) "Negative Concord in West Flemish. ms, Université de Genève.
- (1991) "Negative Heads and Negative Concord. ms, Université de Genève.
- HAIK, I. (1983) "On Clitic en in French". *Journal of Linguistic Research* 2.
- HIGGINBOTHAM, J. (1985) "On Semantics" *Linguistic Inquiry* 16: 547-594.

- ILARI, R. (1984) "Locuções Negativas Polares: Reflexões sobre um Tema de Todo Mundo". *Linguística: Questões e Controvérsias*. Uberaba.
- (1990) "Sobre os Advérbios Aspectuais". ms, UNICAMP.
- ILARI, R. et alii (1990) "Considerações sobre a Posição dos Advérbios". *Gramática do Português Falado*. A.T.de Castilho (org.). UNICAMP/FAPESP, Campinas.
- JACKENDOFF, R. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. MIT, Cambridge.
- KATO, M. (1987) "Teoria da Adjacência do Caso e a Posição entre o Sujeito e o Elemento Portador de Flexão em Português". *Estudos Linguísticos XV* (Anais do Seminário do GEL), 213-221.
- KATO, M. & A.T. de CASTILHO (1991) "Advérbios Modalizadores: um Novo Núcleo? *DELTA* Vol 7, nº 1: 409-423.
- KATO, M. & M. do NASCIMENTO (1990) "Impersonals as Raising Verbs". Comunicação apresentada no Congresso da ABRALIN.
- KAYNE, R. (1989) "Null Subjects and Clitic Climbing". *The Null Subject Parameter*. O.JAEGGLI and K.SAFIR (eds). Kluwer, Dordrecht. 239-261.
- KEYSER, S.J. (1968) "Review of Sven Jakobson, *Adverbial Positon in English*". *Language* 44: 357-374.

- KLIMA, E.(1964) "Negation in English". *The Structure of Language*. J.FODOR & J.KATZ(eds). Prentice Hall
- KOSTER, J.(1986) "The Relation Between Pro-drop, Scrambling and Verb Movements". ms, Groningen University.
- KOOPMAN, H. & D. SPORTICHE (1988) "Subjects". ms, UCLA.
- KURODA, I.(1986) "Whether We Agree or Not". ms, UCSD.
- LAENZLINGER, C.(1990) *Le Placement des Clitics et l'Analyse DP*. Université de Genève.
- LAKA, I.(1989) "Constraint on Sentence Negation". *MIT Working Papers in Linguistic* 10, 199-216.
- (1990) *Negation in Syntax: on the Nature of Functional Categories and Projections*. PhD Thesis, MIT.
- LASNIK, H. & M. SAITO(1984) "On the Nature of Proper Government. *Linguistic Inquiry* 15, 235-289.
- LINEBARGER, M. (1987) "Negative Polarity and Grammatical Representation". *Linguistics and Philosophy* 10: 325-387.
- LOBATO, L.M.P. (1986) *Sintaxe Gerativa do Português*. Belo Horizonte, Vigília.

- LONGOBARDI, G. (1987) "Negation Parameters in Romance Languages and Dialects". Paper presented at GLOW, Budapest.
- (1991) "In Defense of the Correspondence Hypothesis: Islands Effects and Parasitic Constructions in Logical Form". HUANG, J. & R. MAY (eds) *Logical Structure and Linguistic Structure Cross-linguistic Perspectives*. Kluwer, Dordrecht.
- LOIS, X. (1989) *Aspects de la Syntaxe de l'Espagnol et la Theorie de la Grammaire*. Thèse de Doctorat, Université de Paris VIII.
- LONZI, L. (1989) "I Sintagma Avverbiali". *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*. L. RENZI & G.P. SALVI (eds). Il Mulino.
- (1990) "Quali avverbi in Spec di VP?". ms, Milano.
- MAY, R. (1985) *Logical Form: its Structure and derivation*. MIT Press.
- Mc CONNELL-GINET, S. (1982) "Adverbs and Logical Form". *Language* 58: 144-184.
- MILNER, J.-C. (1979) "Le système de la Négation en Français et L'opacité du Sujet". *Langue Française*, 44:80-105.
- MORITZ, L. (1989) *Aperçu de la Syntaxe de la Négation en Français et en Anglais*. Mémoire de Licence. Université de Genève.

- NAKAJIMA, H.(1987) "On the Case Adjacency Condition".
Linguistic Analysis 17, 186-199.
- NASCIMENTO, M. do (1984) *Sur la Postposition du Sujet dans le Portugais du Brésil*. Thèse de Doctorat. Université de Paris VIII.
- PESETSKY, D.(1989) "Language-particular Processes and the Earliness Principle". Ms
- POLLOCK, J.I.(1989) "Verb-movement, UG and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20, 365-424.
- PROGOVAC, I.(1988) *A Binding Approach to Polarity Sensitivity*. PhD Dissertation, UCLA.
- RAPOSO, E.(1985)"Some Asymmetries in the Binding Theory in Romance". *The Linguistic Review* 5:75-110.
- RAPOSO, E. & J. URIAGEREKA(1990) "Long Distance Case Assignment" *Linguistic Inquiry*,21: 505-538.
- RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian Syntax*. Foris, Dordrecht.
- (1990) *Relativized Minimality*. MIT, Cambridge.
- (1990a) "Speculations on Verb Second" *Grammar in Progress*, J.Mascaró & M. Nespó (eds). Foris, Dordrecht.
- (1991) "Residual Verb Second and the WH Criterion".ms, Université de Genève.

RIZZI, L & I. ROBERTS (1989) "Complex Inversion in French". *Probus* 1, 1-30.

ROBERTS, I. (1987) *The Representation of Implicit Dethe-matized Subjects*. Foris, Dordrecht.

——— (1990) *Verbs and Diachronic Syntax*. ms, Uni-versité de Genève.

ROCHETTE, A. (1988) *Semantic and Sintactic Aspects of Romance Sentential Complementation*. PhD Thesis, MIT.

——— (1990) "On the Restructuring Classes of Verbs in Romance". Di SCIULLO & ROCHETTE (eds) *Binding in Romance*. Ottawa, The Canadian Linguistic Association.

——— (1990) "La Structure d'Argument et les Propriétés Distributionnelles des Adverbes". *Revue Quebecoise de Linguistique*, 55-78.

ROSS, J.R. (1984) "Inner Island". *BLS* 10, 258-265.

ROUVERET, A. (1987) *Syntaxe des Dépendances Lexicales*. Thèse de Doctorat d'Etat, Université de Paris VII.

——— (1989) "Cliticização e Tempo no Português Europeu". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 17, 9-37. UNICAMP, Campinas.

SPORTICHE, D. (1989) "A Theory of Floating Quantifiers and Its Corolaries for Constituent Structure". *Linguistic Inquiry* 10, 425-449.

- STOWELL, T. (1981) *Origins of Phrase Structure*. PhD Thesis, MIT.
- TARALLO, F.— KATO, M. et alii (1989). "Rupturas na Ordem de Adjacências Canônicas no Português Falado". *Gramática do Português Falado, Vol 1: a Ordem*. A.T. de Castilho (org.). FAPESP-UNICAMP, Campinas.
- TORREGO, E. "On Inversion in Spanish and Some of Its Effects". *Linguistic Inquiry* 15, 103-131.
- TRAVIS, L. (1984) *Parameters and Effects of Word Order Variation*. PhD Thesis, MIT.
- (1988) "The Syntax of Adverbs". *McGill Working Papers in Linguistic Proceedings of the IVth Workshop on Comparative Germanic Syntax*. McGill University.
- VENDLER, Z. (1967) *Linguistic in Philosophy*. Cornell University Press, Ithaca.
- ZAGONA, K. (1988) *Verb Phrase Syntax: A Parametric Study of English and Spanish*. Kluwer, Dordrecht.
- ZANUTTINI, R. (1988) "Two Strategies for Negation: Evidence from Romance". ms, University of Pennsylvania.
- (1989) "The Structure of Negative Clauses in Romance". ms, University of Pennsylvania.
- (1990) "Two Types of Negative Markers". ms, University of Pennsylvania.

- (1990) "On the Relevance of Tense for Sentential Negation". ms, Université de Genève.
- (1991) *Syntactic Properties of Sentential Negation. A Comparative Study of Romance Languages*. PhD Thesis. University of Pennsylvania.
- ZUBIZARRETA, M.L.(1982) "Theoretical Implications of Subject Extraction in Portuguese. *The Linguistic Review* 2, 79-86.